

NVMMVS

2.^a SÉRIE — VOLUME XII/XIII



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
1989-1990

NVMMVS

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

DIRECTOR: J. M. VALLADARES SOUTO
(PRESIDENTE DA S. P. N.)

REDACÇÃO: RUI M. S. CENTENO
J. M. VALLADARES SOUTO

SUMÁRIO

— <i>Modesta Homenagem ao Mestre Ferraro Vaz</i> — Valdemar Cordeiro	11
— <i>O Amigo, O Mestre Numismático e a sua obra</i> — Nestor Fatia Vital	15
— <i>Um pequeno Tesouro Monetário Tardo-Romano de Arouca (Aveiro)</i> — António Manuel S. P. Silva	29
— <i>The Coinage of the Suevic Period</i> — H. V. Livermore	39
— <i>Report of a Visigothic tremissis found near Idanha-a-Velha</i> — John Stewart Huffstot	51
— <i>As moedas Muçulmanas da colecção Francisco Inácio de Mira</i> — José Rodrigues Marinho	59
— <i>La media dobla de la banda de Juan II de Castilla (1496-1454)</i> — Ana M. Balaguer	79
— <i>En torno del São Vicente de Dom João III y Dom Sebastião (1521-1557-1578)</i> — Felipe Mateu y Llopis	85
— <i>Apólices do Real Erário mandadas emitir por D. João, Príncipe Regente. O problema das Apólices falsas</i> — Mário S. de Almeida	93
— <i>Índice</i>	117

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

NVMMVS
Sociedade Portuguesa de Numismática
Rua de Costa Cabral, 664
4200 PORTO—PORTUGAL

NVMMVS

NVMMVS

2.^a SÉRIE — VOLUME XII/XIII



PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA
1989-1990

Edição subsidiada pelo
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

© Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto

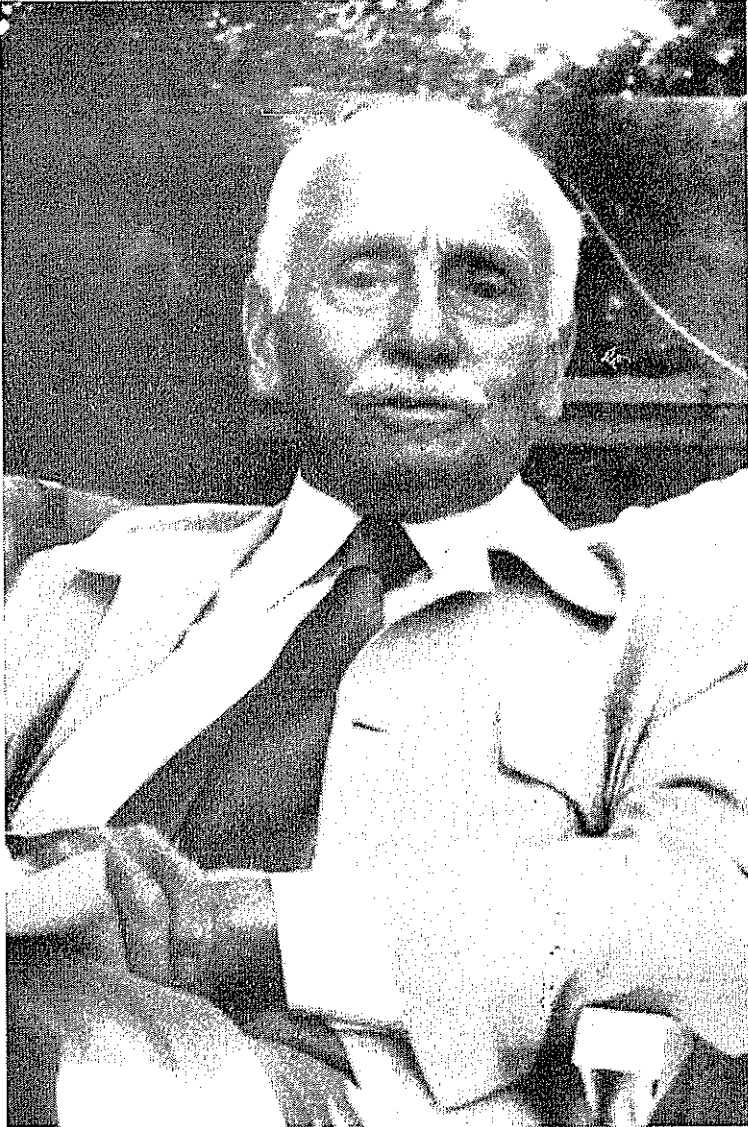
ISSN 0871 - 2743

Dep. Legal N.º 44 703/91

Tiragem 1500 ex.

Composição, Impressão e Acabamento — *Imprensa Portuguesa* — Porto

JOAQUIM FERRARO VAZ
in Memoriam



MODESTA HOMENAGEM AO MESTRE FERRARO VAZ

Valdemar Cordeiro

Preâmbulo com Data de Novembro de 1969 destinado a figurar em O Livro das Moedas de Portugal (dois volumes), não tendo sido entregue ao autor da grandiosa publicação porque, quando terminado este modelo de prefácio, tinha já saído do prelo a obra de Ferraro Vaz.

PREFÁCIO

A bibliografia numismática nacional é, senão escassa, pelo menos muito limitada. Dispondo-se embora de publicações de grande validade, não existia até agora obra tão extensa, capaz de permitir consulta fácil, fornecedora de dados precisos, mormente no aspecto da localização cronológica das diversas moedas — que se vem fazendo por assim dizer empiricamente.

Por isso *O Livro das Moedas de Portugal* agora editado, vem preencher enorme lacuna, proporcionando ao numismata, sabedor ou incipiente, excelente e cómoda «ferramenta» de trabalho, provida da clareza necessária aos que se iniciam nas lides da moeda cunhada, sem que isso signifique exclusão de profundidade e pormenor, tão caros aos verdadeiros estudiosos de numismática.

O presente livro constitui o reportório de milhares de moedas, batidas em todos os reinados, elaborado de forma a dar uma paisagística contínua da evolução do dinheiro em Portugal, a começar nas primitivas cunhagens e até aos nossos dias.

Assim desenrola-se, sob os olhos do leitor, a evolução da moeda, desde o alvor da nacionalidade — morabitanos de D. Sancho Primeiro, com o seu característico cavaleiro armado; os descobrimentos, com as moedas de D. Manuel Primeiro; o rei nacionalista D. António; a magnífica arte monetária de D. João Quinto, verdadeiro florão da nossa numária — até aos nossos tempos, com a indicação dos reinados em que foram emitidas as diferentes moedas, suas características principais, localização cronológica, maior ou menor raridade e respectiva

cotação. Verdadeiro manual de consulta é ainda valorizado pela reprodução desenhada e profusa das moedas batidas a «martelo» (até 1678), das cunhadas a balancé e das produzidas nas prensas monetárias do século passado e presente.

O Livro das Moedas de Portugal sobrepõe-se assim, e como obra de pormenorização, a qualquer outra que tenha saído dos nossos prelos. Só os absolutamente estranhos à arte da numismática poderão ser insensíveis à espantosa soma de trabalho de investigação empregue na elaboração do presente manual, nomeadamente no aspecto de pesquisa histórica e de sistematização. Note-se por exemplo o cuidadoso exame das moedas batidas a martelo e das cunhagens que lhe sucederam, a paciente e sabedora análise das numismas das primeiras Dinastias — de tão difícil legibilidade — cujo saber é nesta obra, aberto a todo o afeiçoado do dinheiro cunhado, para o qual constituirá, decerto, precioso instrumento de conhecimentos, fruto de demorado e competente trabalho de estudo e compilação.

Presta o presente livro enorme serviço à Numismática Nacional, pela potencialidade de aliciar muitos dos até agora dela afastados pelo hermetismo e complexidade das obras existentes. O principiante, mesmo o mais incipiente, terá agora bases sólidas e seguras para iniciar a sua colecção — fascinante repositório e espelho da vida dos povos.

No caso das cunhagens a «martelo», a que já nos referimos, em que as moedas eram por assim dizer individualizadas e até à oposição sistemática da data nas cunhagens (que só viria a verificar-se nos «engenhosos» de D. Sebastião) a localização cronológica é providencialmente estudada e esclarecida de forma a tornar-se acessível a qualquer amador.

A vastidão e monumentalidade da presente obra, recheada de ensinamentos históricos, constituirá decerto um padrão e uma peça chave para a Numismática Portuguesa — que se fica devendo ao Engenheiro Ferraro Vaz, investigador profundo, estudioso de mérito, a quem já a Numismática muito devia, pelo grande valor das anteriores obras de sua autoria.

Na realidade, o autor de *O Livro das Moedas de Portugal* não precisa de qualquer apresentação no nosso meio numismático ou mesmo mundial. São por demais conhecidas as obras que ilustram o seu curriculum, todo feito de dedicação e trabalho nos terrenos do dinheiro cunhado. Apontam-se, de entre elas, o *Catálogo das Moedas Portuguesas* publicado em 1948 (referindo-se às moedas de 1640 a 1948) e que foi verdadeiramente o primeiro catálogo de moedas portuguesas; a *Numária Medieval Portuguesa* respeitante ao período de 1128 a 1383,

editada em 1960 em dois tomos; a *Moeda de Timor*, publicada em 1964 e premiada pela Asociacion Numismática Española (Barcelona) — são as obras mais conhecidas da vasta bibliografia de Ferraro Vaz. Deveremos talvez destacar, dentre as citadas publicações científicas, a *Numária Medieval Portuguesa*, obra verdadeiramente grandiosa na cuidada «arrumação» ou sistematização dos «dinheiros» de D. Afonso Primeiro a D. Sancho Segundo — feita com base no estudo de elementos da época — selos reais, cartas régias, manuscritos, codicilos, etc., e que veio fornecer esclarecimento a muitos dos problemas da numismática, com a garantia de um estudo sério daquelas moedas.

De todas as formas tem contribuído Ferraro Vaz para o melhor conhecimento da moeda antiga e para a expansão da numismática no nosso País. Estudioso e investigador paciente, desde há muitos anos apaixonado pela Numismática, tem dedicado grande parte da sua vida a buscas incansáveis entre a poeira dos arquivos ou nos arcanos das bibliotecas, nas colecções e museus, nas associações científicas, perseguido datas e factos, decifrando pergaminhos vetustos e códices quase ilegíveis — nesse trabalho que muitos ignoram estar por detrás de toda a obra numismática — sobretudo quando atinge o nível da agora publicada.

Ferraro Vaz fez da sua vida uma servidão à causa da Numismática, dessa ciência que Teixeira de Aragão define como importante ramo da Arqueologia; apaixonado e mestre incontestado em tal campo de actividade, maior é agora a dívida que com ele já há muito contraíram os numismatas — principalmente aqueles que colecionam moedas sem que lhes seja possível, por escassez de tempo e sobretudo de conhecimentos, tentar o acesso aos meandros de tão complexo sector do conhecimento humano.

Pessoalmente, como numismata que sou, deixo aqui, além de muita estima, o meu agradecimento ao Eng.º Ferraro Vaz — a par do meu respeito por aquele que tem feito da Numismática uma verdadeira ciência, iluminando-a com o fulgor da sua sabedoria, dignificando-a com o prestígio do seu nome e o sacrifício desinteressado de toda uma vida.

É com orgulho que venho associar-me, modestamente, a obra tão ingente, onde se alia o estudo e o método, a sabedoria e o senso pedagógico, a clareza da exposição e a complexidade do exposto, num manancial cristalino de conhecimentos, que tão preciosos serão para todo aquele que algum dia sentiu o fascínio irresistível de uma velha moeda...

Valorizada por estreita referenciação histórica, transpondo as fronteiras pelo seu carácter bilingue, *O Livro das Moedas de Portugal*, irá agora constituir

nas bibliotecas, na mão dos estudiosos, dos iniciados ou mesmo naqueles que tentam os primeiros passos nas sendas da Numismática, não só preciosa obra de consulta, mas estímulo e exemplo, contribuindo para o engrandecimento da Numismática, como ciência, como estudo e até passatempo. Muitos serão os que, dispondo do guia de Ferraro Vaz, se sintam tentados pelo colecionismo de moedas — dessas pequenas rodelas de metal, tão significativas no seu uso, tão fascinantes por tudo quanto evocam, tão sedutoras pela beleza, pela perfeição da cunhagem e técnica dos gravadores.

E, em cada novo numismata haverá sempre uma homenagem ao Mestre Ferraro Vaz — que desbravou, através de uma vida de estudo, novos caminhos para a Numismática do nosso tempo.

Este texto escrito com carinho e subido entusiasmo há mais de vinte anos, considero-o actual, bem significativo da personalidade de Ferraro Vaz, desditosamente perdido para os numismatas e familiares há cerca de um ano.

Porto, 12 de Maio de 1990

O AMIGO, O MESTRE NUMISMÁTICO E A SUA OBRA

Nestor Fatia Vital

A celebridade não nasce espontaneamente sendo, sim, uma qualidade que advém de laborioso e persistente acumular de criatividade que redundava na excelência de algo de novo. Este o sentido positivo que pretendemos dar à colação.

Recordamos aqui, e agora de novo, um Homem que muito criou e, além disso, construiu novas e importantes pistas em favor dos seus contemporâneos e dos vindouros.

É JOAQUIM FERRARO VAZ!

Ainda num contacto tímido e observador, dada a sua auréola já na época, iniciei o relacionamento nos meados dos anos setenta, portanto, tardiamente mas, mesmo assim, tive a magnífica oportunidade de, com os tempos, ter intimidade suficiente para apreciar um dos grandes Mestres da Numismática nacional, o Decano, como lhe chamávamos, do nosso século.

Inicialmente, foram os lançamentos públicos das suas obras em Exposições-Feiras da especialidade nas quais, gulosamente, os presentes lhe solicitavam autógrafa na obra inédita, momentos em que tinha sempre uma palavra de simpatia e total disponibilidade efectuando ofertas de exemplares. São, hoje, autógrafos valiosos.

Tive a honra de pertencer à sua tertúlia, a última de Lisboa, dos almoços de 2.ª-Feira no Parque Mayer ou no 'Convés', que reunia coleccionadores numismáticos, directores de revistas, jornalistas, familiares e tantos e tantos outros amigos, convívio que sempre teve um ambiente culto e sádico, em que o tempo parava, e onde se destacava a permanente boa disposição do nosso saudoso Engenheiro Ferraro Vaz que aliava, normalmente, a conversa ligeira do 'fait divers' nacional com o debate interessado de tantos problemas que subsistem continuar na penumbra da investigação numismática. Lembro-me de numa das ocasiões ter levantado a hipótese de D. Afonso Henriques ter sido o primeiro a mandar bater 'morabito' em nome de seu filho, a fim de assegurar a sucessão, conforme

defendi em crónica publicada («Oitavo Centenário da Bula ‘Manifestis Probatum’ e os Morabitinos ‘Sancivs’», in *Jornal Novo*, 23.5.1979), e após a sua paciente escuta, e intervenções não destrutivas finais, arrematou: Meu caro Vital, se descobrir documento coevo comprovativo ... mete uma lança em África!

Colaborei, por amizade, no ‘Livro das Moedas de Portugal’, cuja edição de 1987 nos fez deslocar às oficinas do impressor, em Braga, para cooperar nas tarefas da orientação de revisão e montagem, na companhia do dr. Francisco Salgado e em assíduo contacto telefónico, com Lisboa, para satisfazer a constante inquietude de recepção de notícias por parte do autor.

Recordo, com saudade, a afabilidade que sempre dispensou, como inigualável anfitrião, nas conversas privadas e jantares familiares no seu ‘ninho’ da Rua Marquês de Fronteira, de cujas janelas não se cansava de admirar o exótico arvoredo existente em frente e, quantas vezes, nos referia que uma avezinha afectuosa, um simples pisco, o visitava, periodicamente, para partilhar do alimento na varanda das traseiras.

Era assim Joaquim Ferraro Vaz e conhecemo-lo bem.

Apetece-nos transcrever aqui, com a devida vénia, o seguinte período do jornalista, e companheiro da referida tertúlia, António Valdemar, na sua crónica «A Outra Face de Ferraro Vaz» (in *Numisma*, n.º 40, 1986): «Através do seu convívio diário (e podem testemunhar quantos têm o privilégio da sua amizade) Ferraro Vaz se afirma, em todas as circunstâncias, *homem de um só parecer, de um só rosto, uma só fé*. Tal e qual se auto-retratou Sá de Miranda no exílio voluntário da Quinta da Tapada, nos arredores de Braga, quando voltou as costas às frivolidades e hipocrisias da corte».

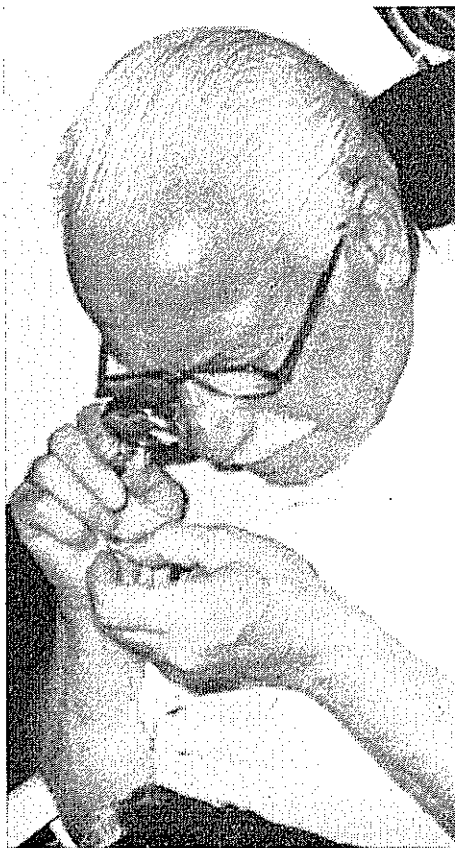
Na realidade todos o consideravam como um homem cheio de sensibilidade, de graça e bom humor, alegre e comunicativo, amante do convívio e da vida, em tudo o que ela nos pode proporcionar, de saúde e, por isto, nos surpreenderam os bem directos e últimos contactos que tivemos.

Desejava ir veranejar, para descanso em Monte Gordo, a que o seu médico assistente não se opôs. Prontifiquei-me, de imediato, a conduzi-lo, acompanhado da ‘senhora’, como ele chamava D. Amélia Gonzaga Pinto. Foi, creiam, uma viagem inesperadamente atribulada pois que foi necessário parar em várias etapas do percurso (Ferreira, Beja e Castro Marim) tal o estado de congestionamento pulmonar e carências de respiração que me assustaram.

Chegados ao Hotel Vasco da Gama, no destino, e com o repouso, verifiquei uma certa recuperação. Sobrinhos e outros familiares, em estadia em Monte Gordo ou, por exemplo, vindos de Vila do Conde, confraternizaram num jantar animoso, ao ar livre, num restaurante da avenida beira-praia.

No dia seguinte regresssei a Lisboa e nada fazia prever o desenrolar dos acontecimentos imediatos, um acelerado desfecho que, por falta de informação, difícil foi ter controlado.

Passados uns dias no Hotel, segue de emergência para o Hospital de Faro que, por não ter equipamento adequado, deixa seguir o doente de ambulância para uma clínica no Porto. Aqui me detenho porque o pormenor dos antecedentes do desenlace é mórbido.



JOAQUIM FERRARO VAZ viria a falecer em Lisboa, a 13 de Agosto de 1989, seguindo o féretro da Igreja de Nossa Senhora de Fátima para Braga, onde se encontra sepultado no Cemitério de Arcos, em jazigo de família.

Desaparecera um Amigo, que nunca esqueceremos!

Para se conhecer melhor a força de vontade de Joaquim Ferraro Vaz, numa existência inicialmente adversa em períodos conturbados da vida nacional e, tam-

bém, para se encontrar o entrosamento com a aparição fulgurante do Mestre Numismático, na década de quarenta, consideramos conveniente, mesmo que resumido, registar alguns dados da sua ficha biográfica, que tive a felicidade de, aos poucos, ir acumulando em conversas directas com o numismata, portanto inéditas, e que publiquei ainda em sua vida e com a qual concordou (in *Numisma*, n.º 49, Junho 88, pp. 27/32):

«Minhoto de gema, pois já seu Pai viera ao mundo na freguesia de Vila Cova da Morreira, perto de Braga, Joaquim Ferraro Vaz nasceu a 17 de Abril de 1899 nessa linda e antiquíssima cidade, dos seus encantos, na freguesia de S. Lázaro.

.....

Após ter concluído o curso do Liceu, na cidade natal, segue para o Porto, matriculando-se nos preparatórios de Medicina, onde os ventos não foram de feição. Decide, então, vir para Lisboa, ingressando na Marinha de Guerra, mas a Revolução sangrenta do 19 de Outubro de 1921, ao fechar as escolas, criou grave solução de continuidade na sua vida profissional (...).

Tenaz, como sempre o admiramos, organiza um 'currículum' com base na documentação que possuía e recorre ao Ministério das Colónias, sendo destacado para a Guiné onde permaneceu um ano como funcionário dos Serviços da Alfândega. Porém, a adversidade não o abandonava. Regressa a Lisboa, doente, e é forçado a tratamento nas Termas de Caldelas.

Não desiste. A sua persistência pela conquista de um grau universitário, que entendia indispensável para vencer na vida, decide-o a entrar na Universidade de Lisboa, isto, aos 24 anos.

Mas, nem tudo seriam espinhos. De um namoro, travado durante a sua estadia em Caldelas, resulta o casamento em 1924, nascendo o seu primeiro filho, Rui, no ano seguinte, a quem o infortúnio de um desastre de aviação ceifou a vida em 1947. (Esclareça-se que Rui Vaz saíra da força aérea, no ano anterior, e o desastre ocorreu num passeio aéreo com um amigo).

A tenacidade de Ferraro Vaz, (...), encaminha-o para a Universidade de Coimbra para acabar de formar-se. De facto, (...) obtém, finalmente em 1927, o tão almejado 'canudo' contendo o diploma de Engenheiro-Geógrafo.

Regressado a Lisboa, obtém o cargo de professor de matemática e física no Liceu Pedro Nunes, (...) função que se apresentou penosa. Desse

modo, respondendo a um anúncio da Companhia das Minas da Zambézia, é preferido e segue para Tete, com a mulher e filho, como Director (...). Aí é gerado um segundo descendente, Gil Vaz, que viria a nascer em Lisboa e hoje, (...) vivendo na Argentina.

.....

Exerce o lugar de director da Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, em Lisboa, (...). Após algum tempo na capital, é destacado, com o aviador Manuel Castilho e o colega açoreano Cantos, para ir efectuar o levantamento cartográfico de Timor (...). Aí foi, também, adjunto da Missão Geográfica de Timor.

Antes, porém, da sua partida para Timor, concorrera para os observatórios astronómicos, classificando-se em mérito absoluto no concurso para o Observatório Astronómico da Tapada e, em primeiro lugar, para director do Observatório João Capelo e dos Serviços Meteorológicos de Angola. No entanto, como em todos os tempos, o compadrio levou o ministro de tutela a outra nomeação, preterindo-o injustamente. Fez um recurso vigoroso, de que não teve resposta imediata.

Seria em Timor que receberia uma notificação informando que o lugar, em Angola, (...) estava à sua disposição, o que o fez regressar a Lisboa.

.....

De registar, que foi em Angola que Joaquim Ferraro Vaz compilou a sua primeira obra de carácter científico-profissional, o 'Guia para Observadores das Estações Meteorológicas', A.G.C., Lisboa, 1945.

O falecimento de um familiar de sua esposa leva-o em 1942, com a família, a ir à Argentina resolver a respectiva herança.

.....

Regressando a Lisboa, dois anos mais tarde (sozinho, devido a rompimento conjugal), ingressa no Ministério do Ultramar como Chefe de Repartição dos Serviços de Minas, Geográficos e Cadastrais, onde se reformou da função pública. (Ali se relacionou com D. Amélia Gonzaga Pinto, sua dedicada companheira e cujo falecimento antecedeu o dele umas semanas).

.....

Como delegado do Ministério do Ultramar participou na Conferência Extraordinária dos Directores, Organização Meteorológica Internacional, Londres, 1946; no 6.º Congresso Internacional de Fotogrametria, Haia, 1948; na IX Assembleia Geral da União Geológica Internacional, Bruxelas,

1951, e no VII Congresso Internacional de Fotogrametria, Washington, 1952. No campo profissional, (...) é autor de múltiplos trabalhos técnicos em revistas da sua especialidade».

Após este breviário do complexo itinerário de Joaquim Ferraro Vaz, é chegado o momento de efectuar o entrosamento da buliçosa actividade do engenheiro-geógrafo com o Mestre numismático e grande investigador. Esse ponto de ligação situa-se na Argentina e, a título de uma mais alargada divulgação, permito-me transcrever as suas próprias palavras, na habitual singeleza e honestidade que nunca descurou (In *Numismática*, n.º 16 — Jan. 1980, entrevista conduzida por Fernando Abreu: «Falando com ... Eng.º J. Ferraro Vaz»):

«Nunca tinha pensado em moedas até 1942, ano em que fui para a Argentina. De lá, deslocava-me várias vezes ao Brasil e foi numa dessas vezes que no Rio de Janeiro comprei uma caixa de charutos cheia de moedas. Nessa altura, a minha ignorância ia ao ponto de nem sequer conhecer a obra de Teixeira de Aragão.

Este foi o meu começo na numismática. Daqui comecei a estudar, coisa que até hoje ainda não deixei de fazer.

Logo no início reparei que, na época, não era hábito coleccionar por datas, mas sim por tipos. Daí a ideia de fazer um catálogo, a partir da 4.ª Dinastia, que incluísse todas as datas conhecidas até então, que mais tarde concretizei. Além das datas, preocupei-me também em apresentar os reversos em relação às datas e oficinas monetárias. (...) Foi o 'Catálogo das Moedas Portuguesas' editado em 1948».

Esta obra, quando surgiu, foi uma autêntica revolução nos meios numismáticos e a promotora indiscutível de um novo e exigente surto de coleccionismo e associativismo de que ainda hoje, estamos colhendo os frutos.

A Sociedade Portuguesa de Numismática é fundada em 1952 à qual, pouco depois, adere como seu sócio número 24 e da qual foi Presidente do Conselho Fiscal desde o ano de 1954, ano em que uma Assembleia Geral o nomeia Sócio Honorário. Trinta anos passados seria galardoado com a Medalha de prata de 'DEDICAÇÃO'.

Honrou-nos como ilustre confrade da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a cuja Comissão de Numismática deu valiosa cooperação nos anos 50 e 60, conhecendo, aí, Batalha Reis, Alfredo Mota, Eduardo Neves e tantos outros. Ainda neste campo foi membro do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.

Nunca será de mais destacar o grande carinho que devotava às associações que considerava poderosos núcleos do coleccionismo e da investigação, o que prova a sua quase imediata adesão à S.P.N..

Associou-se ao Clube Numismático de Portugal, à Sociedade Numismática Scalabitana, à Asociación Numismática Española, tendo sido membro fundador da Sociedad Iberoamericana de Estudios Numismáticos que o igualmente saudoso Xavier Calicó com tanto carinho criou.

Por último, não queria deixar no esquecimento o extraordinário espírito dádivo que Ferraro Vaz sempre exteriorizou e uma das facetas está demonstrada na sua aquiescência para que as reproduções das gravuras das suas obras, podessem servir para a divulgação da Numismática, apesar da reserva de direitos de Autor, e prova pública desse invulgar gesto vamos encontrar na imprensa pública (Secção «O Gosto de Coleccionar — Numismática», N.º 3, do cronista José da Costa Moreira, in *Jornal de Notícias*, 19.6.1955):

«NOTA — O ex.mo Sr. Eng.º J. Ferraro Vaz (Lisboa), erudito numismata, autor do 'CATÁLOGO DAS MOEDAS PORTUGUESAS — PORTUGAL CONTINENTAL (1640 a 1948)', sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Numismática, pôs à nossa disposição, a título absolutamente gracioso, as gravuras do seu 'Catálogo' para as reproduzirmos nas nossas publicações sobre numismática. Somente graças a esta gentilíssima oferta é possível ilustrar as nossas crónicas numismáticas.

Não só este cronista e os jornais que guardam a nossa modesta colaboração, mas também o público, — todos somos devedores ao Sr. Eng.º J. Ferraro Vaz deste alto serviço prestado à Numismática Portuguesa».

Nesta oportunidade, também tenho de reconhecer que a maioria das crónicas numismáticas que publico estariam impedidas de ilustração, em grande parte, não fora igual autorização recebida.

FERRARO VAZ foi um incansável estudioso e polígrafo, como o prova a sua bibliografia. Nesta omitimos os vários trabalhos científicos de índole técnico-profissional, não desejando, porém, deixar de referir, desde já, duas obras produto da sua jovialidade de espírito e alma de Poeta, autênticas mensagens de amizade e fraternidade: *RIDENDO* — I, Braga, 1984; *RIDENDO CASTIGAT MORES & PHILOSOPHANDO* — II, Braga, 1986.

Conquanto, já há uns dois anos, tenha publicado uma listagem da magnífica galeria de trabalhos do Mestre, em quarenta anos de intenso labor numismático

e produto da observação directa de raridades em múltiplos museus e colecções particulares nacionais e estrangeiras, aqui actualizo a sua ficha bibliográfica relacionada com a Numismática.

LIVROS

1948

- 1 *CATÁLOGO DAS MOEDAS PORTUGUESAS — PORTUGAL CONTINENTAL, 1640-1948*, Lisboa, VIII-246-I.

1960

- 2 *NUMARIA MEDIEVAL PORTUGUESA, 1128-1383*, Lisboa, 2 tomos in 4.º gr., II-448-II-XVI-IV e 112 'hors-text' (1).

Desta obra fez-se uma tiragem especial de 100 exemplares, numerados e rubricados pelo autor.

1964

- 3 *MOEDA DE TIMOR*, Lisboa, 171-II.

Publicação comemorativa do Centenário do Banco Nacional Ultramarino, prefaciada por Guerreiro Murta, administrador do BNU, encarregado das Comemorações Centenárias.

Esta obra recebeu o Prémio Javier Conde Garriga — 1964, a primeira atribuição desta alta distinção dos numismatas peninsulares.

1970

- 4 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL*, Braga, 2 tomos in 4.º gr., 863-II.

Distinguido com o Prémio Javier Conde Garriga — 1970.

1972

- 5 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Braga, composto nas oficinas da Livraria Cruz e acabou de se imprimir em Junho. 280-IV.

- 6 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Porto, reedição, em 'offset', por Simão Guimarães, Lda., em Setembro. 280-IV.

1973

- 7 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Braga, 537.

(1) Segundo declarações do próprio autor, esta precursora obra, a sua preferida, foi possível com base no 'achado de Atalaião' a que teve acesso em seguimento de um telefonema de um amigo de Portalegre, em meados dos anos 50.

1978

- 8 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Braga, XII-178-II ⁽²⁾.

Desta obra fez-se uma tiragem especial de 70 exemplares, numerados e rubricados pelos autores.

1980

- 9 *DINHEIRO LUSO — INDIANO*, Braga, 606 ⁽³⁾.

1984

- 10 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Braga, 602-II ⁽⁴⁾.

Desta obra fez-se uma tiragem especial de 170 exemplares, numerados e rubricados pelos autores.

1986

- 11 *A MOEDA DE PORTUGAL NO MUNDO — III MOEDA DO BRASIL*, Braga, II-242-II ⁽⁵⁾.

1987

- 12 *LIVRO DAS MOEDAS DE PORTUGAL — PREÇÁRIO*, Braga, XXIV-605 ⁽⁶⁾.

⁽²⁾ Em co-autoria do dr. Francisco Javier Onofre Sáez Salgado.

⁽³⁾ Em co-autoria do eng.º Mário Correia de Sousa, responsável pelos desenhos.

Os agradecimentos de colaboração são dados ao Pintor José A. Preto Pacheco, quanto às gravuras, e aos Srs. Norberto Correia e Eduardo Patrocínio, nos preços.

A justificação da produção desta obra foi dada pelo próprio autor na entrevista já referenciada da revista *Numismática*, em que afirma: «O interesse veio do facto que o 'Tratado entre a Índia e Portugal relativo ao reconhecimento de soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e assuntos correlativos', de Dezembro de 1974 (D.G. / 1.ª Série, n.º 90, de 17 de Abril de 1975), pôs final à numária luso-indiana o que me despertou o interesse em tentar fazer o levantamento dessa numária efectivamente encerrada».

⁽⁴⁾ Em co-autoria do dr. F. Javier Salgado.

⁽⁵⁾ Esta obra inclui, em anexo final, um Preçário destacável, critério que sempre defendi, junto do Mestre, para que as obras de fundo não se desactualizassem.

⁽⁶⁾ Em co-autoria do dr. F. Javier Salgado.

Os agradecimentos de colaboração, nesta obra, são dados aos Srs. Noberto Correia, Eduardo Patrocínio, Carlos Costa, Jaime Salgado, Rainer Daehnhardt, Nestor Vital, Rui Carmo, à D. Amélia Gonzaga Pinto e, ainda, aos eng.ºs Francisco Magro e Godinho de Miranda, bem como ao dr. Vítor Lagoa.

1988

- 13 *AGENDA DE PORTUGAL*, Braga, LXXVI ⁽⁷⁾.

ARTIGOS

1948

- 14 «MOEDAS DE OURO DE D. PEDRO II», *A Moeda* (A. Molder, Lda. — Lisboa), II.
 15 «MOEDAS DA SÉRIE DOS «ESCUDOS DE OURO», CRIADAS PELA LEI DE 4/4/1722», *A Moeda* (A. Molder, Lda. — Lisboa), VII/VIII. Foi feita separata.
 16 «MOEDAS DE OURO DE D. JOÃO V», *A Moeda* (A. Molder, Lda. — Lisboa), XIX.

1949

- 17 «MOEDAS DE OURO CARIMBADAS NA ÉPOCA DE D. JOÃO IV», *Revista de Guimarães* (Sociedade Martins Sarmiento — Guimarães), vol. LIX, fasc. 3/4.
 Foi feita separata.
 18 «D. MIGUEL E A SUA NUMÁRIA», *A Moeda* (A. Molder, Lda. — Lisboa), XXV/XXVI.

1950

- 19 «CATÁLOGO DAS MOEDAS PORTUGUESAS — CORRECÇÕES E ACRESCENTOS», *A Moeda* (A. Molder, Lda. — Lisboa), XLIV/XLVIII.

1951

- 20 «OS MORABITINOS À LUZ DE UMA NOVA INVESTIGAÇÃO E DE UM NOVO ACHADO», *Arqueologia e História* (Associação dos Arqueólogos Portugueses — Lisboa), vol. VI.
 Foi feita separata ⁽⁸⁾.

(7) Última obra publicada por Ferraro Vaz, bem curiosa pelos textos numismáticos e ampla reprodução de moedas portuguesas.

Do seu 'Preâmbulo' citamos: «Poderia também chamar-se 'AGENDA ESCOLAR', pelo que tem de didáctico em serviço da Escola».

Na nota, em epílogo, escreveu: «Esta AGENDA DE PORTUGAL é uma homenagem ao nosso belo e rico País, que tem uma História magnífica, plena de grandiosos episódios; e tem uma Numismática das mais notáveis do Mundo. (...) Graças a Deus!».

(8) Comunicação feita em 13 de Março de 1951 à Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses, referente ao achado de um morabitino de Sancho II na Quinta da Bela Vista, de Ferreira do Zêzere.

- 21 «AINDA A PROPÓSITO DO ARTIGO «MOEDAS E NÚMEROS», POR LUÍS PINTO GARCIA», *A Moeda* (A. Molder, Lda.—Lisboa), LXI.
- 22 «OS MORABITINOS, A MOEDA DE OURO ANTIGA E AS FALSIFICAÇÕES», *A Moeda* (A. Molder, Lda.—Lisboa), LXV.
- 1952
- 23 «MOEDAS DE D. FERNANDO — UM QUARTO DE BARBUDA DA OFICINA MONETÁRIA DO PORTO», *Nvmmvs* (Sociedade Portuguesa de Numismática—Porto), vol. I, n.º 1.
Foi feita separata.
- 1953
- 24 «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA — CLASSIFICAÇÕES E ACHADOS», *Nvmmvs* (SPN—Porto), vol. I, n.º 4.
- 1955
- 25 «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA — a) PREÇO DE AMOEDAÇÃO E VALOR INTRÍNSECO DOS DINHEIROS», *Nvmmvs* (SPN—Porto), vol. III, n.º 8.
- 1956
- 26 «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA — b) MOEDEIROS E AMOEDAÇÃO», *Nvmmvs* (SPN—Porto), vol. IV, n.ºs 11/12.
Foi feita separata.
- 1959
- 27 «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA — c) NÚMERO DE ORDEM USADO POR SOBERANOS DO MESMO NOME NA NUMISMÁTICA E NA ESFRAGÍSTICA», *Nvmmvs* (SPN—Porto), vol. V, n.º 18.
- 1963
- 28 «NUMÁRIA MEDIEVAL PORTUGUESA», *Nvmmvs* (SPN—Porto), vol. VII — 2, Suplemento ao n.º 24 ^(º).
- 1972
- 29 «AS NOVAS MOEDAS PORTUGUESAS», *Nvmmvs* (SPN—Porto), n.º 31.
- 1974
- 30 «PORTUGUESES DE D. MANUEL I», *Nvmmvs* (SPN—Porto), n.º 33.

^(º) Preçário referente à 1.ª Dinastia.

- 1976
31 «INÉDITOS DE D. JOÃO I», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), II.
- 1977
32 «MOEDAS MEDIEVAIS DE PORTUGAL», *Numisma* (Sociedad Iberoamericana de Estudios Numismáticos — Madrid), ano XXVII, n.ºs 144/149.
33 «AS MOEDAS E OS PREÇÁRIOS», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), V.
- 1978
34 «MOEDAS MEDIEVAIS DE PORTUGAL», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), VIII.
- 1979
35 «CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESFRAGÍSTICA», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), XI.
36 «OS CEITIS DE D. JOÃO III DA OFICINA MONETÁRIA DE BEJA», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), XII.
37 «DINEROS DE ALFONSO I DE ARAGÓN», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), XIII.
- 1980
38 «PORTUGAL NA NUMISMÁTICA DA ÍNDIA», Comunicação ao *I Congresso Numismático de Portugal* ⁽¹⁰⁾, folheto das respectivas Actas.
39 «PORTUGAL NA NUMISMÁTICA DA ÍNDIA», Folha avulsa, in 4.º gr., anunciadora da publicação do livro *DINHEIRO LUSO-INDIANO*, Junho.
- 1983
40 «A MOEDA DE PORTUGAL NO MUNDO — PORTUGAL: PAPEL — MOEDA», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), XXVII.
41 «A MOEDA DE PORTUGAL NO MUNDO — PREÂMBULO À NUNMÁRIA DE ANGOLA», *Numisma* (Numisma, Lda. — Lisboa), XXX.
42 «INFLUÊNCIAS HISPANO-PORTUGUESAS NAS CUNHAGENS DE AMBOS OS PAÍSES», Comunicação à *I Reunião Hispano-Portuguesa* ⁽¹¹⁾, folheto das respectivas Actas.
43 «AS MOEDAS DE OURO E O SEU TÍTULO», *Numismática* (Clube Numismático de Portugal — Lisboa), XXXI.

⁽¹⁰⁾ CONUMMUS'80 (Fundação Calouste Gulbenkian — 19/20.I) promovido pelo Clube Numismático de Portugal-Lisboa.

⁽¹¹⁾ Promovida pela Sociedad Numismática Avilesina-Avilés, Corunha, Espanha.

1984

- 44 «O MORABITINO DE BRAGA», Comunicação ao *I Simpósio sobre Problemas da Amoeção Medieval na Área Ibérica* (12), publicada nas respectivas Actas.
- 45 «BRASIL. O PAPEL — MOEDA HAVIDO ANTES DA INDEPENDÊNCIA», *Numismática* (CNP—Lisboa), XXXV.

1986

- 46 «ANGOLA. CRUZETA DE COBRE (1570 g)», *Numisma* (Numisma, Lda.—Lisboa), XXXIX.
- 47 «SENHORES, FOI NO ZOO, NUMA QUINTA-FEIRA», *Numisma* (Numisma, Lda.—Lisboa), XL.
- 48 «ACTUALIZAÇÃO DAS QUANTIAS QUE CUSTARAM DETERMINADOS BENS NOS SÉCULOS XVI, XVIII E XIX», *Numisma* (Numisma, Lda.—Lisboa), XLII.

1988

- 49 «O CIFRÃO. ESTA 'SINALEFA', QUE REPRESENTA O MILHAR, TEM A SUA HISTÓRIA PARA CONTAR», *Numisma* (Numisma, Lda.—Lisboa), XLIX.

1989

- 50 «PORTUGAL: PAPEL — MOEDA», *Cédulas e Papéis de Valor* (Associação Portuguesa de Coleccionadores de Papéis de Valor—Lisboa), XI (13).

A análise deste valioso espólio de meia centena de importantes trabalhos de investigação e divulgação numismática deixou-a a outros numismatas, e muito dela já foi realizado, extraindo as lições e as pistas precursoras que o Engenheiro JOAQUIM FERRARO VAZ nos legou em cerca de seis mil páginas de cuidado e aprofundado estudo efectuado com o extremo carinho que sempre dedicou à Numismática portuguesa.

Ao saudoso Amigo e Mestre desejo eterno repouso; dos contemporâneos e vindouros conto com o reconhecimento e gratidão a tão grande Homem exemplar.

Abril, 1990.

(12) Realizado no Instituto Politécnico de Santarém-Santarém, 6/10.V.

(13) Inédito, de publicação póstuma, do Prefácio à obra idealizada por J.F.V. e F.J.S. catalogando a notafilia portuguesa — continental, insular e ultramarina — a que Ferraro Vaz desejava chamar DINHEIRO DE PORTUGAL MODERNO.

UM PEQUENO TESOURO MONETÁRIO TARDO-ROMANO DE AROUCA (AVEIRO) (1)

António Manuel S. P. Silva

INTRODUÇÃO

São extremamente escassos os achados numismáticos referenciados na área correspondente ao concelho de Arouca.

Da necrópole romana tardia de Alvariça (Espunça) proveio um numisma de Galieno (2) e segundo Pinho Leal, em 1872 terão sido achadas «entre seis grossos tijolos, várias moedas romanas, de prata e cobre», na altura oferecidas ao Museu Municipal do Porto (3). Um achado nas pedreiras do Monte Curuto (Escariz), há algumas décadas, parece ser composto de exemplares medievais, segundo classificação então feita por Simões Júnior (4). E é este o quadro, bastante pobre, dos achados numismáticos de Arouca.

Naturalmente que esta questão entronca numa outra, que é a da fragilidade dos vestígios da romanização no concelho, consubstanciada para já, com segurança, apenas num cemitério tardo-romano (Alvariça), que forneceu um conjunto de sete

(1) Trabalho realizado no âmbito do Mestrado de Arqueologia na Fac. de Letras da Universidade do Porto. Apresentamos os nossos agradecimentos pela colaboração que nos foi prestada pelo Prof. Doutor Rui M. S. Centeno, bem como por Ana Cristina G. Dias e Sérgio Lira (pesagem e fotografia).

(2) Simões Júnior, Manuel Rodrigues, «Arouca. Subsídios para a sua monografia», in Vergílio Pereira, *Cancioneiro de Arouca*, Porto, 1959. Cremos ser o exemplar que se conserva no Museu de Arqueologia do Seminário Maior do Porto.

(3) Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno...*, I, Lisboa, 1873, p. 238GG. O local do achado seria algures entre Mansores e Tropeço (inf. de Alexandrino Teixeira).

(4) Pinho, Miguel Silva *et al.*, *Subsídios para o inventário arqueológico de Escariz de Arouca e Romariz da Feira*, policop. inéd., Porto, s/d.

estelas de xisto epigrafadas ⁽⁵⁾, numa inscrição funerária em Fermedo ⁽⁶⁾, numa árula, anepígrafa, dada como procedente de Espiunca, em alguns fragmentos de *tegulae* ou *dolia* aqui e ali, sem contexto preciso.

Este problema, que aliás constitui um dos pontos axiais de projecto de investigação que temos em curso sobre o povoamento castrejo-romano na região de Arouca, foi já abordado noutros trabalhos ⁽⁷⁾, pelo que nos abstermos por ora de outras considerações.

Do exposto ressalta a importância do conjunto monetário que agora se publica, mesmo considerando a pequena quantidade de exemplares e a ausência de um contexto arqueológico definido relacionável com o tesouro.

CONDIÇÕES DO ACHADO

O conjunto de peças estudado apareceu no ano de 1986, num aterro sanitário situado junto à Estrada Nacional 326-1, que liga Arouca a Alvarenga, a poucos quilómetros da vila.

As moedas encontravam-se numa grande mó manual de granito (Estampa I), incrustadas com uma espécie de argamassa numa reentrância da sua face superior. Aí foram localizadas por um particular ⁽⁸⁾, encontrando-se presentemente o conjunto numismático em posse do Sr. Alexandrino Teixeira, de Arouca ⁽⁹⁾. O achado original compreendia 20 numismas, mas por circunstâncias fortuitas o núcleo acha-se reduzido a 19 exemplares.

⁽⁵⁾ V. Brandão, Domingos de Pinho, *A Epigrafia Latina do Concelho de Arouca e alguns dos seus problemas*, sep. I *Colóquio Português de Arqueologia*, Porto, 1962; *idem*, «Oito inscrições latinas funerárias do concelho de Arouca», *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*, Arouca, 1987.

⁽⁶⁾ Lambrino, Scarlat, *Le nom Aefus et la Cité d'Avobriga en Lusitanie*, sep. do *Bulletin des Études Portugaises*, XXII, Lisboa, 1959-60; Brandão, Domingos de Pinho, *Lápide sepulcral luso-romana de Fermedo-Arouca*, sep. *Lycerna*, I, 1. Porto, 1961; *idem*, *Ainda a inscrição de Fermedo*, sep. de *Lycerna*, I, 2, Porto, 1961.

⁽⁷⁾ Silva, António Manuel dos Santos Pinto, «Notas para o estudo do período castrejo-romano no concelho de Arouca», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (3-4), Porto, 1988; *idem*, «Introdução ao estudo do povoamento castrejo-romano na região de Arouca», *Actas do VI Colóquio Português de Arqueologia* (1987), no prelo.

⁽⁸⁾ Concretamente o Sr. Manuel Pinho, de Arouca.

⁽⁹⁾ Aproveitamos para agradecer a disponibilidade e atenção com que nos foi possibilitado o estudo das moedas. O actual proprietário do conjunto numismático manifestou-nos a firme intenção de doar as 19 peças ao Museu de Arouca, desde que aí se criem as necessárias condições de exposição.

Conforme na altura foi averiguado, a mó era proveniente dos entulhos da demolição da antiga Casa da Aborrida (situada na vila de Arouca, junto ao parque municipal), que por essa época se desmantelou para dar lugar a nova construção.

A grande *mola manuarial* de granito (Est. I) é constituída apenas pelo dormente, que podemos descrever da seguinte forma:

- Elemento dormente de mó de granito de grão médio com polimento irregular, cilíndrico na base e troncocónico na parte superior; lado subvertical levemente convexo e base plana.
- Dimensões gerais: diâmetro de 45.5 cm ⁽¹⁰⁾ e espessura entre 9 (ao centro) e 4.6 (face lateral).
- Ângulo da superfície de moagem: c. 18 graus.
- Orifício subcilíndrico central perfurando verticalmente toda a peça (diâmetro: 7.3).
- Um entalhe rectangular com c. de 14×4 e 0.8 de profundidade intercepta diametralmente na base a perfuração central.
- Na superfície de moagem rasgam-se duas concavidades de secção horizontal oval muito alongada, com as seguintes medidas:
 - concavidade maior (onde se encontravam as moedas): eixo maior com c. de 10.2; largura entre 1.8 e 2.3 e profundidades entre 1.8 e 2.2;
 - concavidade menor: eixo maior com c. de 8; largura entre 1.6 e 2.5 e profundidade média de c. de 1.2.

Este dormente parece constituir um tipo evoluído das mós manuais usadas ao tempo da dominação romana. Como observa Nelson Correia Borges ⁽¹¹⁾, a perfuração completa do dormente serviria, muito possivelmente, para a ligação do veio central a um dispositivo, o «urreiro» ou «arrieiro», que além de ajudar à estabilidade da mó, permitiria ajustar a posição da girante, possibilitando uma maior ou menor granulicidade na farinhação.

A mó de Arouca possui também um entalhe rectangular que intercepta na base a perfuração central, o que parece relacionar-se com a fixação do dormente a qualquer superfície rígida. As concavidades existentes na superfície de moagem não são por certo originais. Se bem que seja comum ocorrerem perfurações neste tipo de mós, aparecem normalmente no elemento movente, destinando-se no geral à aplicação de um manípulo para facilitar o movimento giratório da peça. Neste caso, contudo, a irregularidade e a pouca profundidade das concavidades sugerem, antes, terem sido feitas por um motivo que não se prende com a funcionalidade imediata da mó, mas sim precisamente para ocultar o conjunto monetário. De facto, foi no entalhe mais profundo e melhor polido (Est. I, 1) que se acharam as 20 moedas, cobertas e dissimuladas com uma massa plástica endurecida de tom

⁽¹⁰⁾ Pela natural irregularidade da peça as medidas respeitam normalmente a valores médios e, salvo indicação em contrário, são dadas em centímetros.

⁽¹¹⁾ «Mós Manuais de Conimbriga», *Conimbriga*, XVII, Coimbra, 1978, pp. 118-9.

cinza claro ⁽¹²⁾; a concavidade menor, incompletamente rasgada, parece destinada a esconderijo similar, porventura inacabado ou desaproveitado.

Pela forma e dimensões esta *mola manuaría* de Arouca pode talvez integrar-se no tipo D7 proposto por Nelson C. Borges para as mós manuais de Conimbriga ⁽¹³⁾, se bem que com a variante do entalhe de fixação na base.

A localização precisa dos numismas é aqui um dado fundamental, pois traduz uma clara intenção de ocultamento, o que nos permite classificar o conjunto como um pequeno tesouro que, em dado tempo e por circunstâncias que só podemos supor, alguém constituiu, subtraindo à circulação corrente duas dezenas de pequenos bronzes romanos tardios.

Por outro lado, o achado numismático reveste-se de particular importância para a própria datação da mó granítica, sabendo-se das grandes dificuldades de fixação cronológica dos diversos tipos ⁽¹⁴⁾ destes artefactos, dada a sua grande longevidade e variabilidade formal.

COMENTÁRIO

Como ressalta do catálogo, nos numismas deste pequeno tesouro predominam largamente os exemplares cunhados ao tempo dos imperadores *Constantius II* e de seu filho, *Constans*, sendo provenientes de centros emissores ocidentais (especialmente Arles, Trier e Roma) a maior parte das moedas. Constitui aspecto curioso a circunstância de se acharem no conjunto duas falsificações, imitando aliás tipos comuns.

A análise dos intervalos de cunhagem demonstra que praticamente todas as peças foram produzidas entre os finais da década de 30 e os anos 60 do século IV, sendo única excepção o exemplar mais tardio de *Valentinianus II* (n.º 19 do catálogo), datado precisamente do ano de 383 segundo o *LRBC* ⁽¹⁵⁾.

O facto desta moeda se encontrar em melhor estado de conservação se comparada com as restantes, pode indicar que não terá sido dos mais amplos o seu período de circulação, o que, aliado à relativa homogeneidade temporal que releva do conjunto dos numismas, sugere que se tratará de um tesouro ocultado entre os finais do século IV e os inícios da centúria seguinte.

⁽¹²⁾ Fragmentos desta argamassa, bem como a mó, encontram-se na posse do mesmo Sr. Alexandrino Teixeira, de Arouca.

⁽¹³⁾ V. nota 11.

⁽¹⁴⁾ *Idem*.

⁽¹⁵⁾ *LRBC*, II: 2556 (Hill, P. V., J. P. C. Kent e R. A. G. Carson, *Late Roman Bronze Coinage* — A.D. 324-498 London, 1965).

Como já fizemos notar, a raridade de achados numismáticos na região dificulta a busca de paralelos. Todavia, o achado de um conjunto de moedas de cobre dentro de um saco de couro, ocorrido há cerca de 50 anos em Santa Cecília, Sobrado, Castelo de Paiva ⁽¹⁶⁾ denota algumas semelhanças com o de Arouca, pois parece tratar-se igualmente de um tesouro relativamente pequeno (se bem que por certo mais numeroso que o nosso) e os imperadores representados aparentam estar em concordância proporcional com os das moedas do achado de Arouca: Constâncio II, Constante, Valentiniano I e Valente. Em contrapartida, assinalam-se no tesouro de Santa Cecília vários exemplares de *ateliers* não registados no de Arouca, como Aquileia ou Siscia. No geral, este achado de Paiva é constituído por moedas «cunhadas em meados do século IV» que «deviam ter circulado nesta região nos fins deste século e princípios do V» ⁽¹⁷⁾.

Assim, e pese embora a distância entre Sobrado de Paiva e Arouca, os dois achados parecem corresponder a actos de entesouramento não muito distintos no tempo, constituindo este tesouro arouquense mais um contributo, ainda que modesto, para o conhecimento da circulação monetária romana da segunda metade do século IV na região interior do Douro Litoral.

⁽¹⁶⁾ A notícia do achado encontra-se em Pinho, Margarida Rosa Moreira, *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Coimbra, 1947, pp. 54-57, que não indica o número exacto de moedas aparecidas, agrupando-as apenas em 9 «tipos» de que dá breve descrição seguindo a *Descrição Histórica das Moedas Romanas* de Teixeira de Aragão. Refere-se também a este achado, pouco adiantando de novo, Mário de Castro Hipólito («Dos tesouros de moedas romanas em Portugal», *Conimbriga*, II-III, Coimbra, 1960-61, pp. 48-9).

⁽¹⁷⁾ Margarida Rosa M. Pinho, *op. cit.*, pág. 57.

CATÁLOGO DAS MOEDAS (ESTAMPA II)

A catalogação dos espécimes numismáticos foi feita a partir de *Roman Imperial Coinage* (18), abreviado por *RIC*, como é uso. As moedas estão ordenadas por imperadores, centros emissores e intervalos de cunhagem. É a seguinte a organização dos descritores:

1.^a coluna: n.º de ordem; legenda do anverso; designação; descrição do tipo segundo o *RIC*.

2.^a coluna: legenda do reverso e eventual discriminação do tipo; eixo; peso em gr.; n.º de referência no *RIC*.

3.^a coluna: marca do centro emissor.

CONSTANTIUS II

Treveri, 9 Set. 337 - Março 340

01. FL IVL CO[NSTANS AVG] <i>Nvmmvs</i> (D2)	GLOR - IA EXERC - ITVS (1 est.) 12 1.763 <i>RIC</i> 60	• TRP •
---	---	---------

Arelate, 347-8

02. CONSTANTI - VS P F AVG <i>Nvmmvs</i> (D4)	VICTORIAE DD AVGGQ NN 12 1.179 <i>RIC</i> 83	P SARL
--	---	-----------

03. CONSTANTI - VS P F AVG <i>Nvmmvs</i> (D4)	VICTORIAE DD AVGGQ NN 12 1.349 <i>RIC</i> 90 ou 95	£ PARL[?]
--	---	--------------

Arelate, 18 Ag. 353 - 6 Nov. 355

04. D N CONSTAN - TIVS P F AVG AE3 (D3)	[FEL TEMP R] - EPARATIO 12 2.437 <i>RIC</i> 222	D TCON
--	--	-------------

Arelate, 6 Nov. 355 - Primavera 360

05. D N CONSTAN - TIVS P F AVG AE3 (D3)	SPES REI - PVBLICE 12 2.050 <i>RIC</i> 275	SCON
--	---	------

06. D N CONSTAN - TIVS P F AVG AE3 (D3)	FEL TEMP - [REPARATIO] 12 1.935 <i>RIC</i> 272	M SCON
--	---	-------------

Arelate (?), 6 Nov. 355 - Primavera 360

07. D N CONSTAN - TIVS P F AVG AE3 (D3)	FEL TEMP R - EPARATIO 5 2.771 cfr. <i>RIC</i> 269	M [PCON?]
--	--	----------------

Roma, 6 Nov. 355 - Verão 361

08. D N CONSTAN - TIVS P F AVG AE3 (D3)	FEL TEMP - REPARATIO 7 2.182 <i>RIC</i> 314	R • M • [?]
--	--	-------------

09. [D N CONSTAN] - TIVS P F AVG AE3 (D3)	FEL TEMP - [REPARATIO] 12 2.184 Como <i>RIC</i> 304 (cfr. marca para Juliano, <i>RIC</i> 312)	RP
--	--	----

(18) Sutherland, C. H. V. e R. A. G. Carson (eds.), *The Roman Imperial Coinage* (Kent, J. P. C., Vol. VIII—*The Family of Constantine I. A.D. 337-364*, London, 1981); *idem* e Harold Mattingly (eds.), *The Roman Imperial Coinage* (Pearce, J. W. E., Vol. IX: *Valentinian I—Theodosius I*, London, 1968, reimpr.).

Antiochia, 347-8

10. D N CONSTAN - TIVS P F AVG <i>Nvmmvs</i> (H3)	VOT/XX/MVLT/XXX 6 1.408 RIC 113	SMANB
--	------------------------------------	-------

Imitação (*Constantius II*)

11. DIXN CONAN - TIVS P F AVG (busto à direita com manto, couraça e diadema de pérolas)	[FEL TEMP R]EPARATIO 6 1.595	
---	---------------------------------	--

CONSTANS

Treveri, após Abril 340

12. [CONST]ANS - P F AVG <i>Nvmmvs</i> (D4)	GLORI - A EXER - CITVS (1 est.) 6 1.523 RIC 111	$\frac{M}{TRPU}$
--	--	------------------

Arelate, 347-8

13. [CONSTANS] - P F AVG <i>Nvmmvs</i> (D5)	[VICTORI]AE DD AVGGQ NN 6 1.571 RIC 81	$\frac{AA}{SARL}$
--	---	-------------------

Nicomedia, 9 Set. 337 - Primavera 340

14. D N CONSTA - NS P F AVG <i>Nvmmvs</i> (H2)	GLOR - [IA] EXER[C - ITVS] (1 est.) 12 1.649 RIC 12	SMNT
---	--	------

Imitação (*Constans*)

15. CONSTAN[S - P F] AVG (busto à direita com diadema de rosetas, manto e couraça (?))	GLORIA - EXER[CITVS] (1 est.) 7 1.401	$\frac{M}{[?]}$
--	--	-----------------

IULIANUS (CAESAR)

Thessalonica, 6 Nov. 355 - Verão 361

16. D N CL IVLIAN - VS NOB CAES AE3 (D1)	SPES REI - PVBLICE 5 1.830 RIC 216	$\frac{* }{SMTS\epsilon}$
---	---------------------------------------	---------------------------

VALENTIANUS I

Nicomedia, 25 Fev. 364 - 24 Ag. 367

17. D N VALENTINI - ANVS P F AVG AE3 (A)	SECVRITAS - REI PVBLICAE 6 1.879 RIC 12 (a)	SMNB
---	--	------

VALENS

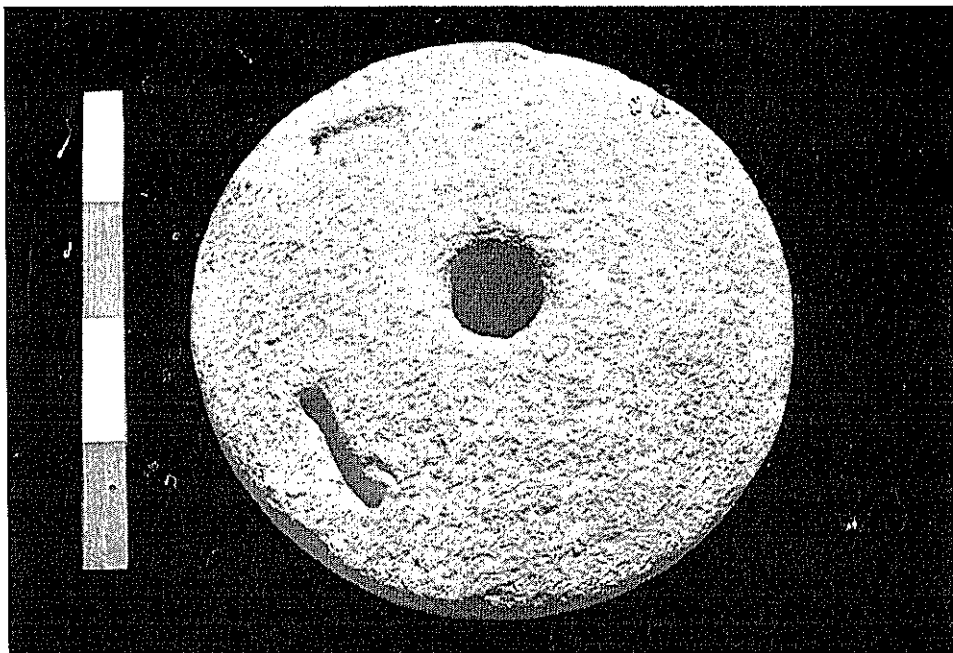
Constantinopolis, 25 Fev. 364 - 24 Ag. 367

18. [D N] VALEN - S P F AVG AE3 (A)	GLORIA RO - MANORVM 12 2.380 RIC 16 (b)	CONSP[?]
--	--	----------

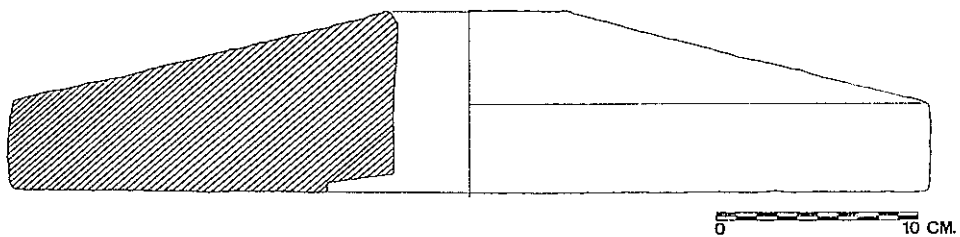
VALENTINIANUS II

Cyzicus, 9 Ag. 378 - 25 Ag. 383

19. D N VALENTINIANVS P F AVG AE4 (A)	VOT/X/MVLT/XX 7 1.195 RIC 21 (b)	SMKB
--	-------------------------------------	------



1 — Face superior do dormente granítico, vendo-se na parte inferior a recêntrância onde se encontravam as moedas (escala: 40 cm).



2 — Secção vertical da mó.

THE COINAGE OF THE SUEVIC PERIOD

H. V. Livermore

The fall of the Roman Empire in the west dates from the end of the year 406, when barbarian armies, after intense fighting, forced their way across the Rhine. They overran the Gauls, and in September-October 409 crossed the Pyrenees into the Iberian Peninsula, where they were soon afterwards assigned land. The Sueves received the *Conventus Braccarenensis*, which included the cities of Oporto and Braga, and were the only ones of these first invaders to remain permanently where they settled. Unlike the nomadic Alans and the destructive Vandals, they were Germanic peasants who had been established near the borders of the Empire. Like other barbarian peoples, they were illiterate and pagan (¹). Their kingdom lasted a little more than 170 years, until 586, when it was suppressed by Leovigild, that is to say, not much less than half as long as the four centuries of the Roman Empire itself. Its most enduring monument is the intense concentration of Germanic toponyms in the Minho, unparalleled in any other part of the Iberian Peninsula (²). That these toponyms are recorded only later is immaterial: they could not have existed without the Suevic settlement.

The written records of the Suevic monarchy are sparse and external. Orosius saw their arrival, but left to join St Augustine in Africa and St Jerome in the east. Hydatius, a native of the city of the Lemici and bishop of Chaves, has left annals

(¹) Hydatius states expressly that Hermeric's son Rechila died a pagan. Reinhart's supposition that some may have been Christians is based solely on the statement (in the life of St Ambrose) that a Marcomannic queen named Fritigil had embraced Christianity and persuaded her husband to make peace with the Romans. Its relevance must be considered doubtful.

(²) J. M. Piel has established the number of Germanic toponyms per 100 square kms. as 195 in Oporto, 185 in Braga, 100 in Viana do Castelo. Southward it falls sharply to 50 in Aveiro and 11 in Coimbra. Eastward, it falls to 23 in Vila Real and 6 in Bragança. Northward, it is 40 in Pontevedra, 48 in Coruña and 20 in Orense. In Leon it is 1.8 and in Salamanca 0.

until 469, which may have been the year of his death. Between then and about 550, nothing is known of the Suevic state: St Isidore says that there were several, or many, Arian kings, whom he does not name ⁽³⁾. From 550 until its overthrow, the Suevic monarchy is known chiefly from Gregory of Tours (d. 594) and John of Biclaro, who, though born at Scallabis (Santarém), was bishop of Gerona: he wrote in the first or second decades of the following century. The account of St Isidore, also of this time, adds little to what is in Hydatius. The great figure of the later period, — and one of the greatest of his day, — was St Martin of Dume, who converted the Suevic rulers to catholicism and organized the church in the old Roman province of Gallaecia: he was a teacher and churchman, not a historian, and his mission was to tell King Miro what he ought to do, not to record what he did ⁽⁴⁾. Given the paucity and indirectness of the written sources, the evidence of the coins as documents preserved from the period without the intrusion of copyists or commentators is of outstanding importance.

Any study of these coins must take as its point of departure the work of Wilhelm Reinhart, whose first essay, 'Die Münzen des Schwebenreiches', appeared in the *Mitteilungen* of the Bavarian Numismatic Society, vol. LV, for 1937, and whose later book, *El reino hispánico de los suevos*, was published at Madrid in 1952 ⁽⁵⁾. The book, as the title implies, attempts to bring together the numismatic and other information in a general account of the Suevic state, but Reinhart was an engineer and collector rather than a historian or philologist, and his more general remarks require to be read in conjunction with J. M. Piel's *Hispanogotisches Namenbuch* (Heidelberg 1974). Reinhart's predecessor in these studies was Aloïs Heiss, who had published his 'Essai sur le monnayage des suèves' in the *Revue numismatique*, 1891, 146-163. Heiss, working in Paris, probably obtained much of his information by correspondence. He was responding, after a lengthy interval, to what must have been the first publication on the subject, that of Eduardo Allen and Nunes Teixeira, which had been printed in the *Revue numismatique*, N. S. vol. X, 1863 ⁽⁶⁾.

⁽³⁾ A late document refers to a Theodemund, after Remismund, he is only a word.

⁽⁴⁾ The *Opera omnia* of St Martin are excellently edited by C. W. Barlow, New Haven 1950. Dr. A. J. Miranda has recently provided a convenient account of the saint's teaching with coloured illustrations of some of the coins in *Um tratado de higiene mental do s. VI*, Santo Tirso 1989.

⁽⁵⁾ The quality of the photographs in 1937 is much better, but by 1952 Reinhart had changed some of his views and eliminated some defective or doubtful material.

⁽⁶⁾ The first collection to boast these coins may have been that of the Bishop of Oporto, Magalhães de Avelar, whose famous library became the basis of the Oporto Public Library. He had been banished by the ex-Emperor Pedro IV in 1833 and died in his native

Heiss had made two important and misleading conclusions. Among the pieces known to him were more than one bearing the toponym Emeri, Imeri, which he correctly read as Mérida. Since the capital of Lusitania had been occupied by the Sueves under King Rechila (438-448) and held for only a few years, he supposed that the coins were of this period and devised the classification 'Premières émissions lusitaniennes': the other coins he divided between Galician and 'later' Lusitanian issues. His other error was in explaining the appearance of single letters on some coins. He deduced these to be mint-marks, and having recourse to the Antonine Itinerary, identified L as Lamego, R as Rusticana, and finding no A, concluded that it was an inverted V, and opted for Viseu. Reinhart pointed out that one coin had different letters on the two sides. But Heiss' mistake was in confining his search to what he supposed to be Suevic territory. It is probable that the letters are indeed mint-marks, and that L may stand for León. But since many of the coins are copied from earlier coins, the moneyers have followed older mint-marks, R being perhaps Ravenna and A Arelate (Arles). The case of the different marks on the two sides of one coin could be explained by the copying of two different coins, which might give this result. But the method is faulty, and we should ignore the single letters unless there is a cogent reason to accept them. The list given by F. Mateu y Llopis in 'Nombres de lugar en el numerario suevo y visigodo' (*Analecta sacra tarraronensia*, XV, 1942, 23-28) should be amended accordingly.

The whole legacy of these coins falls into two separate and unequal parts: 1) the silver *siliquae* of King Rechiarius, and 2) the gold coins of different groups. The silver *siliqua* is a coin showing the Emperor Honorius (394-423) with the mint-mark Br, for Braga, and the legend IVSSV RICHIARI REGES, 'by order of King Richiarius'. The only specimen then known was acquired at a sale by the Bibliothèque Nationale in Paris in 1864. Since Honorius had been dead a quarter of a century when Rechiarius began his reign, Reinhart was inclined in 1937 to reject it as spurious. But the discovery of a broken coin of the same type *in situ* by Carlos Teixeira in excavations at Lanhoso in 1940 forced him to change his mind (?).

This publication caused the Spanish numismatist Pío Beltrán to write 'Parece indudable que fueron acuñadas monedas con el nombre y busto de Honorio por

Lamego in 1836. The coins are said to have been 'sold in England', but no trace of Suevic issues is known in England at this period. It is possible that they passed to the Allens, a catholic family of English origin domiciled in Oporto, and so to the Oporto Museum.

(?) The identification, by F. Bouza Brey, was published in *El Museo de Pontevedra*, 1946.

mandado del rey suéxico Hermerico, su hijo Rechila y nieto Rechiario' (8). But no such coins have appeared, nor are they likely to do so. The minting of coin was a jealously-guarded prerogative of the Emperors, and no other barbarian king appears to have dared to put his name on a coin in the first half of the fifth century. If the catholic Rechiarius did so, it was to proclaim that Honorius had granted legal recognition to the kingdom of the Sueves. When the Emperor Valentinian III was murdered, he was at the mercy of the Arian Visigoth Theodoric, whose daughter he had married. Whilst the Sueves continued to recognize the house of Theodosius, whose ladies fled to Byzantium, the Visigoths adhered to their *foedus* with Rome. Theodoric invaded the Suevic kingdom, captured Rechiarius in Oporto, and had him executed at the end of the year 455. The circumstances in which the siliquae were issued were therefore unique.

The remaining coins attributed to the Suevic period are of gold. They may be divided into two groups: those in imitation of coins of the Roman or Byzantine Emperors, often with the ruler's name garbled or misspelt, and those with legible inscriptions. The garbling of names, sometimes reduced to sequences of meaningless strokes, may be due to the ignorance of the moneyers or, more probably, to the fact that forging was a capital offence and that the prerogatives of the Emperors were well known. Reinhart attempted to wrestle with the problem, and to decide which pieces to attribute to the Sueves, but with considerable doubts. More recently, Wallace J. Tomasini has classified the tremisses produced in the west, using the methods of the historian of art: he leaves the Suevic problem unresolved (9).

The other group of gold tremisses or trientes is that which bears inscriptions, and notably the Latina Moneta series, some with a toponym and some with the two words in reverse order. Although Reinhart looked for a distinction, none of any significance has been established. Both kinds are extremely rare. In 1952 Reinhart illustrated only 22, with twelve different toponyms (10).

It is now possible to trace a number of coins not known to Reinhart, some of them discovered since his time. But the total is still small. The number of Visigothic coins known to and described by George C. Miles in his *Coinage of the Visigoths of Spain* (New York 1952) was 3,461, and Professor Grierson has estimated the number of new arrivals at a thousand or more. No similar expansion has been recorded for the Suevic issues. An experienced dealer in the

(8) «Las primeras monedas suéxicas», *Caesaraugusta*, 7-8, 1957, 115-119.

(9) W. J. T., *The Barbaric Tremissis in Spain and Southern France Anastasius to Leovigild*, New York 1966.

(10) His list of toponyms does not quite correspond to the coins shown.

United States informs me that he has never handled one: his most recent catalogue (November 1989) has eight Visigothic pieces, but no Suevic.

It is perhaps relevant to ask if these coins are Suevic at all, and, if so, in what sense. The series under discussion bears no Germanic word, except one, the name of a ruler. It does bear the words *Moneta Latina*, so that its makers could be only Sueves who had intermarried with the indigenous population or had adopted the Roman language and/or religion. Indeed, the term Suevic so applied arises from a misunderstanding. When Luis Joseph Velásquez de Velasco, Marquis of Valdeflores, a colleague of Enrique Flórez, the compiler of *España Sagrada*, published his *Congeturas sobre las medallas de los reyes godos y suevos*, Málaga 1759, he was able to identify the names of Visigothic kings on the coins known to him. He also came across pieces bearing the letters CVRRV. Since no Visigothic king of this name existed, he inferred that it belonged to one of the 'lost' Suevic rulers. There is no proof that Valdeflores ever saw an authentic coin of the *Latina Moneta* series. It was the belief that, as the coins were 'Suevic', those marked Mérida must belong to the period of Suevic occupation, which misled Heiss into inventing his 'Premières émissions lusitaniennes'.

It had occurred to both Heiss and Reinhart that some of the *Latina Moneta* and associated issues might be late, that is, of the final phase of the Suevic monarchy. But the proof was made by Professor Grierson in an article published in *Estudios de Castelo Branco* (1962) and reproduced in his *Dark Age Numismatics* (London 1979). A coin of the Suevic series was formerly in the Archaeological Museum in Madrid, until it was stolen during the Spanish Civil War. It had been read by Heiss, by Arthur Engel and by Pío Beltrán, with rather differing results: DEODIAZCAREIGESONAI or OCODIACCAREIGESONAI. Beltrán saw that it contained the word REIGES, and supposed that the last letters ONAI denoted a 'lost' Suevic king. But *rex* is placed after the proper noun: Oedipus rex, Rechiarius rex. Grierson saw that the only known ruler whose name could appear was Audeca, Audiacca. In Germanic texts *aud-* and *o-* are interchangeable, and although the King's name is sometimes read Andeca, the best edition of Juan of Biclario (Pe. Julio Campos, Madrid 1960) prefers Audeca. Since this ruler seized the throne from Miro's son and married his widow before being captured and shut up in a monastery at Beja by Leovigild in 584-585, we have a precise date for the coin.

Another piece described in the nineteenth century has the inscription PAX GALLICA, or 'peace with Gaul'. Since we know that King Miro, in his attempt to fend off Visigothic aggression, made treaties with Merovingian allies, and that a Frankish fleet intervened, but was driven off by the superior Visigothic navy, this coin celebrates the alliance or invokes it. In this connection, it is worth noting

that the historian Procopius, writing half a century later, differentiates between the Sueves in Pannonia, with whom he is concerned, and those whom 'subject to the Franks' (*hoi Phrangkon katekooi, Wars, V xv, 26*) ⁽¹¹⁾.

One of the coins described by Reinhart (his No 37) reads LEONES MONETA CLARA. Leon was, of course, the ancient garrison-town of the Seventh Legion. *Clarissimus* was the style given to the highest rank in the Roman administrative nobility: *clarus* in Christian terms meant 'firm in the faith' or 'distinguished for services to religion'. Of leading churchmen it is said '*clarus habetur*'. There is no mention of Suevic rule extending so far as Leon. But two more coins from Leon exist. One is in the Fitzwilliam Museum Cambridge, from Professor Grierson's collection, and appears in his monumental catalogue, *Medieval European Coinage* (I, Cambridge 1986), as LEIOIA COTIS MVNITA. The other is in the Ashmolean Museum at Oxford, and was published by D. M. Metcalf and F. Schweitzer in their 'Milliprobe Analyses' (*Archaeometry* 12, 2, 1970, No 153), as LEIOIA COTISMVNITA. The two specimens are of the same issue but from different dies, and an enlargement of the Cambridge coin shows clearly that the words are A GOTIS. We have therefore coins from Leon both before and after the Gothic occupation. This probably occurred during Leovigild's campaigns of 574 and 575 ⁽¹²⁾.

Perhaps the only one of these pieces to have come to light outside the western part of the Iberian Peninsula ⁽¹³⁾, is one found in an otherwise Visigothic hoard by J. Cabré Aguiló at the church of Reccopolis, now Zorita de los Canes, east of Toledo, in 1945. The contents of the treasure are summarized by Xavier Barral (*La circulation des monnaies*, Munich 1976, 86-92), who gives the date at which the treasure was hidden as 576-579, though 579 in fact is only the earliest date at which the treasure could have been deposited ⁽¹⁴⁾. Leovigild founded Reccopolis for his son Reccared in 578, perhaps to allow the continuation of

⁽¹¹⁾ The sea-route between northern Portugal and Gaul is marked by toponyms Suevos, Suegos. These occur, two near Coruña, two more on the north coast of Galicia, and the Monte Suevo, near the Cantabrian coast.

⁽¹²⁾ Juan of Biclario, ed. Campos 84, 85. Leon itself is not named, but Amaya was taken in the first campaign and the Montes Aregenses in the second. However, an earlier occupation cannot be excluded.

⁽¹³⁾ Unfortunately, many of the pieces are of unknown provenance, especially those discovered in the nineteenth century, when the place of discovery was not thought worth recording.

⁽¹⁴⁾ He makes the latest datable coin a Visigothic *iriens* bearing the legend '*inclitus rex*' of the 'cross on steps' type, introduced at Byzantium by Tiberius II in 578, so that an imitation made in Spain could hardly occur before 579.

Arian worship at court, but more specifically to defend the approach to Toledo from Byzantine Cartagena. The coin could have been seized on any of Leovigild's western campaigns, including that in which he pillaged the treasure of Audeca, though the dates of the Visigothic coins point perhaps to an earlier expedition ⁽¹⁵⁾.

The inscription on the coin is ILATINA MVNITA II, with no toponym. The two strokes are unexplained, but I would suppose both the initial stroke and the two final ones to be a form of punctuation.

One other coin appears to be of late date. It appears in the Catalogue of the Garrett collection (Vol ii, p. 129, No 619) and reads LATINA MVNITA VINC +. The cataloguer has attempted to treat this as a toponym, and has suggested Ventosa. But VINC is clearly an abbreviation of *Vincitur* (or another part of the verb) and the cross stands for *In hoc signo*, the phrase, with its Constantinian echo, representing a profession of Catholic faith in the face of Arian domination ⁽¹⁶⁾.

The evidence provided by the inscriptions on these coins suggests that, if Suevic, they were of late date: that is, after the conversion of the monarchy to the Catholic version of the Christian faith. The religious symbolism of the coins, a Latin cross within a wreath, the latter often stylized or simplified to concentric circles or rings of dots, is always the same, and should thus be either Arian or Catholic: since in some cases it is clearly Catholic, it is probable that all the coins are 'Catholic'. This remains to be proved, but at least the onus of proof is on any who wish to demonstrate the contrary. Some pieces (that from Leon) may postdate the Visigothic annexation, but probably not by long.

The general standard of workmanship of the coins is very uneven. In some cases the lettering is excellent, and comparable with the best inscriptions on monuments: in others it is poor. This variation is not to be explained by loss of standards in a single royal mint, but by varying levels of craftsmanship in various places, not necessarily over a long period of time. The rarity of the coins may be due to the systematic seizures of treasure practised by Leovigild, but the production of the coins may have been quite small, and the absence of hoards implies that this is the case. Some, at least, of the coins were made with a political end in view, rather than for general use as a means of exchange.

⁽¹⁵⁾ John of Biclara: 'regno privat, Suevorum gentes, thesaurum et patriam in suas redigit potestates' (ed. Campos, 96). Leovigild's conquests were in fact piratical expeditions, and the seizures explain the large quantity of gold coined under Leovigild and Reccared.

⁽¹⁶⁾ The provenance of the Garrett coin is given as the collection of A. A. Carvalho Monteiro, Lisbon 1926. On my visiting Santo Tirso in October 1989, Dr A. J. Miranda showed me another specimen of the same coin from his remarkable collection.

Any conclusions to be drawn from the toponyms themselves must necessarily be provisional, since the number of known coins with a place of minting is small, and others may exist which would modify our opinions. Several of the coins discovered in the nineteenth century are either difficult to read or yield readings difficult to explain, and the task would be facilitated by the emergence of better specimens. But it is at once striking that none of the coins bears the name of Braga or Oporto or any place in the original Suevic heartland, though this does not prove that none were made there. The toponyms (where legible) on the coins known to Reinhart are: No 23 TVDE Tuy; Nos 24-26 IMERI EMERI Mérida; Nos 27-28 IVLI; No 29 GATII; No 30 BENE Benavente; No 32 IARI; No 34 ATEI; No 35 O(PPIDVM) MVRELENSE Maurelos; No 36 SENAPRIA Sanabria; No 37 LEONES León; No 38 O(PPIDVM) BERISIDENSE Beriso; Two pieces from the Archeological Museum at Belém are unidentifiable: Reinhart's No 39 is read LMENIVSEIB.TII, into which he has read Viseu (implausibly, I think). His No 40 he has read ACVEVINO EIIITEIA. His No 41 NTINA CDP.TANI MVNIT, from the Nieport collection, now owned by Dr. A. J. Miranda, contains the words *Latina Moneta*: what is between them may be *Egitania*.

Reinhart's list, deduced from this, runs: Braga, Beriso, Emerita, Laura (?), Leon, Maurelos, Puebla de Sanabria, Pax Julia (Beja), Tuy, Viseu and Verenganos, 'without counting those deduced from single letters'. From this list we should deduct: Braga, which is represented only by the silver coin of Rechiarius, Viseu, unless Reinhart's reading of No 39 is substantiated; and Verenganos, which does not appear. In IARI the first sign is probably the ligature LA, giving Lara, the Laura or Labra of Visigothic coins. It seems doubtful if IVLI is indeed Beja.

To Reinhart's list we may add: PALLANTIA Palencia, from an unpublished specimen in the possession of the Hispanic Society of America, on loan to the American Numismatic Society; and a coin read LATINA CATTIC MVNI in the *Catálogo* of Pinto de Magalhães (Porto 1963).

It will be seen that these places are either peripheral to the Suevic heartland, or annexed to it after the conversion by St Martin: Tuy, Sanabria, Benavente, Beriso, Laura (?). Atei may have been the place recorded at Attei, now Porriño, near Vigo, a pre-Roman and Roman site.

Leon and Palencia are places outside the Suevic area, but within the extended Roman province of Gallaecia, as it existed under the later Empire. IVLI, clearly read on several coins, cannot, I think, be Pax Julia, which is always Pax, with the adjective *Pacensis*, giving the Arabic Bajja and modern Beja. I suggest Juliobriga, near Reinosa at the headwaters of the Ebro, which is mentioned in the *Notitia Dignitatum* as the place to which Roman troops were removed from Brigantia (La Coruña), probably as a result of the barbarian settlement (*nunc*

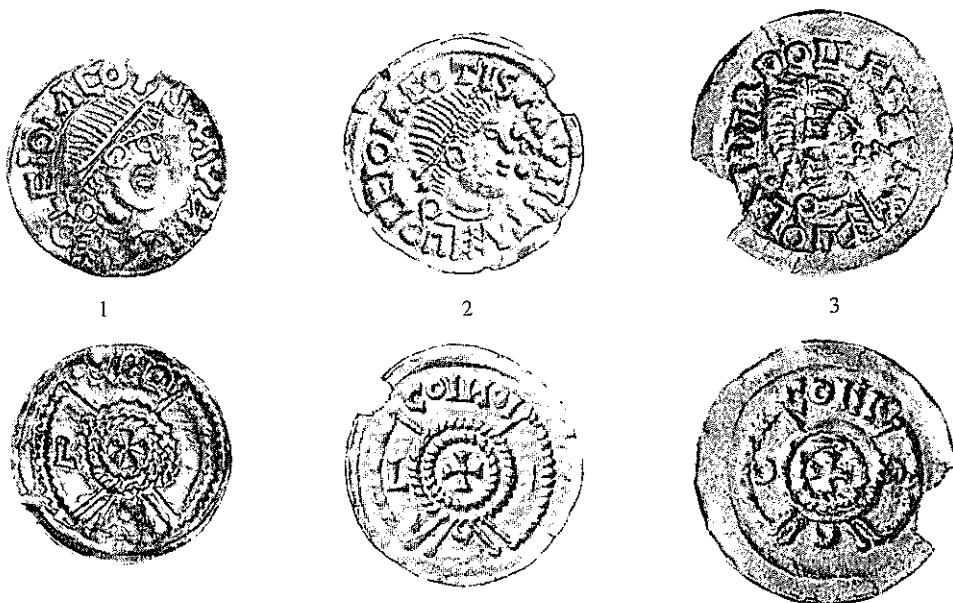
Iuliobriga)⁽¹⁷⁾. In the light of our present knowledge, this would be the eastern limit of the area on which these coins were produced.

The existence of *LATINA MONETA* coins from Mérida, the capital of Lusitania, is particularly significant. As we know, St Martin of Dume had died in 579, before the crisis in the Suevic state. The great figure of the church in the following years was Massona of Mérida, whose defiance of King Leovigild led to his temporary removal and banishment, whilst the king endeavoured to establish an Arian diocese in the city. We know from the *Vitas patrum emeritensium*, a unique record of the spiritual life of a Peninsular city at this period, that the bishops of Mérida, as metropolitans of the province, were far wealthier than the provincial nobility, and that their wealth permitted them to build churches, a hospice and monasteries in and around the capital. We need not doubt that among the prerogatives enjoyed by Massona, and hotly disputed by Leovigild, was the power to authorize the issue of gold coin, which, if not in everyday circulation in the market-place, was necessary to gain the adhesion of local leaders. For King Leovigild, what was at stake was not so much the Arian religion, as the ability to reward his followers. If the king had his way, his son Reccared both accepted the religion of the majority and retained his gold. During the Visigothic period, Mérida probably issued more gold coins than even Toledo, and remained a leading military centre. It was not the fall of the city of Toledo, but the siege of Mérida that determined the victory of the Muslims in June 713.

The impact of Leovigild's victory over the Sueves was perhaps less than has been imagined. Neither Ibero-Suevic society nor the adventurers ruled by Leovigild were yet a nation in the modern sense. In the sixth century, one's *natio* was one's birthplace or tribe: that of the Ibero-Suevic society was the Minho of to-day, that of Leovigild the Visigothic residue established in Gothic Gaul after their defeat by the Franks. His object was to enlarge his army with the troops he defeated and to seize the resources to pay and feed them. The annexation of the Sueves was probably sufficient to tip the scale of religion in favour of catholicism and against Arianism, and to precipitate the abandonment of Arian traditions by his son Reccared, three years after his own death. Ibero-Suevic society, as shaped by St Martin and Miro, continued little modified until 660, when the dioceses of Lamego and Viseu which had been annexed from Lusitania were restored, not without much resistance, to Mérida. Even later, the separate existence of the Suevic territory was recognized, when the Visigothic realms were

(17) O. Seeck *Notitia Dignitatum*, Berlin, 1876, 216. In Callaecia, the prefect of Legio VII was at Leon, with cohorts at Paetaonio, C. Gallicam, Luco and 'Brigantiae, nunc Iuliobriga'.

Gallia, Spania and Galicia. But for historians and numismatists, the Visigothic expansion poses new problems. Under the successors of Leovigild and Reccared gold tremisses were minted in a variety of places, some provincial capitals and some doubtless the seats of *duces* and *comites*. They were gradually reduced until by the reign of Wamba the only mints were in the provincial capitals. When G. C. Miles compiled his *Coinage of the Visigoths* (1952), he was able to name no less than 79 different minting-places, with a production of 3,461 specimens known to him. But of these places no fewer than half, or 37, are in Roman Gallaecia, with a total production of only 146 coins (or 2.4 per cent of the total). The reason for this proliferation of small and ephemeral mints still awaits a sufficient explanation.



Scale 2 : 1

Of the Latina Moneta series, only four specimens are known in England and one in the United States. The two in the British Museum are illustrated in Miguel Barceló, 'Las monedas suevas del British Museum', *Acta Numismatica* IV, Barcelona 1974, 165-171. They are read, LATINA IVLI (M)VN I and LATINA MVNITA BENE. Both are known from other specimens, shown in W. Reinhart, *El reino hispánico de los suevos*, Madrid 1952, Plate V, Nos 27-28 and 30. BENE is surely Benavente (Leon), originally spelt like the Italian place after which it is named. IVLI has been read Pax Julia, or Beja. But this is doubtful, since Pax Julia is always so named, giving the adjective Pacensis, used of its bishops in the seventh century. The Arabic form Bajja and the modern Beja could not have arrived

at if the P had been lost. The most probable alternative is Juliobriga, near Reinosa at the headwaters of the Ebro, a military station to which troops from Brigantium, Corunna, were withdrawn after the barbarian occupation of Gallaecia, as is shown from the entry in the *Notitia Dignitatum* (c. 423), 'Brigantia, nunc Juliobriga'. Excavations have revealed few remains of the Christian period from Juliobriga, but an inscription shows that it had a deacon, perhaps subordinate to Palencia.

Two of the pieces illustrated here are from the city of Leon. The first, at the Ashmolean Museum in Oxford, has been examined and published by D. M. Metcalf and F. Schweizer in their article 'Milliprobe analyses of some Visigothic, Suevic and other gold coins' (*Archaeometry*, 12, 2, 1970, N° O.153, p. 178). It is read LEIOIA [OTISMVNITA. The other is in the Fitzwilliam Museum in Cambridge and forms part of the generous donation of Professor Philip Grierson. It is published in his *Medieval European Coinage*, I, Cambridge 1986, where it is read LEIOIA COTIS MVNITA (p. 80). The enlargement shows clearly that the word is Gotis, the C on these coins being a smooth curve, whilst G has corners. The L on the reverse must be a mint-mark for Legione.

The date of the Visigothic occupation of Leon is not given by John of Biclara, but the place must have been used for Leovigild's campaigns in the Cantabrians in 574 and 575. The Niepoort-Miranda coin reading LEONES MONETA CLARA (Reinhart, *El reino hispánico*, Plate V, No 37) would refer to the period before the occupation. The third coin shown here is from the Hispanic Society of America, lodged with the American Numismatic Society. It reads LATINA POLLENTIA or POLLENCIA. The use of a punch for the vowel O is common, and it sometimes replaces other vowels. The name Palencia (Leon) is found with double LL and even PANL- and is so indexed by Robert Grosse, *Fontes Hispaniae Antiquae*, IX.

The three coins (like those of Mérida and Juliobriga?) are from places outside the heartland of Suevic monarchy, but within the province of Gallaecia as extended in late Roman times, and incorporated in the Catholic church of St Martin of Dume and his successor Mausona of Mérida.

The photographs are by courtesy of Dr D. M. Metcalf and the Ashmolean Museum, Oxford; Dr T. Volk and the Fitzwilliam Museum, Cambridge; and Dr A. Stahl, and the American Numismatic Society Photographic Studio.

REPORT OF A VISIGOTHIC TREMISSIS
FOUND NEAR IDANHA-A-VELHA

John Stewart Huffstot

A gold coin of the Visigothic period, the property of a lady living in Lisbon, has come to the attention of the author. The coin is a tremissis, struck in Toledo under the joint reign of Chindasvinth and Reccesvinth (A.D. 649-653) (see Figure 1, photographs on Plate I, and detailed description, below).



Fig. 1 — Drawing by the author of the Penha Garcia tremissis (3 ×).

According to the present owner, the coin was found by her great great grandfather ca. 1820-30, while working the fields on the family's farm, in the vicinity of Penha Garcia, in the Beira Baixa region of Portugal. It is unfortunate that this farm is no longer owned by the family, and in fact, the exact location cannot be established by the surviving family members beyond the admittedly vague description of «near Penha Garcia». There is also a risk that with the

passage of so many years (more than a century and a half) since the coin was found, inaccuracies may have accrued concerning the circumstances of the find. There are some factors, however, which serve to mitigate the doubts which naturally arise regarding the coin's provenance:

- The family is certain about the existence of its properties in that region and at that time.
- The family's tradition asserts that the coin was found by their ancestor while he was working on the family land, and not that he had acquired it in any other way.
- The coin has remained in the family's continuous possession through the years and the story of its origins has been passed down from one generation to the next in fairly simple terms.
- There is no evidence that any member of the family, in any generation, has been an active coin collector.

It may be, therefore, that there is no compelling reason to reject the oral tradition even at this late date. It is the author's opinion that the family's belief pertaining to the coin's find spot is certainly genuine and probably correct, as far as it goes. The reliability of the coin's alleged provenance is thus something less than 100 %, but still high enough, the author judges, that the information merits consideration.

While admitting to the above qualifications, what can now be said of the probable discovery location is not without interest. It places the spot where the coin would have been lost in antiquity (and found in the nineteenth century) within the local sphere of modern Idanha-a-Velha (ancient Egitania). The village of Penha Garcia is approximately 11 or 12 km. East and slightly to the North of Idanha-a-Velha and about 9 km. West of the Spanish border. The coin was apparently lost, then, somewhere to the East of Egitania, anywhere from several to a maximum of about 20 km. (considering the proximity to Spain). Egitania is known to have been a center of activity in the Visigothic Kingdom and this specimen, which was struck in Toledo, adds further testimony to the already-recognized long distance circulation of the Visigothic coinage ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ See, for example, D. M. Metcalf, «Some Geographical Aspects of Early Medieval Monetary Circulation in the Iberian Peninsula», in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area — 2*, edited by Mário G. Marques and M. Crusafont i Sabater, Aviles, 1986, pp. 307-324.

The probability that the coin was lost some number of kilometers from the nearest major urban center is significant, and lends support to the suggestion made by D. M. Metcalf ⁽²⁾ that contrary to the long-held belief that these gold coins existed only for non-commercial reasons and despite the high unit value which they must have had (representing considerable purchasing power), they did nevertheless have a role in commerce, even in transactions which were carried out in the countryside. The uncertainty surrounding the find spot cannot be ignored, but even allowing a large margin of error in terms of distance from the village of Penha Garcia, the location of loss (and subsequent modern-day recovery) must remain fairly well removed from urban Egitania — some distance, it can be supposed, into what were the surrounding rural environs. It would be better, of course, to know the precise distance and location, but it is enough to determine only that the coin was lost outside of the city to make us wonder about the purpose for which it was evidently taken out into the Visigothic countryside.

The rendering of the bust in life-like relief (unlike the stylized and often abstract linear fashion which is more common in the Visigothic series) places this bust into the category of Miles' Type 2h ⁽³⁾. Miles' drawings in the key to his bust types are, as he points out, only to be taken as rough guides, and little resemblance actually exists between the bust features on the coin and the figure in the key. There is a greater resemblance, however, to coin # 346(a) in his corpus (also described as «Type 2h» and illustrated by photograph on Plate XXV, as # 16), although a number of differences remain ⁽⁴⁾. Our «Penha Garcia» specimen has facial features which are perhaps more «robust», including a bulbous lip, the suggestion of a beard (?), puffy cheek, large eye and most notably, a very prominent nose with a well-defined nostril. The nose is further characterized by a curious globular element at the tip. This element appears to be deliberate work on the part of the die engraver, although blundering or damage to the die should not be ruled out. Under some lighting conditions this globular element could even be interpreted as the lateral nostril bulge on the far (left)

⁽²⁾ D. M. Metcalf, «For What Purposes Were Suevic and Visigothic Tremisses Used? The Contribution of Topographical Analysis, Illustrated by Some Comments on Single Finds from the Alentejo, and on the Mint of Elvora», in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area* — 3, edited by Mário G. Marques and D. M. Metcalf, Santarém, 1988, pp. 15-35.

⁽³⁾ G. C. Miles, *The Coinage of the Visigoths of Spain, Leovigild to Achila II*, The American Numismatic Society, New York, 1952, pp. 54-65.

⁽⁴⁾ Miles attributes the coin which he illustrates to «Reinhart, pl. 12, no. 16 (Shore)». The author has been unable to verify that illustration, but believes the coin to be the same specimen which Reinhart illustrates in «Os Elmos Germânicos no Figurado das Moedas Visigodas», see note 5, below.

side of the nose, as if viewed obliquely from the front and right (see detail photograph, Plate I). If we are to accept this notion, we must also entertain the rather fanciful possibility that the die engraver was intentionally employing mixed perspective in his work, i.e. head in strict profile with a 3/4 frontal view of the nose. Though probably unlikely, the fact remains that under at least some viewing conditions, the «oblique angle» of the nose is fairly convincing, visually speaking, even if unintentional.

It may be that the die engraver was attempting to represent a nose guard on the helmet, extending down in front of the face. This is not likely, however, as no such feature seems to be identifiable on the coins of any other Visigothic ruler, in either profile or facing busts, where it might be more obvious. The notion of a nose guard is further discouraged by the fact that, according to the analysis undertaken by Wilhelm Reinhart⁽⁵⁾, the Germanic arched helmet which is evidently represented on the coins of Chindasvinth and Reccesvinth lacked this feature altogether.

In his 1872 work, Aloiss Heiss illustrates a drawing of a specimen of similar type — coin # 5 (of Toletum), described on page 122 and appearing on Plate VIII⁽⁶⁾. The bust on Heiss' specimen, too, appears to be more «gracile» than the bust on the Penha Garcia coin, having thinner cheek, a smaller nose which lacks the nostril, no ear and four (rather than three) «tassels» which seem to come from the back of the head instead of from the robe, the die engraver perhaps confusing those elements of the drapery with the infulas which are often depicted and which seem to be in evidence here, as well.

A third illustrated specimen of a coin with the «2h» bust type can be found in the catalogue of the National Archaeological Museum in Madrid, by Felipe Mateu Y Llopis⁽⁷⁾. Coin # 137 (the only specimen of this type in the Museum's collection, described on pages 295-6, and illustrated on Plate XIV) seems to be much the same as the specimen illustrated by Miles and Reinhart, although judging from the photographs, the coins themselves are different.

The Penha Garcia specimen is a well-preserved example of an issue which is not altogether common. Of the 513 tremisses struck in Toledo which are

(5) W. Reinhart, «Os Elmos Germânicos no Figurado das Moedas Visigodas», in *Nummus*, no. 10, Vol. III-3, Porto, December, 1955, pp. 157-161. N.B. This is a Portuguese translation and re-publication of an article appearing in the Second Annual *Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte*, 1950-51, Bayerischen Numismatischen Gesellschaft, München.

(6) A. Heiss, *Description Générale des Monnaies Wisigoths d'Espagne*, Paris, 1872.

(7) F. Mateu Y Llopis, *Catálogo de las Monedas Previsigodas y Visigodas del Gabinete Numismático del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, 1936.

included in Miles' 1952 corpus, only six are of the joint reign of Chindasvinth/Reccesvinth⁽⁸⁾. Of those six coins, Miles was able to record the weight of only two, one at 1.60 gm and the other at 1.49 gm⁽⁹⁾. Mateu Y Llopis records the weight of the Madrid coin at 1.52 gm⁽¹⁰⁾. The Penha Garcia specimen is a bit lighter at 1.46 gm, pulling the four-coin average down to 1.5175 gm, less than two milligrams from the tremissis' theoretical weight of 1.516 gm⁽¹¹⁾.

The Penha Garcia coin marks a small but useful addition to the study of the Visigothic coinage. Although its devices, including legends, can be recognized on earlier-published coins, this specific bust is apparently now illustrated for the first time. Its dimensions and weight are consistent with the infrequent data which have been gathered from those few coins of Toledo and the joint Chindasvinth/Reccesvinth reign which have been recorded, thus providing a measure of confirmation. Its provenance, qualified as it is, contributes to the emerging reassessment of Visigothic monetary use which suggests that at least some of the tremisses entered into commerce.

(8) Miles, *op. cit.*, p. 102.

(9) *Op. cit.*, p. 162.

(10) Mateu Y Llopis, *op. cit.*, p. 296.

(11) Miles, *op. cit.*, p. 154. N.B. It is unclear to the author why Miles appears not to have included in his own work in 1952, the weight of the Madrid coin, which Mateu Y Llopis had published in 1936.

DESCRIPTION OF THE COIN

Obverse: Draped bust wearing infulas and triangular helmet, in profile to right. Surrounded by legend beginning at 12 o'clock \ddagger C N S V I N O V S \ddagger . Surrounded by serrated border.

Reverse: Cruciform monogram of Toletum (composed of the letter «O», surrounded in clockwise order, beginning at 12 o'clock by the upright letters «T», «E», «L» and «T»). Surrounded by the legend beginning at 12 o'clock, \ddagger R E C C E S V I N O V S \ddagger . Surrounded by serrated border.

Weight: 1.46 gm

Diameter: Average: 17.9 mm Max: 18 mm Min: 17.8 mm

Axis: 6 o'clock (exactly)

Condition: There is some striking weakness in the rim and legends at 8 to 9 o'clock on the obverse and at 9 to 10 o'clock on the reverse. Aside from a very slight punch mark on the reverse (almost dead center), wear is difficult to detect. The coin is virtually as struck.

Published parallels:

Heiss, 1872

Coin # 5 (Reccesvinthe, 649-653) Toletum
(Plate VIII — 5)

Mateu Y Llopis, 1936

Coin # 137
(Plate XIV)

Miles, 1952

Coin # 346(a)
(Plate XXV, # 16)

— and —

Forgery # 69, p. 478
(Plate C, # 17)

N.B. same type as the forgery listed above by Miles, but the Penha Garcia specimen clearly differs —



Obverse and Reverse of the Penha Garcia tremissis (3 ×).



Detail of the bust under conditions which suggest a «non-profile» angle of the nose (5 ×).

AS MOEDAS MUÇULMANAS DA COLECÇÃO FRANCISCO INÁCIO DE MIRA

José Rodrigues Marinho

Como homenagem a Joaquim Ferraro Vaz — o numismata estudioso que iniciou em 1948, com o seu Catálogo das Moedas Portuguesas, um novo período de estudos monetários em Portugal e que soube utilizar o maior achado de moedas da primeira dinastia como polo de atracção para o olvidado tipo «dinheiro» — recordamos Francisco Inácio de Mira, que em momento oportuno achou bem deixar escrito, para conhecimento geral, muito embora da forma mais simples, o inventário da sua colecção. Fiéis à sequência usada nesse simples mas importante registo, vamos desenvolver a sucinta referência às moedas muçulmanas que igualmente acarinhou, as únicas que, do conjunto disperso, podem hoje, seguramente, ser traçadas até ele.

O inventário duma colecção numismática, principalmente se formada na província até há algumas dezenas de anos, quando os meios de comunicação existentes não facilitavam ainda a rápida dispersão dos achados, tem o maior interesse para quem se dedica a estudos da numária em geral. Dá-nos, muitas vezes, notícia de tipos ou variantes com incidência na região de onde a colecção provém, pode mostrar-nos afinidades insuspeitadas entre espécimes diferentes ou autorizar-nos a fixar a origem de algumas emissões, e, sobretudo, permite mais tarde seguir o rumo das moedas, desfeito o medalheiro, o que possibilitará sempre nova apreciação do conjunto.

Nos fins do século passado e nas duas a três décadas que se seguiram, teve a numismática em Portugal um dos seus períodos áureos, como o atestam a publicação quer de obras da maior projecção quer de estudos restritos, a emissão de catálogos de colecções, de exposições e de leilões, e ainda a existência de vários manuscritos com a descrição das séries existentes em museus regionais ou pertencentes a particulares.

De entre os medalheiros daquela época que, para sempre, foram então registados, figura o de «Francisco Ignácio de Mira, distinto advogado de Beja, e fanático coleccionador de moedas, das quais conseguiu formar uma das melhores colecções do nosso país, nas três séries — *ibérica, romana e portuguesa*», segundo

nos refere outro distinto coleccionador da mesma época, o conselheiro Manuel Francisco de Vargas, na página 313 do volume XXI — 1916 — de *O Archeologo Português*. Dele mais transcrevemos que a colecção «foi começada por seu tio o P.^e José Ignácio de Mira, prior da freguesia do Salvador de Beja, homem ilustrado, e muito dado ao estudo de antigualhas, principalmente da sua terra», e ainda ter sido o «catálogo da citada colecção, elaborado e publicado pelo próprio Dr. Mira, em 1898, para acompanhar a colecção das suas moedas, que figurou na exposição numismática, que a Casa Liquidadora — Antigo Bazar Católico — a suas expensas realizou por ocasião das festas, celebradas em Lisboa, do centenário da descoberta do Caminho Marítimo da Índia».

Sobre Francisco Inácio de Mira dão-nos, também, ligeira notícia Teixeira de Aragão, na sua obra fundamental *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, que estará na origem de todo aquele entusiasmo numismático, e José Leite de Vasconcelos, que em 1923 apresentou *Da numismática em Portugal*, onde informa: «Em 1898 publicou em Beja o Catálogo da sua colecção. Hoje é falecido, mas a colecção ainda existia em 1914 em poder dos herdeiros, e talvez hoje...».

A colecção numismática de Francisco Inácio de Mira manteve-se presumivelmente intacta até ao final de 1969/princípio de 1970, quando foi vendida em Lisboa a uma casa da especialidade. Foi a seguir dispersa.

Em Abril de 1970 fomos convidados a comprar a parte muçulmana. Esta parte, como vai ver-se, ultrapassava ligeiramente a quantidade referida no catálogo de 1898, o que não é de estranhar admitindo posteriores aquisições.

O catálogo de Mira, feito com a finalidade de servir de guia numa exposição, está impresso em 40 páginas, sem gravuras ou notas pormenorizadas que procurassem individualizar o 1524 exemplares mencionados, e foi dividido em quatro partes, que resumimos:

- I — Moedas portuguesas
 - 653 do continente e ilhas adjacentes
 - 385 das colónias
 - 43 estrangeiras com curso legal em Portugal
- II — Moedas árabes
 - 48
- III — Moedas visigóticas
 - 4
- IV — Moedas romanas
 - 60 das colónias, municípios e povos antigos de Espanha
 - 70 consulares ou de famílias
 - 261 imperiais.

As moedas muçulmanas, registadas na página 30, são as únicas que não têm uma sumária classificação ou referência, estando mencionadas por grupos, com os números de ordem que, presumivelmente, lhes corresponderiam na colecção que iria ser exposta, pela forma seguinte:

1082 a 1092 — Onze diferentes	ouro	
1093 a 1117 — 25 diferentes	prata	
1118 a 1120 — Três diferentes	»	
1121 — Com legendas circulares	»	
1122 — Com legendas circulares	»	variante
1123 — Quadrada	»	
1124 — Quadrada	»	variante
1125 a 1127 — Três diferentes	cobre	
1128 e 1129 — Duas diferentes	»	.

Em 1970, de acordo com este registo o conjunto identificava-se assim:

- A) Grupo das moedas de ouro, com 14 peças, sendo dez do Califado de Córdova (Al-Hakam II), duas dos Abádidas de Sevilha e duas dos Almóadas;
- B) Grupo seguinte, com 31 moedas de prata dos Omíadas do Ândalus, sendo 9 do Emirado e 22 do Califado;
- C) Grupo de 5 moedas de prata, de tipo diferente das anteriores, isto é, de muito menor diâmetro, composto por quatro qirates e um meio-qirat;
- D) Duas moedas em prata com legendas circulares, do califado fatímida;
- E) Duas moedas em prata, quadradas, dos Almóadas;
- F) Três moedas de cobre, das primitivas cunhagens do Ândalus;
- G) Duas moedas, base cobre, de tipo diferente das três anteriores.

Havia, portanto, mais três moedas de ouro e oito de prata, que em nada vinham dificultar a identificação dos grupos que o catálogo mencionava.

Assim, é de aceitar que, à data em que Mira elaborou aquela relação, já estivessem na sua posse todas as moedas de ouro de Al-Hakam II. Por serem peças que não aparecem com frequência, presumimos que tenham vindo de um mesmo achado, juntamente com todas, ou quase todas, as moedas de prata do califado, pela proximidade das datas. Com efeito, as dez moedas de ouro têm datas compreendidas entre 357 e 363 da Hégira e as 22 de prata começam em 330 mas não ultrapassam o ano 360, o que não é vulgar. Constituído desta forma, o conjunto poderia ainda incluir as moedas fatímidas, da mesma época, que constam do grupo D), pois é frequente o seu aparecimento em achados de dirhames do Califado de Córdova, quase sempre fragmentadas.

Manuel Francisco de Vargas, que tanto se interessou pela numária muçulmana peninsular, não teve conhecimento destas moedas de ouro de Francisco Inácio de Mira, pois escreveu na página 198 do volume XIX — 1914 — de *O Archeologo Português*: «Com a abundância das moedas de prata de Al-Háquem II, que se encontram no nosso país, contrasta a raridade dos *dinares* e suas fracções, cunhados no seu tempo, dos quais não logrei ainda ver exemplar algum, sendo de notar que possuo *dinares* de seu pai Abd Arrahman III, e de seu sucessor Hexam II».

Por esta afirmação estamos em crer que as moedas muçulmanas de Mira, bem como as romanas, não estiveram patentes na exposição, apesar do catálogo finalizar com a informação: «Esta collecção foi exposta em Lisboa, na Casa Liquidadora de Leiria e C.^a, na Avenida da Liberdade, onde se inaugurou uma exposição numismática, por ocasião das festas do Centenario da India, em maio de 1898». Apontam, também, nesse sentido, 1) a referência de José Leite de Vasconcelos à exposição numismática, por ele apresentada na página 265 do livro atrás referido, onde se lê: «... promoveram os proprietários do antigo Bazar Catolico uma exposição de moedas e medalhas no Centro Numismatico, e isso anunciaram em dois prospectos, um grande, á maneira de cartaz, e outro pequeno. Esta exposição era especialmente scientifica; sem embargo, podia fazer transacções comerciais quem quisesse. Os visitantes entravam por intermédio de bilhetes. Tanto pelo que se lê no referido cartaz, como pelas notas que tomei pessoalmente no Centro, posso dar a seguinte lista dos expositores: Adriano Cavalheiro...; Arsenio Alvares da Silva...; Ciro de Carvalho...; Francisco Ignacio de Mira... expôs moedas do reino, moedas das colonias, e algumas visigoticas; Joaquim José Colaço...; José Ferreira Braga...; Manoel Francisco de Vargas...; Manoel Joaquim de Campos...»; 2) o próprio cartaz da exposição de 1898, citado por Leite de Vasconcelos (de que, pelo interesse, damos uma reprodução reduzida), o qual, para o que Mira iria mostrar, só indica: «magnifica collecção de moedas portuguezas e algumas Wisegodas»; e 3) a moeda de Ahmad ibn Qasi, que mais à frente se apresenta, a qual foi batida em Mértola, a terra natal do conselheiro Vargas.

A pequena quantidade de moedas de ouro do Califado de Córdova chegada aos nossos tempos, daquilo que terão sido as enormes quantidades cunhadas (é muito raro o aparecimento de duas moedas iguais), pode ser apreciada nos quadros estatísticos do catálogo de Miles. Neles foram incluídas todas as moedas dos Omíadas do Ândalus, de que houve conhecimento, não só as integradas em colecções como as referidas em estudos e publicações. É certo esses mapas não conterem, por falta de informação, os exemplares dos medalheiros portugueses, como faltarão os de algumas colecções estrangeiras, mas cremos que isso não altera as conclusões de forma apreciável. Assim, apurou aquele autor uma existência

ENTRADA LIVRE

GRANDE EXPOSIÇÃO NO CENTRO NUMISMATICO

Que abre ás 12 da manhã e fecha ás 4 da tarde nos dias dos

FESTEJOS DA DESCOBERTA DA INDIA

NA LIQUIDADORA DE LEIRIA & C.^a

SALÃO VASCO DA GAMA

93, 95, 97, 99, AVENIDA DA LIBERDADE, 107, 109, 111 113

TORNEJANDO PARA A

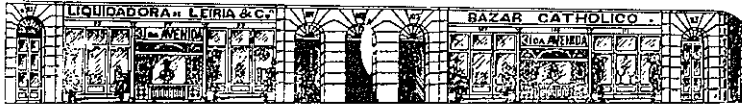
50, 52, 54, 56, 58, 66, 68, TRAVESSA DO SALITRE, 70, 72, 74, 82, 84, 88, 90

Em frente dos grandes portões que n'esta ocasião estão armados para receber Suas Magestades e Alturas na ocasião da Grande Parada

No Antigo Bazar Catholico, propriedade que foi da actual Sociedade de Leiria & Comp.^a, e que esteve por alguns annos na Rua da Escola Polytechnica n.º 12 e 13, fizeram-se alguns leilões só constantes de moedas e medallas portuguezas, sendo algumas d'ellas tao disputadas, que se elevavam a altos preços, com jubilo e admiração de seus donos, que ignoravam completamente o seu verdadeiro valor. Verdade seja que a firma Leiria & Comp.^a fazia sempre os maiores esforços para que as vendas se realisassem nas melhores condições possiveis, o que conseguia, convidando os amadores d'esta especialidade, já por grandes annuncios em todos os jornaes, já por meio de cartas, ou prospectos distribuidos em larga profusão, a virem assistir a estes leilões, e por isso a sua casa e hoje o ponto de reunião dos melhores colleccionadores.

Com a mudança do Bazar Catholico para a Avenida da Liberdade, occorreu aos seus proprietarios fundarem um museu numismatico, organizando uma sala destinada sómente a este fim; mas as acanhadas dimensões da casa não permitiam

a realisação do seu intento, pois era insufficiente o espaço de que podiam dispor para receber o avulso numero de colleccionadores, que frequenta o seu estabelecimento. Não pozeram, contudo, de parte a sua idéa, aguardando occasião propicia, em que podessem obter casa mais vasta, e que melhor se prestasse aos fins a que era destinada. Finalmente conseguiram satisfazer os seus desejos, e a firma Leiria & Comp.^a possui hoje um dos mais grandiosos estabelecimentos d'esta capital, não só pela vastidão das suas salas, mas tambem por estar situado no melhor sitio da cidade, na Avenida da Liberdade, 93, 95, 97, 99, 107, 109, 111, 113, tornejando para a TraveSSa do Salitre, onde tem os numeros de 50 a 90. Ainda que a casa possua só 8 portas para a Avenida, se attendermos a que 6 d'essas portas são duplas, isto é, que têm a altura e largura de 2 ou 3 portas vulgares dos edificios de Lisboa, podemos dizer que equivalem a 14 portas, o que bem se pôde verificar pela gravura abaixo publicada:



Em duas d'essas grandes portas estão instaladas duas bonitas montanhas, uma denominada Camêlo e a outra Vasco da Gama, em memoria dos dois maiores vultos da haizga portugueza.

O novo estabelecimento, que ha seis meses foi instalado, e que tomou o titulo de

Liquidadora de Leiria & Comp.^a — Antigo Bazar Catholico

está dividida em quatro grandes salões. O 1.º, que é o mais vasto que existe em Lisboa, denomina-se Salão Vasco da Gama, e é destinado unicamente a exposição de objectos para venda em leilão, e onde se fazem os leilões O 2.º, salão Alberto de Albuquerque, e destinado a exposição de moedas e objectos antigos em todos os generos, para venda em particular. O 3.º salão, denominado Camêlo, e destinado a exposição de livros, manuscritos e impressos, gravuras, pinturas, moveis em todos os generos para venda em particular. O 4.º salão, que ha 6 meses está em obras, e destinado ao Centro Numismatico. Simão os seus proprietarios, que ha muitos annos pensavam em organizar esse salão digno de receber as visitas dos colleccionadores, conseguiram, depois de tanto trabalho e muitas fatigas, reunir não só os melhores colleccionadores, mas tambem as suas preciosas colleções, e que todos se prestaram muito satisfactoriamente, para se poder fazer uma exposição, que é a primeira que n'este genero se fez no nosso Paiz.

Esta exposição abre no dia 12 de maio e fecha no dia 23 de maio. Todos os dias, das 12 horas da manhã ás 4 horas da tarde, estarão expostas todas estas colleções em uma sala, recentemente ornamentada no estilo Alhambra, em ouro e cores de finissimo trabalho; tem ao lado da sala um Jardim no mesmo estilo, onde estão collocadas vintenas com valores colleções de moedas e medallas, em ouro, prata e cobre, e onde se encontram resididos de primeira ordem. Junto ás colleções numismaticas ha tambem uma vitrine em que estão expostas peças antigas, esmaltes e outras bijuterias raras, sendo algumas de subido valor artistico. Ao centro do salão ha uma vitrine para vender ou trocar por outras, uma porção de moedas e medallas avulsas, que constam de exemplares duplicados, recibos de varios particulares, e de alguns colleccionadores.

A entrada n'este salão Centro Numismatico e por bilhetes, que se podem obter no escriptorio do estabelecimento.

Em todos os outros salões a entrada é livre para todos que se apresentem decentemente vestidos.

Todos os dias se fazem leilões de moedas, boças, crystals, candieiros, tapetes, quadros pintados a óleo, gravuras, objectos de prata e de ouro, antiguidades e objectos de arte. Finalmente, de numerosos objectos que todos os dias se estão recebendo de diversas casas particulares para este fim. Como todos sabem, esta casa recebe para vendas em leilão ou em particular casas completas, ou qualquer moveel em separado, taes como: mesas, cadeiras, guarda-louças, aparadores, vidraria, terrazo, consolos, mesas de centro, guarda-vestidos com ou sem portas de espelho, toilette commoda, mesas de cabeceira, lavatorios, baldes e regadores, banheiras, fogões, secretarias, estantes para livros, bilhetes, contadores, coxins de seda, bordados e tecidos, paramentos, tapetes, orateiros, imagens, pinturas, gravuras, livros, repousoirs, objectos de ouro e prata em todos os generos, anéis, brinços, bijuterias, pingentes antigos com pedras, fiavel e falsos, aparelhos de louça de jantar e almoço, travessas, terrinas, pratos, raras, de louça da India e Japão; estalhos de seda antiga em todos os generos.

Envidiamos aos ex. sr. srs. proprietarios, que tenham quaquaver objectos antigos para vender, a comprehensão de apresentar esta ocasião de virem a Lisboa ver as feiras, para os levarem ao Salão Vasco da Gama, onde se faz leilão todos os dias; aqui podem ver por quanto são vendidos, e factos sobre muito mais, pois que o dono pôde estar presente e até licitar nos seus objectos para assim os fazer chegar a maior preço. No prazo de 24 horas todas as contas são liquidadas.

Esta casa só recebe uma insignificante commissão pelos objectos que vende. Os preços são os seguintes:

Loze arrematado até	500 rs.	60 rs.
" " de	500 x a 15000 rs.	10 p. c.
" " de	15000 x a 25000 rs.	8 " "
" " de	25000 x a 50000 rs.	7 " "
" " de	50000 x a 100000 rs.	5 " "

Numero da mesa commissão e de 10 réis.

EXPOSIÇÃO NUMISMATICA

SALÃO ALHAMBRA

Lista dos Ex.ºs Srs. Expositores:

D. Julia Costa — jóias antigas.
D. Maria Theresa Ramon, idem.
D. Conde Ferreira, idem.
D. Maria do Carmo Alfoa, idem.
D. Elvira Michado, idem.
D. Augusto Carlos Ferreira de Aragão, idem.
Cruz Augusto de Carvalho — dignissima colleção de moedas portuguezas.
Arsenio Alvarez da Silva, idem.

Mas-o de Joaquim de Campos — moedas viciénias portuguezas.
Alexandre José dos Santos Leão — magnifica colleção de medallas portuguezas.
Jose d'Ascensão Guimarães, idem.
Dr. Francisco Ignacio de Mota — magnifica colleção de moedas portuguezas e algumas Wisigodas.
Joaquim José Colares — moedas portuguezas e romanas.

Jose Ferreira Braga — moedas portuguezas, romanas e arabozonas.
Jose dos Santos Judio — colleção hispanoalgar.
Manoel Francisco Vargas — colleção de moedas portuguezas.
Antonio da Cruz Xavier Leira — vintenas portuguezas.
Real Companhia Horologica e Agricola portugueza — vasta colleção de plantas.

Typographia e Imprensa de Leiria, Leiria, 11 — 1880

de 120 dinares e suas fracções com o nome de ‘Abd al-Rahmān III, 157 de Al-Hakam II e 238 de Hishām II, além de 16 atribuídos aos restantes omíadas que governaram nos atribulados anos de 400 a 422 H, tudo num total de 531, dos quais 113 são submúltiplos do dinar.

Como se verifica, são em quantidade muito reduzida as moedas de ouro do Califado Omíada de Córdova que alcançaram os tempos presentes, para um período de cunhagens de cerca de 103 anos (entre 317 e 422 H = 929 e 1031 JC). Mas, se não houve emissão de moeda áurea em vários desses anos — não se conhecem exemplares de 42 datas intermédias — afigura-se-nos que noutros o fabrico deve ter sido abundante — existem 7 datas cada uma com mais de 20 moedas de ouro conhecidas —, e de alguns destes anos são quase todos os dinares omíadas que foram da colecção de Francisco Inácio de Mira.

As moedas dos Abádidas de Sevilha aparecem com frequência no Alentejo, onde circulariam em maioria até à chegada dos Almorávidas e à prisão de Al-Mu‘tamid. O dinar deste príncipe, datado de 461, o primeiro ano do seu reinado, terá sido um tipo de transição, dos três tipos que se conhecem batidos com essa data, explicando-se por isso a sua raridade. Para o dinar de 471, o tipo estende-se ao longo de nove anos, e deve ter sido emitido em razoável quantidade, embora essa data possa agora apresentar-se como escassa. Quanto ao dirham, batido em base cobre, teve de ser limpo para se poder identificar; acha-se bastante deteriorado, mais no anverso, lendo-se bem o local de cunhagem, mas é duvidoso o dígito da data.

Das espécies almóadas em ouro, largamente citadas em documentos da primeira dinastia, o dinar é, certamente, a moeda designada por «morabitino novo» na chamada Lei de Almotaçaria, de D. Afonso III, de 26 de Dezembro de 1253, onde foi taxada em 22 soldos (moeda de conta); o meio-dinar será a moeda designada por mealha de ouro pelos cristãos.

Para as séries em prata, uma referência deve ser feita ao dirham do ano 256. George Miles, e autores anteriores, constataram em moedas deste ano a existência de cunhos de estilos variados. A presente moeda será mais um estilo não referenciado: com uma escrita miúda e espaçada, figura o tipo das cunhagens norte-africanas.

Do grupo onde se integram os qirates, dois deles chamam a atenção: um de Ahmad ibn Qasī, com menção de Mértola, e o outro de Sidray ibn Wazīr, sem local de cunhagem.

As moedas de Mértola foram batidas por Ibn Qasī em dois tipos principais, existindo, de cada um deles, uma variante pela distribuição das legendas. Do primeiro tipo, Vives só conheceu uma das espécies, por um decalque de Codera (o seu n.º 1915). Do segundo tipo são as moedas com os n.ºs 1916 e 1917,

diferindo levemente no arranjo da legenda, o que Vives constatou, pertencendo ambas à coleção Conde de Sol. Coloca-se agora a dúvida se a moeda n.º 1918, mencionada por Vives como meio-quirat e pertencente à sua própria coleção, não seria também um qirat do tipo n.º 1917, cerceado ou com peso reduzido, pois as legendas apresentadas são exactamente as mesmas das da moeda anterior. O próprio Vives, em *Indicación del valor en las monedas árabe-españolas*, diz: «Los quirates llevan en sus dos áreas leyenda de tres ó cuatro líneas. — Los medios, leyenda sólo en la segunda área, y nada ó un adorno en la primera». Todavia, num quadro, coloca o seu meio-quirat com a nota: «Medio quirate acuñado con troquel de quirate». Para nós, a dúvida subsiste, pois, 1) tal peça, mesmo admitindo ter sido batida erradamente, face às características diferenciáveis, seria considerada pela população como qirat, até pelos diferentes pesos e diâmetros que se notam em espécies afins, e 2) não há a certeza de Ibn Qasī haver emitido meios-quirates.

A moeda da coleção Mira é a variante n.º 1917 de Vives, da qual, além do espécime por ele descrito, só conhecíamos outro numa coleção oficial portuguesa.

Também aqui, Manuel Francisco de Vargas não teve conhecimento deste qirat de Ibn Qasī. Na p. 315 do já citado vol. XXI de *O Archeologo Português*, escreveu: «... diz Teixeira de Aragão não constar que os muçulmanos tivessem tido casa da moeda na parte da Lusitânia e Galiza, que actualmente pertence a Portugal ... Hoje porém, conhecem-se moedas muçulmanas indubitavelmente cunhadas em Mértola ... Vives descreve três quirates e um meio quirate destas moedas, que são extremamente raras, e foram batidas ... por ... ibn Caci ... Tem por isso estas moedas, além da sua importância numismática, inestimável valor histórico para nós, os portugueses. Pena é que nenhum exemplar, que eu saiba, figure nas nossas coleções».

Já o qirat de Sidray ibn Wazīr, mostrando nas legendas a submissão aos Almóadas, aponta para um espécime da sua terceira fase de cunhagem. Terá sido, presumivelmente, batido em Beja, como nova capital dos seus estados, para aonde se terá retirado após ter deixado Silves. É também espécie muito escassa.

Das moedas de cobre que tiveram os n.ºs 1125 a 1127 do catálogo, uma, menos comum, está datada do ano 108, e interessa referir ter sido recunhada sobre uma espécie com legenda diferente.


Outra moeda de cobre só tem, dividida pelas duas faces, uma legenda religiosa. É a espécie primitiva que se encontra com mais frequência por toda a Península, e por isso se admite como batida, no Ândalus.

A última das três moedas é um espécime também menos comum, controverso pela legenda do anverso, traduzida por «Pagamento no caminho de Allāh». Tem sido admitido estar ligada à invasão muçulmana da Península, cremos que com duvidoso critério.

DESCRIÇÃO DAS MOEDAS

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
A) MOEDAS DE OURO (representativas dos n.ºs 1082 a 1092 do catálogo de Mira)					
a) Califado de Córdoba: Al-Hakam II (350-366 H = 961-976 JC)					
1	357	M.250 (a)	3,80	22	De um total de 22 dinares deste ano citados por Miles, dois são deste tipo, um deles na colecção da HSA, reproduzido na est. V; comparando a moeda de Mira com a gravura em Miles, afigura-se terem saído do mesmo par de cunhos.
2	357	M.250 (a)	4,00	21	Tipo da moeda anterior; o anv. parece ter o mesmo cunho; todavia, o rev. é diferente.
3	358	M.251 (a)	4,27	22,5	Também de um total de 22 dinares conhecidos com esta data, Miles refere dois espécimes deste tipo, um deles na colecção da HSA e que reproduz na est. VI; os cunhos são diferentes.
4	358	M.251 (e)	1,15	14	Miles apresenta esta moeda como quarto de dinar, citando três espécimes deste tipo, num total de sete exemplares referenciados. Espécime com muito uso.
5	358	M.251 (e)	0,88	13	Tipo da moeda anterior; espécime com algum uso.
6	358	M.251 (e)	0,85	12	Tipo da moeda anterior; espécime com muito uso e as legendas das orlas cerceadas; da data, com as letras muito cortadas, só se vê a parte inferior, sendo dada com muita reserva.
7	361	M.254 (d)	3,88	25	Com esta data apurou Miles 23 espécimes conhecidos, que dividiu por três tipos principais: sem nome de encarregado da casa da moeda ou tesoureiro, com o nome 'Āmir e com o nome Nasr; a presente moeda é deste último tipo, sendo variante na ornamentação: no anv. $\frac{\text{V}}{*}$, no rev. $\frac{*}{\text{Nasr}}$.
8	362	M.255 (a)	4,15	24	Deste ano há referência a três dinares apenas; a presente moeda, tanto no anv. como no rev., e quer acima quer abaixo da legenda do campo, tem uma pequena estrela de seis pontas.

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
9	363	M.256 (a) var	3,63	23	Desta data Miles referencia 19 dinares dados a vários tipos, consoante a distribuição das legendas e a menção ou não de nome de tesoureiro ou de encarregado da casa da moeda. Do tipo presente cita quatro espécimes.
10	363	M.256 (f)	4,64	22	Deste tipo Miles refere sete espécimes, e um só, do Museu Britânico, é descrito no pormenor da ornamentação, semelhante ou igual a este.
b) Reis de Taifas: Abádidas de Sevilha					
Al-Mu'tamid Muhammad b. 'Abbād (461-484 H = 1069-1091 JC)					
11	461	P.402 (a)	4,04	25,5	Deste tipo, Vives só teve conhecimento da fracção de dinar. Prieto já apresenta esta moeda, referindo como único o exemplar que descreve.
12	471	P.412 (b)	4,16	27,5	Com menção de batido em Sevilha, o tipo conhece-se com datas de 470 a 478. Vives também não conheceu a moeda de 471 e Prieto apresenta-a como única.
c) Almóadas					
1) 'Abd al-Mumin ibn 'Alī (541-558 H = 1147-1163 JC)					
13	—	H.460	2,27	20,5	Estes dinares do primeiro califa almóada terão sido batidos a partir de 543 (1148 JC), quando apareceu a série característica da dinastia. A nova moeda tomou naturalmente, na circulação monetária, o lugar do dinar da dinastia almorávida desaparecida.
2) Abū Ya'qūb Yusuf I (558-580 H = 1163-1184 JC)					
14	—	H.496	1,15	16,5	O meio dinar almóada é escasso: da dinastia, Hazard apurou um total de 47 espécimes referenciados, e apenas 7 deste califa.
B) MOEDAS DE PRATA (representativas dos n.ºs 1093 a 1117)					
a) Al-Ândalus: Emirado independente					
1) 'Abd al-Rahmān I (138-172 H = 756-788 JC)					
15	153	M.44 (b)	2,64	27,5	
16	156	M.47	1,97	27	Orla quebrada, das 6 h à 1 h.

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
2) Al-Hakam I (180-206 H = 796-822 JC)					
17	190	M.81 (b)	2,52	27,5	
18	196	M.87 (c)	2,68	26,5	
19	197	M.88 (c)	2,51	25,5	Cerceado das 3h às 11h.
20	202	M.93 (a)	2,47	27	
3) Muhammad I (238-273 H = 852-886 JC)					
21	256	M.148 var	2,52	30	O estilo desta moeda é diferente dos apresentados por Miles e a ornamentação das orlas também não consta do seu índice. Assim, no anv., por fóra da legenda, duas circunferências lineares, e depois o ornato $\circ \bullet \bullet \bullet \circ \bullet \bullet \bullet \circ \bullet \bullet \bullet$ e uma circunferência exterior serrilhada. No rev., legenda marginal entre circunferências lineares; cortando a circunferência exterior, cinco arruelas dispostas a intervalos regulares; por fóra, circunferência serrilhada.
22	261	M.154 (i) var	2,54	27,5	No estilo G, de Miles, a moeda é variante na ornamentação do rev.: no campo, em cima, ornato similar ao da moeda descrita sob o n.º 164 (a); em baixo, pequena estrela.
23	270	M.163 (a) var	2,55	29,5	Variante por ter o ornato apenas na parte superior do campo do rev.: 
b) Califado de Córdoba					
1) 'Abd al-Rahmān III (300-350 H = 912-961 JC)					
24	330	M.217 (b)	2,82	24,5	Em atenção aos comentários ao tipo, feitos por Miles a p. 260, note-se que, além dos cinco grupos de três aneletes no anv., há no rev., entre a dupla circunferência linear, quatro grupos de três aneletes dispostos em intervalos regulares.
25	331	M.219 (b)	2,53	24	
26	331	M.219 (b)	1,89	24	Ligeira falha na orla. Note-se o baixo peso, não justificável pela falha ou pelo ligeiro uso.
27	332	M.220 (d)	2,85	23,5	A roseta característica tem apenas sete raios, nítidos.
28	338	M.228 (a)	2,78	23,5	Na legenda marginal do anv. falta a palavra سنة (ano).

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
29	339	M.229 (b)	2,95	23	Falta a palavra سنة , também referida por Miles no tipo (f), possivelmente um exemplar semelhante a este.
30	346	M.237 (a)	3,28	23,5	
31	346	M.237 (a)	3,05	22,5	
32	346	M.237 (c)	2,32	23,5	
33	346	M.237 (f)	2,91	23,5	
34	347	M.238 (a)	2,69	23	
35	348	M.239 (b)	2,35	22	
36	348	M.239 (b)	2,12	22,5	
37	349	M.240 (a)	2,28	23,5	
38	349	M.240 (a)	2,11	22	Espécime com muito uso e com riscos de raspagem.
39	350	M.241	2,55	22,5	
2) Al-Hakam II (350-366 H = 961-976 JC)					
40	351	M.238 (a)	2,83	25	
41	351	M.238(l)	2,64	26	
42	352	M.244 (a) var	3,17	23	Variante por o ornato não figurar na lista de Miles, todavia próximo do figurado para o espécime 245 (e), do ano seguinte.
43	353	M.245 (f)	2,18	23	
44	354	M.246 (k)	2,56	22	O ornato por cima da legenda do campo do anv. é, talvez, mais próximo do apresentado em Miles para o tipo (j).
45	360	M.253 (q) var	3,09	24	Variante por não ter em baixo, no campo do rev., a estrela de seis pontas.

C) MOEDAS DE PRATA (representativas dos n.ºs 1118 a 1120)

a) Almorávidas

1) 'Alī b. Yūsuf com herdeiro Tāshfīn (533-537 H = 1139-1143 JC)

46	—	H.999	0,76	11	Este qirat é a moeda n.º JRM 35 do estudo «Analysis of the Almoravid silver coinage: the qirats». Num cúfico cursivo, a legenda é ornamentada: no anv., em cima, motivo floral, com caule curvo desde o centro; em baixo, rosácea de quatro pétalas; no rev., em cima e em baixo, motivos florais com o pé partindo da circunferência exterior.
----	---	-------	------	----	---

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
47	—	H.1012	0,45	9,5	Meio-qirat com a legenda em escrita Neskí, já referida por Hazard em «Additions and supplementary notes». A outra face é totalmente ocupada com um desenho geométrico (arabesco) composto por linhas curvas e pontos.
		2) Tāshfīn b. ‘Alī com herdeiro Ibrāhīm (538-540 H = 1144-1145 JC)			
48	—	H.1035	0,88	11	Este qirat tem o n.º JRM 59 no estudo citado nas notas à moeda n.º 46. Na cunhagem sofreu um duplo batimento, com a moeda rodando num ângulo apreciável.
		b) Segundo período de Taifas: Chefes de movimentos independentistas no Ocidente do Ándalus			
		1) Ahmad ibn Qasī — Mértola (539 H = 1144-1145 JC)			
49	—	V.1917	0,96	13,5	A emissão desta escassa moeda foi, presumivelmente, seguida com atenção por Ibn Qasī, filósofo, escritor e poeta, pois na legenda do anv. não falta diacrítico algum, o que é raro nas cunhagens do Ándalus, e no rev. poderá faltar apenas um.
		2) Sidray ibn Wazīr (3.ª fase de cunhagens — 542-551? = 1147-1156 JC)			
50	—	V.1911 var	0,86	12	Variante por a palavra الله se encontrar no final da primeira linha do rev., e não no início da segunda linha. Uma arruela acima da legenda do anv. e, no rev., acima e abaixo da legenda, motivos florais.
		D) MOEDAS DE PRATA (n.ºs 1121 e 1122)			
		Califado fatímida: Al-Mu‘izz li-Dīn Allāh (341-365 H = 953-975 JC)			
51	?	M,FC74 var	1,73	18,5	Dirham fatímida, cerceado, com falta da maior parte da legenda exterior nas duas faces, não permitindo a leitura do local de cunhagem e da data. Apresenta o mesmo estilo da moeda n.º 74, reproduzida por Miles, um dirham do ano 343 batido em Al-Mahdīyah, sendo presumivelmente da mesma época e daquela, ou de uma próxima, oficina tunisina.
52	?	M,FC74 var	1,38	19	Semelhante ao anterior.

N.º	Ano	Tipo	Peso	Diâm.	Notas
E) MOEDAS DE PRATA (n.ºs 1123 e 1124)					
Almódas: Dirhames anónimos, batidos presumivelmente entre 558 e 668 H = 1163-1269 JC					
53	—	H.1096	1,53	14 (lado)	Anv. com pontos no final das linhas da legenda; em baixo, arruelas aos cantos, com a indicação da casa de cunho, Fez, à esquerda. Rev. com motivo floral no canto superior esquerdo; algumas letras (?) diminutas por entre a legenda; em baixo, arruelas aos cantos.
54	—	H.1096	1,48	15 (lado)	Como na moeda anterior, mas no anv. a arruela em baixo, à direita, está entre pontos.
F) MOEDAS DE COBRE (n.ºs 1125 a 1127)					
Governadores do Ândalus dependentes do Califado de Damasco (92-138 H=711-756 JC)					
55	108	M.8 (c)	6,96	20	Este <i>fals</i> , datado, apresenta-se com razoável uso e com a primeira parte da legenda marginal do anv., não visível. No rev. há sinais de letras anteriores à cunhagem.
56	—	M.26	2,19	14	Tipo do <i>fals</i> primitivo que aparece com mais frequência no nosso País. Algumas letras da primeira linha, tanto do anv. como do rev., não são visíveis.
57	—	W P.120	2,84	19,5	Este espécime afigura-se estar recunhado sobre anterior recunhagem, pois mostra vestígios de dois tipos de legendas anteriores.
G) MOEDAS DE COBRE (n.ºs 1128 e 1129)					
a) Abádidas de Sevilha: Al-Mu'tamid Muhammad b. 'Abbād					
58	463?	P.405 (b)	2,98	26	Dirham corroído em vários pontos e no dígito da data, que se admite ser três, pelo reduzido espaço que ocupa e por não haver sinal de cauda da última letra.
b) Norte de África — Aglabidas: Ibrāhīm II? (261-289 H = 874-902 JC)					
59	?	?	2,08	19,5	Moeda de cobre aglabida, muito gasta e com as orlas falhadas. É frequente o aparecimento destas moedas, com muito uso, em Portugal, sendo difícil, em regra, a sua classificação no pormenor.

ABREVIATURAS

anv. = anverso

Diâm. = Diâmetro

est. = estampa

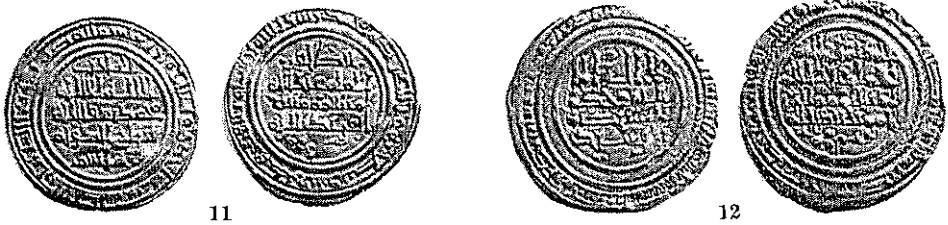
h = localização no anverso da moeda por analogia com as horas no relógio

rev. = reverso

var. = variante

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, João M. Peixoto, MARINHO, José Rodrigues — «Analysis of the Almoravid silver coinage: the qirats», in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, 3, Santarém, 1988.
- H. = HAZARD, Harry W. — *The numismatic history of late medieval North Africa*, The American Numismatic Society, New York, 1952.
- «Late Medieval North Africa: Additions and supplementary notes», The American Numismatic Society *Museum Notes*, vol. XII, 1966.
- M. = MILES, George C. — *The Coinage of the Umayyads of Spain*, The American Numismatic Society, New York, 1950.
- M,FC = MILES, George C. — *Fatimid Coins*, The American Numismatic Society, New York, 1951.
- (Mira, Francisco Ignacio) — *Catalogo da Collecção Numismatica de Francisco Ignacio de Mira*, Beja, Typ. de A Folha de Beja, 1898.
- P. = PRIETO y Vives, Antonio — *Los Reyes de Taifas*, Madrid, 1926.
- V. = VIVES y Escudero, Antonio — *Monedas de las dinastías árabe-españolas*, Madrid, 1893.
- Indicación del valor en las monedas árabe-españolas, in *Homenaje á D. Francisco Codera*, Zaragoza, 1904.
- W = WALKER, John — *A catalogue of the Arab-Byzantine and Post-Reform Umayyad coins*, British Museum, London, 1956.





15



16



17



18



19



20



21



22



23





24



25



26



27



28



29



30



31



32



33



34



35





36



37



38



39



40



41



42



43



44



45



46



47



48



49



50



51



52



53



54



55



56



57



58



59

LA MEDIA DOBLA DE LA BANDA DE JUAN II DE CASTILLA (1406-1454) (*)

Anna M. Balaguer

La moneda medieval castellana tan variada, con una historia tan intrincada como poco conocida, debido al estudio relativamente escaso del que ha sido objeto, nos está deparando y posiblemente nos seguirá deparando en el futuro muchas sorpresas.

Las novedades de la numismática castellana no se circunscriben a la moneda de menor valor o incluso a la plata, acuñadas con mayor abundancia en la época y por consiguiente con más posibilidades de variaciones tipológicas, sino que tales novedades se detectan frecuentemente también en la moneda de oro.

A modo de ejemplo y sin pretender dar una lista exhaustiva de las monedas de oro castellanas descubiertas en los últimos tiempos citaremos algunos casos.

Dentro del reinado de Juan II, del cual nos ocuparemos en este artículo, debemos consignar la aparición de la dobla de la banda de Coruña, taller para el que no se conocía la existencia de este valor monetario (1).

Algo posterior fue la publicación de una variante inédita de la dobla de la banda de Sevilla, con la banda del escudo dispuesta en sentidos inverso, es decir de derecha a izquierda (2).

Tuvimos ocasión de dar a conocer por primera vez la reproducción fotográfica directa de las grandes doblas de Juan II, conservadas en la *Bibliothèque*

(*) Nuestro reconocimiento al personal del Museo Arqueológico Nacional que facilitaron la consulta de sus fondos.

(1) El descubrimiento de esta pieza fue debido a Antonio Orol, gran especialista de la numismática castellana medieval.

(2) PEREZ SINDREU, F. P., *Catálogo de monedas y medallas de oro. Gabinete Numismático Municipal de Sevilla*. Sevilla, 1980, num. 94.

Nationale de Paris, hasta entonces solo conocidas a través de los dibujos de Heiss. En el mismo trabajo publicabamos, también dos doblas de la banda inéditas de la ceca de Burgos, con la especial característica de no presentar las cabezas de leones en los extremos de la banda. Pudimos, también, demostrar que este detalle no debía ser observado como una simple curiosidad o un error de grabador, sino que tenía más trascendencia. Comprobamos que el «Manual de Mercadería de Mallorca» distinguía entre las doblas con leones y las que no los tenían, llamando «sevillanas» a la primeras y valorandolas a menor precio que las segundas (3).

Realmente la numismática castellana es aun hoy una fuente caudalosa de tipo inéditos, verdaderamente un mundo solo a medio explorar. Si nos ceñimos únicamente a los valores de oro veremos que en las últimas décadas han habido muchas novedades. Por lo que se refiere al reinado de Enrique IV tenemos el artículo de Ruiz Trapero (4) que da a conocer un buen número de piezas inéditas. Por nuestra parte pudimos añadir un medio enrique de Avila (5), así como un enrique nuevo o castellano también de Avila y otro de Cuenca, todos ellos desconocidos hasta entonces (6). Ofrecimos también la primicia de la reproducción fotográfica de diversas grandes doblas de Enrique IV, solo conocidas por los dibujos de Heiss (7). Sin embargo el descubrimiento más notable y espectacular dentro de la serie aurea castellana de los últimos años fue el realizado por A. Orol de la dobla llamada de 40 maravedís de Pedro I, con un tipo completamente original (8).

(3) BALAGUER, A. M., «En torno a los reinados de Juan II y Enrique IV de Castilla. Tipos monetarios inéditos y comentario documental», *Acta Numismática*, II, 1987 pp. 183-195.

(4) RUIZ TRAPERO, M., «Monedas de oro de Enrique IV del Museo Arqueológico Nacional», *Numario Hispanico*, 1961, t. X, pp. 127-137.

(5) BALAGUER, A. M., «Medio enrique inédito de la ceca de Avila», *Gaceta Numismática*, num. 50, set. 1978, pp. 16-20.

BALAGUER, A. M., «Carta de concesión de los derechos de la ceca de Avila a la princesa Isabel (1468)», *Numisma* 130-155, 1978, pp. 519-530.

(6) BALAGUER, A. N., art. cit. en la nota 3, nums. 8 y 9.

(7) BALAGUER, A. M., «La disgregación del monedaje en la crisis castellana del siglo XV. Enrique IV y la ceca de Avila según los documentos del Archivo de Simancas», *Acta Numismática* IX, 1979, pp. 155 y ss.

Sobre este reinado Vid. también BALAGUER, A. M., «Las amonedaciones de vellón de Enrique IV», *Gaceta Numismática*, 76, marzo, 1985, pp. 43-58.

(8) OROL PERNAS, A., «Dobla de cuarenta maravedís de Pedro I», *Gaceta Numismática*, 42, septiembre, 1976, 1976, pp. 17-18.

Esta fuente inagotada de tipos monetarios por conocer nos permite presentar ahora un valor monetario hasta ahora no registrado o por lo menos no descrito totalmente: la media dobla con el tipo de la banda de Juan II.

Al propio tiempo publicaremos dos ejemplares más de doblas de la banda de Burgos sin leones en los extremos.

1 — *Media Dobla de la Banda de Juan II*

Anverso: + IOHANES: DEI GRACIA: RE. CAST

Escudo de la Banda, encima B. El escudo lleva leones en el extremo de la Banda.

Reverso: +IOHANES (roseta) DEI (roseta) GRACIA (roseta) REX (roseta)
CAST Cuartelado de castillos y leones

peso: 2,31 gr. diámetro: 24 mm.

Colección pública de Museo Arqueológico Nacional (Madrid).

2 — *Dobla de la Banda de Juan II*

Ceca de Burgos

Anverso: + IOHANIS: DEI: GRACIA: REX: CASTELLE

Escudo de la Banda, sin leones en los extremos de esta. En la parte superior B.

Reverso: + IOHANIS: DEI: GRACIA: REX: CASTELLE

Cuartelado de Castillos y leones

peso: 4,48 gr. diámetro: 31 mm.

Colección pública del Museo Arqueológico Nacional (Madrid) (155)

3 — *Dobla de la Banda de Juan II*

Ceca de Burgos

Anverso: + IOHANES: DEI: GRACIA: REX: CASTELE

Escudo de la Banda sin leones en los extremos. En la parte superior B.

Reverso: + IOHANES: DEIGRACIA: REX: CASTEIS

Cuartelado de Castillos y leones

peso: 4,46 gr. Diámetro: 30 mm.

Colección pública del Museo Arqueológico Nacional (Madrid)

COMENTARIOS

En los catálogos o en los trabajos especializados conocidos no hemos podido encontrar este valor monetario, correspondiente a la medida dobla tanto por su peso, por su diámetro, como por su tipología.

Es cierto que en 1941 Inglada y Ors ⁽⁹⁾ publicó, sin descripción detallada, pero aportando peso, diámetro y foto, una moneda análoga a ésta. Hemos realizado un detenido estudio comparativo de la moneda del Museo Arqueológico Nacional con la publicada por Inglada con el siguiente resultado. Ambas son del mismo cuño, siendo la publicada por Inglada inferior en peso y diámetro (2,11 gr. y 21 mm.) y presentando un sospechoso aspecto en sus relieves, más bien aplanados.

En las dos monedas se registran análogos defectos adquiridos en circulación (golpes, rayas, etc.), así como otros pequeños defectos y características peculiares adquiridas en el proceso de fabricación (pequeños excesos de la gráfila exterior o del borde de la moneda en determinadas zonas, etc.).

Se trata, pues de dos monedas iguales como dos gotas de agua, similitud que no queda justificada por el solo hecho de haber podido ser emitidas por el mismo par de cuños. De ser así no registraríamos análogos defectos tanto de circulación como de emisión en ambas piezas. Todo lleva, pues, a pensar que la moneda que publicara en su día Inglada es una copia, obtenida por microfusión, a partir de la moneda, sin duda auténtica, que se conserva hoy en el Museo Arqueológico Nacional, procedente de la colección Sastre. El peso y diámetro superiores de esta última, unido a la viveza de sus relieves son argumentos decisivos a favor de este criterio, pues como es sabido las copias o falsificaciones obtenidas por estos procedimientos siempre resultan inferiores en peso y dimensión, además de presentar un característico aspecto aplanado de sus relieves.

Debemos observar, finalmente, que el peso 2,31 gr. de la moneda del Museo Arqueológico Nacional se ajusta perfectamente al peso de una media dobla, habida cuenta que la dobla pesaba unos 4,60 gr.

Por lo que se refiere a los dos ejemplares de doblas de la banda de Burgos sin leones, que también publicamos aquí, remitimos al lector a nuestro anterior trabajo en el que dimos a conocer este nuevo tipo y donde dimos cumplida cuenta de todo lo que al respecto pudimos aclarar ⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ INGALDA Y ORS, L., «Dos monedas de oro muy raras de la época de D. Juan II de Castilla», *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de la Universidad de Valladolid*, 1941-1942, pp. 107-109 — lám.

⁽¹⁰⁾ BALAGUER, A. M., art. cit. en la nota 3, pp. 187-189.



1



2



3

EN TORNO DEL SAO VICENTE DE DOM JOAO III Y DOM SEBASTIAO (1521-1557-1578)

Felipe Mateu y Llopis

La amable invitación del Dr. Rui M. S. Centeno a colaborar en el Homenaje al ilustre numismata Engenheiro Joaquim Ferraro Vaz, ahora perdido, me honra mucho y me permite recordar cuándo entré en relación con él, hace bastante más de cuarenta años y con la revista NUMMUS que tanto impulsó.

En 1958 la Fábrica Nacional de Moneda y Timbre me publicó la *Bibliografía de la Historia monetaria de España con suplementos referentes a los países con ella más relacionados* y recogí allí la que había podido reunir del citado autor.

Este en 1969 me distinguió con su gran obra *Livro das moedas de Portugal* (Braga, 2 vol.) y ello me facilitó tener más a mano tan rico repertorio.

La figura del diácono Vicente tiene amplia bibliografía en las hagiografías y en las historias del Arte, por haber sido representada en la pintura, la escultura, el grabado, en la arquitectura, tanto en Portugal como en España; de su culto en la Hispania visigoda hay testimonios epigráficos recogidos por José Vives en su libro *Inscripciones cristianas de la España romana y visigoda* (Barcelona, C.S.I.C. 1969, 2.ª ed.) en cuyos índice se lee: *Vincentius mártir valentinus, basilica dedicada*; *Vicentii* 303 (a. 594); *reliquias*: *Vicentii*, 305; *instituido heredero de sus bienes por ob. Justiniano*; *Vincentium*, 279, 10. *servi sancti Vincentii*; 67 (*de una iglesia de Toledo*) *VINCENTIUS*: A. *Vincenti* 395, anillo, por lo que a epigrafía se refiere.

Siempre me llamó la atención la especie áurea portuguesa, del São Vicente, tan conocida desde que en 1874-1880 Augusto Carlos Teixeira de Aragão la repertoriara en su *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, por su estrecha relación con la Historia del Arte y la Hagiografía en que tanto destaca el mártir de Valencia del año 303-304, bajo Diocleciano, *Caius Aurelius Valerius Diocletianus Iovius* (A.D. 284-305) quien se enfrentó con los Bagaudas de la Galia y en Hispania

persiguió a los cristianos, especialmente de la Tarraconensis, la Tarraconense, a la que pertenecían las ciudades de *Osca*, *Caesarea Augusta* y *Valentia* a la que aquél hizo trasladar desde la primera, para comparecer ante su gobernador Daciano, al obispo *Valerius*, san Valero, y su diácono *Vincentius*, llamado *Hispanus* o San Vicente Español, cuya fiesta litúrgica es el 22 de enero.

En cuanto a textos amplia información en las *Fontes Hispaniae Antiquae* que comenzaron a publicar A. Schulten y L. Pericot; en 1947 el Fascículo IX, *Las Fuentes de la época visigoda y bizantinas*, Edición y comentario por Roberto Grosse.

Hacia el año 428 una basílica consagrada al mártir san Vicente profanada bajo el rey vándalo Gunderico (406-428) en Hispalis (Sevilla); año 541 *Childebertus rex in Hispaniam abiit. Qui ingressus cum Chlotacario* asedia la *Caesaraugusta civitatem*; ésta se salva milagrosamente por los cantos *cum tunica beati Vincentii*, con que se imploró la libertad; la túnica fue salvada; los invasores *cum magnis spoliis in Galliis redierunt*.

22 de enero del año 594: una lápida de consagración en Iliberri: *Item consecrata est ecclesia sancti Vincentii*, por el obispo de Acci (Guadix).

Su culto se extenderá por toda la península; básicos los *Etudes historiques sur la Galice et le Portugal du VI e au XIIe siècle*, de Pierre David (Lisboa, 1947). San Vicente Martir es base, en la toponimia, en la Reconquista, pasando su culto a basílicas visigodas, Córdoba, Valencia, anteriores a 711, y en las artes, pintura, escultura, de los siglos medievales y modernos.

María Dolores Mateu Ibars en su *Iconografía de San Vicente Martir* (Valencia, I.A. el M. (1980) Cuadernos de Arte, 29) amplia información sobre la Pintura, con Prólogo de Felipe M.^a Garín Ortiz de Taranco (XXVII — 268 páginas) grabados de obras, principalmente españolas y portuguesas; y allí presentó en los correspondientes mapas la extensiva del culto vicentino desde el siglo IV y su repercusión artística, con el itinerario del santo y los principales focos de su iconografía en toda la península y en Portugal desde Montealegre en el norte hasta al Cabo de San Vicente.

En la Historia monetaria tuvo una representación que dio la vuelta al mundo en la moneda portuguesa de oro así llamada, *Sao Vicente* que acuñaron los reyes Dom João III (1521-1557) y D. Sebastião (1557-1578).

No siempre figura el São Vicente de Dom João III, en los diccionarios numismáticos, así el *Wörterbuch der Münzunde*, *Herausgegeben von Friederich Frhr. Von Schrötter* no lo trae en su edición de 1970; y en mi *Glosario hispánico de Numismática* (Barcelona C.S.I.C. de 1946) apenas si pude hacer más que dedicarle seis líneas.

Y es que en verdad los ejemplares del São Vicente han sido raros, por su valor o escasos. El exámen de Catálogos de ventas tan acreditados como los de la Casa J. Schulman, que pude visitar en 1947 en Amsterdam, dan más *Cruzados Calvários* y las pieazs de 500 reis, muy bellas por cierto menos frecuentes los *São Vicentes*. El número LVI de abril de 1912 de *Portugal et Brasil. Monnaies, Médailles, Decorations, Livres de Numismatique* (170 páginas y IV láminas es acreditativo.

También faltó el São Vicente en el libro de Tyll Kroha, *Lexicon der Numismatik* (Güttersloh, 1977) y antes en el de Fred Reinfeld, *Münzkatalog der Bekanntesten Münzen von der Antiken bis Zur gegenwart* (München, 1965) que comprende sólo desde João V (1706-1750).

En *Portugiesische Münzen. Sammlung des Herrn E.B. in L. Die öffentliche Versteigerung findet statt Montag Den 24 October 1881 im Lokale und unter Leitung des Experten Adolf Hess, Bockenheimer 53, Frankfurt a.M. Mit 1 Tafel Abbidulgen*, no se halla el São Vicente de João III, sí el *Meio São Thomé*, n.º 32 y el *Cruzado*, n.º 33, con *Ioanes. III. R. Port.* y en reverso *In hoc sign Vin.*

En el *Elencho das Lições de Numismatica dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa por J. Leite de Vasconcellos, Professor proprietario da respectiva cadeira* (Lisboa, Typographia do Jornal «O Dia», (1894) en páginas 61-62 el ilustre autor habla de D. João III citando el *portugaes*, con *Ioanes III R. Portugalie: Al: C. VI. in A.G.C.N.C. Eti. Ara. Psie*, esto es *Joanes tertius, rex Portugalie, Al garbiorum, citra ultra in Africa, dominus Guinae, conquisitionis, navigationis, commercii Etiopie, Arabie, Persie*, remitiendo a Aragão, I, 260 sqq.

En el *Catalogo das moedas e medallas portuguezas e Estrangeiras existentes na Collecção da Sociedade Martins Sarmiento, Organizados por J. de Freitas Costa e o Abbade de Tagilde* (Porto, 1900) en número 61 se describe el São Vicente así: *Ioanes III Rex Por. et Al. R.D.G.* esto es, *Joanes tertius Portugalie, et Algarbiorum Rex Dominus Guinee*, con las armas del Reino y en reverso *Vsque ad mortem Zelator Fidei*. No centro de duas estrellas, S. Vicente voltado á direita, tendo na mão direita uma Palma».

Es una muy exacta descripción de estas piezas áureas cuya falta en muchas catalogaciones acredita su rareza. De 30 mm. el São Vicente y 24 el *meio São Vicente* el diácono martir porta en la derecha la palma martirial, como atributo y en la izquierda la caravela, típicamente portuguesa.

En 1958 dí en *Arqueologia e Historia*, 8.ª série de publicações da Associação dos Arqueólogos Portugueses, volume VIII, *Rex Portugaliae, Notas sobre la intitulación diplomática de los reyes de Portugal*, recordando los títulos índicos de aquel soberano y la *Exposição historica comemorativa do IV Centenario da fundação de São Paulo 1554-1954*, del Palacio Galveias, de Lisboa, con

referencias numismáticas, en páginas 135-141, *portugués, cruzado calvario, S. Vicente, meio S. Vicente, tostáo y vintem*.

En 1960 en la Semana de Cultura Portuguesa organizada por el Lector de Portugués de la Universidad de Barcelona Dr. F. Jose Fragoso de Lima, dí en la Biblioteca de Cataluña, de la Diputación de Barcelona, una conferencia sobre *El momento monetario de los Descubrimientos portugueses*, cuyo texto quedó inedito.

En 1969 el Engenheiro Joaquim Ferraro Vaz publica en Braga su gran obra en dos volúmenes *Livro das Moedas de Portugal*, con versión inglesa, y en sus páginas 315-359 da amplia información de las de Juan III. Nacido éste en Lisboa en 6 junio 1502; sube al trono por muerte de su padre don Manuel en 13 de diciembre de 1521; casa con Doña Catalina de Castilla, hija de Felipe I (el Hermoso); murió en Lisboa». En páginas 327-330 trae diferentes ejemplares de aquellos valores, el *São Vicente* y el *medio São Vicente*, con el santo en anverso y las armas de Juan III en reverso. En rigor la intitulación diplomática es también la monetal *Ioanes III Portugalie* y va en el anverso de las especies con las armas del monarca, pero aquí se dio la preferencia a la imagen del Padroeiro de Lisboa con *Zelator Fidei usque ad mortem*; fue dado este título durante el pontificado de Paulo III (1534-1540).

En 1534 Clemente VII, florentino, Julio de Medici (1523-1534) amenaza a Enrique VIII con la excomunión; posición de Thomas Moro y de Fisher, obispo de Rochester; Ignacio de Loyola funda la Compañía de Jesus, que Paulo III aprobaría en 1540; Alejandro Farnesio elegido Papa, con este nombre de Paulo III; Francisco I de Francia aliado con Solimán II de Turquía (1520-1566); Barbarroja ocupa para Solimán el reino de Túnez.

1535, muerte violenta del antiguo canciller Thomas Moro, autor de la *Utopía*; muere el duque de Milán Francesco Sforza; Antonio de Leya ocupa el Milanesado por Carlos V; 1536 muere Catalina de Aragón; 1545, apertura del Concilio de Trento; 1554 Maria Tudor casa con el príncipe D. Felipe hijo de Carlos V; 1557, San Quintin; 1558 muere Carlos V; en Portugal reina Dom Sebastião (1557-1578. 1566-1572, pontificado de San Pio V y 1572-1585 del bolonés Gregorio XIII, Hugo Boncompagni.

En Portugal Damião de Goes, *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel* y Jeronimo Ossorio *De rebus Emmanuelis Regis* (1571) reinando D. Sebastião; al morir éste, 1578, pontificaba Gregorio XIII; en 1581 Felipe II es reconocido por las Cortes de Thomar, como rey de Portugal, numerado allí, Primero, es decir la corona del *Rex Portugalie et Algarbiorum* la ciñe la misma persona que era el *Rex Hispaniarum*, sin que variaran las intitulaciones monetarias propias de cada reino.

Dom João III, O Piedoso (1521-1557). 1521, diciembre, 13, subió al trono; 1525, incorporación a la Corona de los Maestrazgos de las Ordenes de Cristo, Aviz y Santiago, 1536, establecimiento de la Inquisición, Abandono de Azamor, Alcazarquevir y Sagim en Africa. *Rex Portugaliae, Algarve, Guine, Ethiopie, Arabie, Persie, India.*

1533: Tratado del esfera y del arte de Navegar, 1536: actividad dramática de Gil Vicente; pare él Portugal era «el Infante de la Fe y Rey del Mar». 1485-1558: Sa de Miranda renovador de la Métrica. 1518-1584, Francisco de Holanda, amigo de Miguel Angel, autor del *Tratado Da Pintura antiga*; 1520-1561; Jorge de Montemayor, *La Diana*, en castellano. 1545: Pedro de Medina, *Arte de navegar*; recogió métodos portugueses. 1534-1549: Paulo III, romano; da el título *Zelator Fidei* a João III de Portugal, este lo ostenta en el São Vicente, de 22 quilates de ley, inferior a la del *Portuguez* y del *cruzado* de 23, 3/4.

Roteiros del Virrey Don Juan de Castro (1500-1548); de Lisboa a Goa; Goa a Diu y de Goa a Suez, la carrera da India. 1510-1583 Fernan Mendes Pinto, uno de los descubridores del Japon, conoció a San Francisco Javier y estuvo en India, Etiopia, Arabia Feliz, China, Tartaria, Macassar, Sumatra; 1524-1580, Luis de Camoes, cantor épico de la expansion; desterrado en Ceuta, donde perdió el ojo derecho; en 1572 publicó *Os lusiadas*; nadie como él pudo decir de Portugal que «dexó a vida por o mundo em pedaços repartida»; *Os lusiadas* fue «el poema del Oceano»; el sistema ptolemaico resumido por la lírica de Camões.

Felipe II de España, I de Portugal, como puede verse en el *Album* de documentos de Torquato de Sousa Soares, se intituló «*Don Phelipe per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves e dallem Mar em Affrica Senhor de Guínee e da Conquista navegação comercio de Ethiopia Arabia Persia e da India*»; rey de Portugal desde 17-VII-1580 hasta su muerte, 13-IX-1598; no acuñó ya el São Vicente, sí la pieza de 500 *reis* con las armas de Portugal en anverso y *Philippus I D. G. Rex Portugaliae* y en reverso la Cruz e *In hoc signo vinces*; y las piezas de 4 cruzados, 2 y un cruzado.

No obstante corresponde a su reinado la promoción del culto al martir de Valencia, que venía siendo objeto de las ricas miniaturas de los *Libros de Horas* de Dom Manuel de Portugal (1495-1521), del Museo Nacional da Arte antiga; del Infante Dom Fernando, del mismo Museo, y otro del rey Dom Duarte (1433-1438), del Archivo da Torre do Tombo. Aquella presencia del culto a San Agustín, a San Vicente y a San Sebastián se ve en las estatuas de San Vicente de Fora, para cuya erección dio por cédula fechada en El Pardo en 16-XI-1590, 2.500 cruzados, anuales, grandiosa obra terminada en 1629 día de San Agustín, en su fiesta litúrgica, veneración vicentina que databa de Alfonso I (1159-1185).

En 1952 el académico D. J. M. Cordeiro de Sousa dio en «Anales del Centro de Cultura Valenciana» *Una Nota sobre la iglesia de San Vicente en Lisboa*, con párrafos tan bellos que al menos, algunos se reproducen aquí «Al que llegue a la capital portuguesa surcando las aguas tranquilas del Tajo, o se asome a lo alto de una de las *siete colinas* de la ciudad, preséntase a sus ojos, maravillados con la esplendidez del panorama, quizás único en el mundo, entre el anfiteatro del caserío, la majestuosa silueta del templo del glorioso mártir valenciano, patrón de Lisboa».

Recuerda el autor que lo hizo construir Felipe II de España por Real Orden fechada en El Pardo el 16 de noviembre del año 1590.

El arquitecto encargado de trazar el proyecto fue el italiano Filippo Terzi que al servicio del rey D. Sebastián quedó cautivo de los moros en la batalla de Alcazarque vir y rescatado por el cardenal-rey Don Enrique, fue nombrado por Felipe II maestro de las obras reales en el año 1590. «El rey concedió para la construcción 2.500 cruzados anualmente, más 2.000 de las rentas de la comunidad». La obra se terminó el día de san Agustín de 1629; reinaba a la sazón Felipe IV de España, III de Portugal.

En la pintura se recordó en aquel tiempo a San Vicente, en los retablos de San Juan de Obidos, con San Juan Evangelista en el Museo de Arte Antiga y en otro con San Sebastián de Frey Carlos y atribuido al Maestro de Sardoal de Beja.

Teixeira de Aragão dio textos sobre los diseños del *São Vicente* y de *su meio*: «Os desenhos dos São Vicentes-escribe-foram feitos por Antonio de Hollanda, com este refere na sua interesante obra: Da fabrica que faleçe a cidade de Lisboa (Cap. IV) Item podeo servir no dibuxo das novas moedas en que muyto vai e se tem feito grandes erros: mas não polos debuxos que com muyta descripção fizemos para os S. Thomes e Vicentes douro eu e meu pay e pare certos Pardaos e o que foi por otra via de prata e cobre bem se sabe de todo Portugal em que parou», segun el manuscrito de Ajuda. Aragão reproduce un São Vicente en pagina 268, numero 7 y *meios* en numeros 8 y 9. La ley del *portugues* era de 23 y 3/4, quilates del Cruzado calvario, 22; del São Vicente 22 como tambien del *meio*.

De 1557 a 1578 reinó Dom Sebastião, nieto de Joao III. Se crearon tres sedes metropolitanas, arzobispado de Goa, obispados de Cochim e Malaca. En 1574 embarcó en Cascaes para Africa: estuvo en Ceuta, volvio a Lisboa, luego a Africa, pensó en la conquista de Marruecos; Felipe II le disuadió. En 1578 partió de Lisboa: arribó a Tanger en 8 de julio entró en Mazalquivir contra 150.000 moros; murio allí en 4 de agosto.

En el *Livro das Moedas de Portugal* de Ferraro Vaz, en páginas 362-387 San Vicentes de Dom Sebastiao I, *O Desejado*. Ferraro Vaz escribió: «Em nome de Sebastianus I bateuse moeda nas mesmas oficinas monetárias que vinam funcionando para o avo D. Joao III, sendo também de Lisboa e Porto a moeda nacional e de Malaca, Cochim e Goa a Provincial para o Oriente». El monarca se intituló *Sebastianus I rex Portugalie et Algarbiorum*. Acunó el *Sao Vicente*, el *meio Sao Vicente* y los *500 reis* en oro; en plata el *tostao*, el *meio* y el *vintem* y *su meio* y en cobre los *dez reis*, los cinco, los tres, el real y el *ceitil*: en 1564 hubo falsificaciones de éste y se extinguió.

De 1497-1562 las *Decadas* de João de Barros y a 1542-1616 las de Diego del Couto a quien Felipe II nombró Cronista Mayor de la India.

A Dom Sebastião, que no tuvo descendencia, sucedió su tío-abuelo el Cardenal D. Henrique, que fue Inquisidor general del reino; contaba 66 años: aclamado rey en 28 de agosto de 1578, murió en 31 de enero de 1580; acuñó los *500 reais*, de oro, y los *tostões*, *meios tostões* y *vintems* de plata.

En las Azores reinó Dom Antonio, el Prior do Crato, 19-VI-1580 a 11-VIII-1583.

Estas breves páginas, de notas y recuerdos personales, van, pues, en homenaje al Engenheiro Joaquim Ferraro Vaz, que ahora hemos perdido y en testimonio de una antigua amistad.

APÓLICES DO REAL ERÁRIO
MANDADAS EMITIR POR D. JOÃO, PRÍNCIPE REGENTE (*)

O PROBLEMA DAS APÓLICES FALSAS

Mário S. de Almeida

As «Apólices» de «Papel Moeda» emitidas em Portugal pelo Erário Régio entre 1797 e 1807, e que constituíram o primeiro dinheiro de papel que circulou no nosso País, são ainda hoje bastante vulgares e bem conhecidas de todos os que se interessam por estudos económicos, monetários e, principalmente, numismáticos.

Menos bem conhecidos são porém os problemas levantados pelas falsificações destas Apólices e até a existência de Apólices falsas é ignorada por muitos coleccionadores.

Pensamos por isso que poderá ter algum interesse este pequeno estudo sobre o assunto.



Estas Apólices faziam parte de um empréstimo público, o 1.^o realizado oficialmente em Portugal, lançado por Decreto de 29 de Outubro de 1796 para 10 milhões de cruzados (4.000 contos de reis), quantia que foi alargada para 12 milhões por Alvará de 13 de Março de 1797.

(*) Este trabalho é em grande parte baseado em documentos originais encontrados durante pesquisas efectuadas há anos atrás, no «Fundo Geral do Erário Régio» existente no Arquivo do Tribunal de Contas.

Os agradecimentos do autor, ao Ex.^{mo} Presidente do Tribunal, pela autorização concedida e particularmente à Ex.^{ma} Directora do Arquivo, Dr.^a D. Alzira Teixeira Leite Moreira, pelo apoio e orientação dada, sem os quais teria sido impossível, ao autor (ou a qualquer outro amator) penetrar na riqueza daquele arquivo.

Pretendia-se assim acudir às aflitas finanças do País, desde sempre deficitárias mas cuja situação se agravara no último quartel do século XVIII com a quebra dos rendimentos do ouro e diamantes do Brasil e se tornara catastrófica com as despesas com a campanha do Roussillon entre 1793 e 1795.

Desse empréstimo davam-se títulos pessoais, a que se deu o nome de Apólices, só transmissíveis por endosso e que davam o direito ao recebimento de juros.

Poucos meses depois, por Alvará de 13 de Julho de 1797, e a pretexto de haver falta de numerário metálico para as transações (para «benefício do gyro do commercio») determinou-se que desses 12 milhões de cruzados, 3 milhões fossem feitos em títulos de valores mais baixos («Apólices pequenas») que circulariam sem necessidade de endosso (ao portador), sendo as pessoas obrigadas a aceitá-los nos pagamentos como se dinheiro fossem.

Era o «curso forçado» característico do «Papel Moeda» e a ideia era copiada dos «assinados» franceses, emitidos pela Revolução e já então totalmente desacreditados, e as consequências foram as mesmas.

Embora com relutância este dinheiro teve de ser aceite e, pela facilidade com que passou a permitir-lhe realizar todos os seus pagamentos, o Estado convenceu-se que tinha os seus problemas resolvidos.

Programado para 3 milhões de cruzados, isto é, 1.200 contos de reis, quando em Dezembro de 1799 (pouco mais de 2 anos depois), os governantes tiveram a consciência do perigoso caminho pelo qual haviam enveredado e resolveram suspender a sua emissão, haviam sido emitidas destas Apólices Pequenas, deste «Papel Moeda», um total de 16.513.720\$000 reis (mais de 16.500 contos!). Descontando as que entretanto haviam sido recolhidas havia mesmo assim em circulação 10.693.477\$000 reis, quantia astronómica para a época e que, ao juro anual de 6 %, representavam encargos impossíveis de suportar (sem pensar em amortização!).

Começou o drama para o Estado e principalmente para o público: a desvalorização progressiva, a suspensão do pagamento dos juros, e... o Papel Moeda Falso.



O Erário tentou tomar algumas precauções contra os falsários. Como veremos, não só os ameaçou com graves castigos, como determinou que cada tipo destas Apólices não circulasse mais do que um ano, o que pensava, e justificadamente, que dificultaria as falsificações e, principalmente, desmotivava os falsários.

Essa determinação cumpriu-se porém apenas durante menos de dois anos: ao fim desse tempo as Apólices recolhidas deixaram de ser destruídas e passaram a ser postas novamente em circulação, apenas nessa altura sendo carimbadas no verso para marcar a data a partir da qual se contava o ano que lhes daria o direito a receber juros.

E começou a praga das Apólices falsas.

A emissão iniciou-se em 1 de Agosto de 1797 e terminou em 6 de Dezembro de 1799. Durante esse período emitiram-se Apólices de 7 valores (20\$000, 12\$800, 10\$000, 6\$400, 5\$000, 2\$400 e 1\$200 reis) e de 15 desenhos diferentes. Em 1805 e 1807 autorizou-se a emissão de mais Apólices, embora em menores quantidades, dos valores de 2\$400 e 1\$200 reis, e para elas fizeram-se novos desenhos.

Portanto 17 desenhos diferentes ao todo, e de quase todos eles devem ter aparecido Apólices falsas e em enormes quantidades. Avaliámo-lo pelo número das que conseguiram chegar aos nossos dias, pois só nós conseguimos encontrar cerca de 80 distribuídas pela maior parte desses desenhos.



Tal como nas moedas há nas Apólices dois tipos de ilegalidades:

1 — Apólices adulteradas, ou viciadas, em que o falsário, com habilidade maior ou menor, modificou Apólices verdadeiras de modo a alterar-lhes o valor, isto é, de Apólices que originalmente tinham um valor baixo (5\$000 reis ou até menos) tentou fazer Apólices de valor mais elevado (10\$000 ou, mais geralmente, 20\$000 reis);

2 — Apólices falsas propriamente ditas, isto é, Apólices impressas clandestinamente com chapas abertas propositadamente para esse fim pelos falsários.

Neste grupo poder-se-iam incluir também as Apólices falsas, não impressas, mas desenhadas totalmente à mão, de que conhecemos alguns exemplares.

APÓLICES ADULTERADAS OU VICIADAS

Os problemas postos pelas Apólices adulteradas, ou viciadas, não deverão ter sido grandes, pelo menos a nível de Erário. Numa guia de remessa de Apólices falsas para o Tesouro, sem data mas provavelmente de 1819, num total de 42 Apólices falsas no valor de 552\$600 reis, só se referem 3 viciadas, todas do valor de 20\$000 reis (Documento n.º 1).

Na realidade não só a produção era muito demorada, uma a uma, não representando na sua totalidade um valor elevado, como, alterando geralmente o falsário apenas o valor e não o desenho, e conhecendo bem o público os



Fig. 1 — Apólice viciada: Apólice de 5\$000 reis, alterada na indicação do valor, para 20\$000 reis.



Fig. 2 — Apólice viciada: Detalhe, com mais ampliação, da Fig. 1.



Fig. 3 — Detalhe da apólice autêntica de 5\$000 reis para comparação com o detalhe idêntico da apólice viciada da Fig. 2.

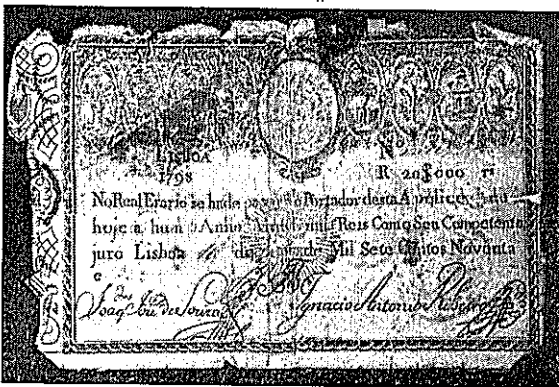


Fig. 4 — Apólice viciada: Apólice de 2\$400 reis alterada não só no valor, como no desenho, quer do cabeçalho, quer da cercadura.

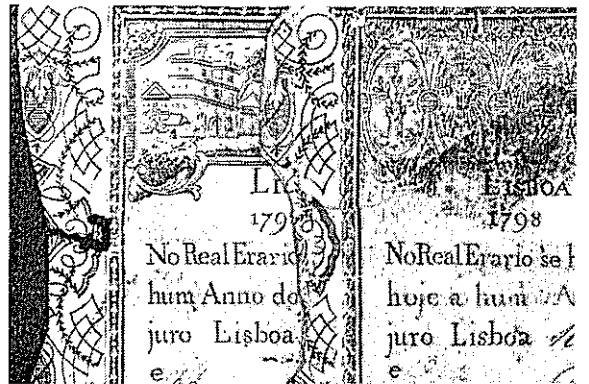


Fig. 5 — Comparação da apólice viciada da Fig. 4 (metade da direita) com a parte correspondente da apólice autêntica original de 2\$400 reis (metade da esquerda). Só foi mantido, e só por isso se descobre a fraude, o desenho do talão da esquerda.

desenhos próprios de cada valor, a fraude deveria ser facilmente detectável (Figs. 1, 2 e 3).

Precisamente por isso conhecemos casos, que devem ter sido excepcionais, em que o artista (não podemos deixar de o reconhecer como tal), com trabalho que lhe deve ter demorado horas, se não dias, não só substituiu os valores como tentou substituir também o desenho, safando o original e reproduzindo por cima o correspondente à Apólice que tentou falsificar. Tanto trabalho para tão pouco lucro (Figs. 4 e 5).

Como é lógico, de estas Apólices adulteradas cada uma constitui um tipo, não podendo por isso fazer parte de qualquer classificação nem entrar em qualquer catálogo.

Pensamos porém que são documentos muito curiosos que qualquer coleccionador deverá ter prazer em detectar e tentar possuir.

APÓLICES FALSAS PROPRIAMENTE DITAS

As Apólices falsas totalmente desenhadas à mão deviam ser muito raras e não punham portanto qualquer problema ao Erário. Mesmo assim pudemos identificar dois exemplares um dos quais reproduzimos a título de curiosidade (Figs. 6, 7 e 8).

Já o mesmo não aconteceu com as Apólices falsas impressas com chapas fraudulentamente abertas.

O problema destas Apólices falsas foi na realidade totalmente diferente do das anteriores, quer das viciadas, quer das totalmente desenhadas à mão, pois podiam ser feitas, e foram-no, em quantidades industriais, representando desde o início uma séria preocupação para o Erário, não só pelo prejuízo que causavam, como pela preparação de medidas para as combater, de resto bastante ineficazes.

Até mesmo antes da sua emissão o problema já fora previsto e no Alvará em que estas «Apólices Pequenas» são criadas, de 13 de Julho de 1797, já se diz: *«E porque este Estabelecimento pode excitar a depravação, e cobiça a introduzir Apólices viciadas, ou falsas: Ordeno que contra os culpados tenham lugar as penas impostas aos que fabricam e introduzem moeda falsa, para o que Hey por muito recomendada a Ordenação, e Extravagantes respectivas, em cuja execução haverá toda a exacção, e vigilancia».*

Como se veio a verificar todas as medidas que se tomaram foram praticamente ineficazes e compreende-se facilmente porquê.

Na realidade, dada a maneira artesanal como na época as chapas para imprimir as Apólices verdadeiras eram executadas, era também artesanalmente fácil aos falsários reproduzi-las nas mesmas condições, isto é, abrindo as chapas a buril (e não faltavam artistas para o fazer), e, depois mais fácil ainda (obtendo

o papel que, pelo menos para a maioria, nada tinha que o individualizasse ⁽¹⁾ imprimi-las numa tipografia caseira.

Os selos brancos, e alguns carimbos no verso que, para as tornar mais fáceis de aceitar, era necessário aplicar, eram igualmente fáceis de falsificar.

Além portanto dos castigos severos, várias medidas foram implementadas para tentar combater as Apólices falsas.

O mesmo Decreto de 13 de Julho de 1797 para diminuir a facilidade da falsificação, já mandava recolher as Apólices ao fim de um ano, substituindo-as por outras novas e de desenho diferente, e, para obrigar a que isso se fizesse, mandava pagar o juro de um ano somente *«ainda que por muito mais tempo se demorem nas mãos das partes, por ser assim necessário para evitar as demoras no giro das mesmas Apólices, que facilita a introdução das falsas, e viciadas»*.

Havia uma certa razão nesse raciocínio como se comprova pela não existência de Apólices falsas das primeiras chapas, das que na realidade não circularam mais do que um ano. Como é sabido, a partir de fins de 1799 as Apólices com mais de um ano deixaram de ser destruídas, passando a continuamente ser relançadas em circulação, e isso não há dúvida de que deve ter sido um dos factores que facilitou a sua falsificação.

Com efeito os receios confirmaram-se e as Apólices falsas a partir dessa altura logo começaram a aparecer em grandes quantidades e se a princípio, abertas

⁽¹⁾ O problema do papel usado para a impressão destas Apólices é assunto que, só por si, merecia um estudo alargado. De momento, e para este assunto das Apólices falsas, bastará dizer que toda a emissão de 1797/1799 foi feita em papel comum, sendo raríssimas as Apólices, e só de 10\$000 e 5\$000 reis (pelo menos foram os únicos valores que encontramos), que apresentam no papel uma filigrana especial:

1798 R 10000 e 1798 R 5000

Deve ter sido ensaio em que se não persistiu e que portanto nada ajuda para a detecção das Apólices falsas.

Foi apenas para a emissão de 1805 que se mandou fazer papel próprio com filigrana que era, conforme se tratasse de Apólices de 2\$400 ou de 1\$200 reis:

1805 2400 ou 1805 R 1200

As Apólices de 1807 apresentam estas mesmas filigranas: ou o seu papel foi feito com as mesmas formas ou, mais provavelmente, para ela aproveitaram-se as sobras da emissão de 1805.

O papel das Apólices verdadeiras destas emissões de 1805 e 1807 tem sempre estas filigranas. Em Apólices que nos parecessem falsas apenas encontramos com filigrana uma e por essa razão a mantemos como duvidosa.

as chapas no nosso País e por artistas pouco experientes, pela sua imperfeição talvez fossem de fácil detecção, com o tempo o problema modificou-se.

Conseguimos encontrar um documento em que o falsário preso, Manuel António Viamonte de Oliveira, pede para ser perdoado pelo facto de ter denunciado onde se encontravam as chapas que em 1802 haviam servido para o fabrico de «Papel Moeda» falso e que na realidade se encontraram tendo-se verificado serem duas de 20\$000 reis, uma de 10\$000 reis e uma de 5\$000 reis, e (além de carimbos para pôr «selos pretos no verso das Apólices» e selos brancos), «tres chapas sem gravura alguma». Estas chapas em branco provam que nessa altura (1802) elas ainda eram abertas, provavelmente de forma grosseira, pelos nossos falsários (Documento n.º 2).

Com o tempo o seu fabrico aperfeiçoou-se, passando as Apólices falsas a serem fabricadas no estrangeiro, muito provavelmente em Inglaterra (²) sendo importadas como qualquer outra mercadoria e até a serem vendidas em Lisboa, como veremos adiante, «em lojas da especialidade», quase publicamente.

É curioso a esse respeito o documento que se encontra no Arquivo do antigo Erário Régio, dirigido ao Duque de Palmela, não sabemos por quem, mas que vale a pena transcrever (Documento n.º 3):

«Tendo o Thesoureiro Mór observado desde que entrou neste Lugar, que o Papel Falso que se tem apresentado em todos os annos para ser trocado por verdadeiro, anda à roda de vinte contos em cada hum delles, desde 1811 inclusivé até o fim de 1816; e vendo por outra parte que ha muitos annos se não descobrem neste Reino falsificadores da mesma moeda: Estou na desconfiança de que a falsificação vinha de Países Estrangeiros acrescentada pela inspecção ocular da qualidade do papel, e caracteres da Letra. Mais se confirmou pelo que vio escripto em hum dos Periodicos impressos em Londres, que dizia que os Transcriptos da Moeda Papel se estavam vendendo publicamente em Londres.

Sobre este assunto já o mesmo Thesoureiro Mór tinha tido a honra de fallar com S. Ex^a o Senhor Marquez de Borba: E visto que na Gazeta de Madrid N^o 123 de 14 do corrente mez, no título — Gram Bretanha — se declara que estão para ser julgados 85 Reos a maior parte falsificadores do dito papel moeda,

(²) As Apólices autênticas eram de resto também impressas com chapas de cobre fabricadas em Inglaterra. Tivemos oportunidade de estudar um lote dessas chapas, cada uma para imprimir duas Apólices, e que tem no verso a gravação:

(coroa)

B. WHITTOW & SON
N. 43 . SHOE . LANE
HOLBORN . LONDON



Fig. 6 — Apólice falsa totalmente desenhada à mão. Não é provável que tenha chegado a circular, pois só possui carimbos, nitidamente todos eles também falsos (Fig. 7).

Fig. 7 — Carimbos da apólice falsa desenhada à mão da Fig. 6, todos eles também falsos.

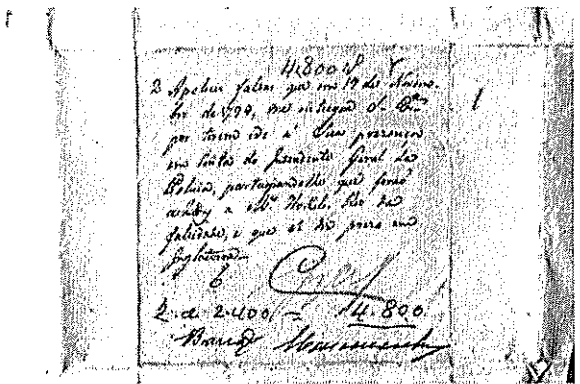


Fig. 8 — Detalhe, com ampliação, da apólice desenhada à mão da Fig. 6.

Fig. 9 — Nota manuscrita, no papel que envolve duas apólices falsas de 2\$400 reis, existente na J.C.P. e que refere terem sido «achadas (?) a M.ª Hokel reo da falsidade e que se diz preso em Inglaterra».



Fig. 10 — Carimbo falso «JJ.» de Outubro de 1803 (F) e ao lado os dois carimbos autênticos desse mesmo mês, diferentes dele nos pequenos pormenores (ver, por exemplo a coroa e «JJ.»).

que pode ser extensivo ao de Portugal: Lembra e pede o mesmo Thesoureiro Mór se escreva ao nosso Ministro, para que sobre este objecto passe as notas competentes Àquelle Ministerio para se examinar se algum dos Reos extendera o seu crime a este Reino, e que faça examinar igualmente se no mercado publico ha de venda semelhantes papeis, à maneira do que se pratica em Lisboa nas Lojas desta qualidade de Commercio.

Pede o referido Thesoureiro Mór a S. Ex^a que se sirva determinar se a correspondencia deste negocio ha de ser pela Secretaria do Estado de Negocios Estrangeiros, se pelo Erario em directura: Sendo pela primeira, esta nota pode servir de instrução.

Em 25 de Outubro de 1817»

Nesta nota há dois pontos muito curiosos a tomar em atenção:

1 — A quase certeza de que o Papel Moeda falso era por essa altura fabricado em Inglaterra (com todos os progressos técnicos de que então já lá se dispunha) e que, pelo menos em Londres, se estava «vendendo publicamente»;

2 — Que a impotência do controlo chegara a tal ponto que se reconhecia que em Lisboa havia lojas «dessa qualidade de commercio» (!).

Compreende-se assim que a distinção entre «Papel Moeda» verdadeiro e falso passou a ser muito difícil e se isso não era muito grave para o público que assim como o recebia, assim o passava, o problema passou a ser grave para o Estado pelo prejuízo económico, e para os tesoureiros da Fazenda que viam devolvidas pelo Erário as Apólices falsas que recebiam e isso saía-lhes do bolso e de maneira avultada. É o que se depreende do seguinte documento dirigido de Viseu, não sabemos por quem, ao Conde de Redondo, «*Hum dos Governadores do R.^{no} e Admin.^{or} G.^{al} do Erario Regio*» (Documento n.º 4):

«Em huma remessa de 2:328\$725 Reis q' em 29 do passado fez o Recebedor dos Fundos Reais desta Provedoria ao Cofre da Junta dos Juros dos Reais Emprestimos, foram por esta Junta reputados falsos e inutilizados os 220\$000 Reis em Papel q' remeto a V.Ex^a.

O dito Recebedor, o Senhor Bernardo de Figueiredo de Souza Borges me pede, represente a V.Ex^a a grande difficuldade q' ha de conhecer a moeda de papel falsa, de sorte que os que se puzeram de entendedores às vezes disputam se algumas Apolices são ou não verdadeiras, e q' tendo começado a servir o cargo de Recebedor em Abril proximo preterito por nomeação q' delle fez a Camara contra a sua vontade, não tem ainda a experiencia bastante para distinguir o papel verdadeiro do falso, e nem lhe parece vir a conhece-lo sem instruções sobre isso.

Rogo a V.Ex^a dê providencias para q' nem o Recebedor, q' hé homem honrado sinta esta perda, nem para o futuro seja enganado.

A não dar-se providencias, nenhum homem de bem quererá ser depositario da Real Fazenda, porq' o ordenado de 31\$960 reis q' lhe são dados não vale a pena de huma tão consideravel responsabilidade.

Se for possivel dar instruções sobre o modo de conhecer a moeda de papel falsa, em tal caso convirá da-las não só aquelle, mas a todos os Recebedores da Real Fazenda, e atalhar-se-ha q' esta peste da sociedade lavre daqui em diante.
Vizeu 29 de Julho de 1812»

Apesar das providências tomadas aquela «*peste da sociedade*» continuou a lavar e a ser cada vez maior a dificuldade em distinguir as Apólices verdadeiras das falsas, o que quer dizer que cada vez foi também maior a dificuldade em encontrar quem assumisse a responsabilidade de ser tesoureiro da Fazenda.

Já, talvez precisamente por isso, em 28 de Setembro de 1808 saíra um Aviso determinando que todo o Papel Moeda remetido pelos Fiéis ao Erário fosse trocado por Papel bom, mesmo que estivesse muito deteriorado ou fosse falso. Essa medida esteve porém pouco tempo em vigor pois foi revogada por novo Aviso de 28 de Setembro de 1811 que não só anulou essa determinação como recomendou o maior cuidado em não aceitar o Papel Falso ⁽³⁾.

O negócio do Papel Moeda falso atingiu tal volume que acabou até por interessar os grandes vigaristas de craveira internacional. No Arquivo do Real Erário existe vária documentação acerca de um falsário, Diogo Maxwell, e principalmente um volumoso e muito curioso processo acerca de um aventureiro, provavelmente de origem holandesa, um tal HOKEL, que devia ser um dos grandes passadores de papel falso da Inglaterra para o nosso País e que o nosso Governo conseguiu fazer prender lá e extraditar para Portugal e cá teve muito tempo preso (Documentos n.º 1 e n.º 5 e Fig. 9).



Não é fácil calcular a quantidade de Papel Moeda falso apreendido e muito menos do fabricado.

As estatísticas referem alguns números, algumas quantidades que foram queimadas, mas grande parte não deve ter sido registada pois logo que reconhecidas como falsas muitas Apólices eram logo inutilizadas e metidos os fragmentos a granel em sacos, e portanto impossíveis de conferir. Mesmo assim há até ao ano de 1821, registados oficialmente, 477.013\$000 Reis como tendo sido queimados de Papel Moeda falso!

⁽³⁾ Meira do Carmo — *Dívida Pública Portuguesa — Apólices Pequenas* — Lisboa, 1947, p. 28 e Documento n.º 7.

Documentos mais pormenorizados de 1835 dizem que até essa data se queimaram 43.578 Apólices falsas no valor facial total de 519.140\$800 Reis. Essas Apólices distribuía-se da seguinte forma pelos diferentes valores com excepção de 69.604\$000 reis de que apenas se conhece o valor total das Apólices e não o das de cada valor separadamente ⁽⁴⁾.

20\$000	12.543
12\$800	191
10\$000	14.872
6\$400	1
5\$000	5.136
2\$400	7.353
1\$200	3.482
	<hr/>
Total	43.578

Os números são bastante elevados e há necessidade de nos lembrarmos de que se trata apenas do que foi registado oficialmente. Se pensarmos no que foi destruído sem disso ficar qualquer registo, no que foi amortizado como bom e no que continuou a circular sem ser detectado, e que deve ter sido em grande quantidade a avaliar pelo que ainda hoje nos vem parar às mãos e que não temos a mais pequena dúvida de que é falso, quase poderemos concluir que foi quase tanto o Papel Moeda falso que circulou como o verdadeiro.



Ao contrário das Apólices viciadas que, como dissemos, não são susceptíveis de classificação, consideramos indispensável incluir em qualquer catálogo de Papel Moeda estas Apólices «falsas propriamente ditas», isto é, obtidas através de chapas abertas propositadamente, porque, embora todas bastante raras, da maior parte conseguimos estudar vários exemplares e considerámo-las Variantes bem características e facilmente bem classificáveis. Além disso, apesar de nos parecer que o nosso critério de assim as classificar está bem fundamentado, poderá haver quem não esteja de acordo, pelo menos em relação a algumas, em as considerar como falsas.

⁽⁴⁾ *Collecção de Contas da Comissão Interina do Crédito Público até 10 de Setembro de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, Mapa F N. 12.



a



b



c



c₁



d



e



f



g



h

Fig. 11 — Detalhes das diferentes variantes das Apólices de 1\$200 reis de 1805 e 1803 (grupos n.º 30, n.º 31 e n.º 32) que só por si permitem a sua fácil identificação.

Reparar principalmente no número e forma dos jactos do regador (5 ou 6), e nos diferentes aspectos da última flor a contar de cima, da parte superior da grinalda da direita (4 ou 5 pétalas, diferentes e em posições variadas).

É preciso notar que, como é óbvio, só poderão ter interesse pela procura de Apólices falsas aqueles colecionadores que já se interessem pelas Variantes das Apólices verdadeiras, isto é, pelas Apólices do mesmo desenho e aparentemente iguais mas que foram impressas com chapas diferentes e que por isso diferem em pequenos pormenores, geralmente de desenho, mas por vezes também do texto ou dos algarismos da data. É um estudo aliciante do qual é pena que muitos colecionadores estejam ainda alheados.

Damos para exemplificar à reprodução do aspecto diferente que pode tomar um pequeno pormenor do desenho em 9 das Variantes autênticas de 1\$200 reis de 1805 e 1807 (Fig. 11). Repare-se nas diferenças no número, desenho e posição relativa das pétalas das duas flores da parte superior, mas também até na flor da extremidade inferior.

IDENTIFICAÇÃO DAS APÓLICES FALSAS

Algumas Apólices identificam-se rápida e facilmente como falsas pelo aspecto geral do seu desenho, grosseiro e muito diferente do das verdadeiras, por vezes não apenas em pequenos pormenores mas até nas figuras fundamentais. Mas há casos de Apólices falsas mais perfeitas e em que a distinção não é tão fácil.

Nestes casos poderão ajudar, e até ser mesmo decisivos, os seguintes aspectos:

1 — Nas Apólices de tipos muito vulgares, a relativa grande raridade das variantes falsas, em franco contraste com a grande abundância de todas as outras variantes verdadeiras desse mesmo tipo.

De grande número de variantes falsas apenas encontramos um exemplar e o máximo que encontramos foi cinco. Com as variantes das Apólices verdadeiras pode-se dizer que isso quase nunca acontece, a não ser com as primeiras chapas emitidas em 1797/1798, mas primeiros desenhos de que nunca detectamos qualquer Apólice falsa.

2 — Apresentarem as variantes falsas sempre pelo menos alguns carimbos também falsos no seu verso (evidentemente com excepção das de 1805 e 1807 que, não dando direito a receber juros, não tem nunca quaisquer carimbos no verso), o que se detecta facilmente comparando com os carimbos do mesmo mês e ano de Apólices que nos mereçam confiança como verdadeiras (Fig. 10).

Os carimbos apresentam com efeito uma grande regularidade no seu desenho e, pelo menos até fins de 1806, tem a particularidade curiosa de serem absolutamente iguais em cada mês, todos, mesmo os de letras diferentes, e por sua vez serem sempre diferentes de mês para mês.

O estudo dos carimbos é portanto de muito interesse e pode assim ajudar muitas vezes a identificar variantes falsas. Por eles poder-se-ia até identificar as

Apólices diferentes, mas do mesmo falsário, por possuírem os mesmos carimbos falsos.

Isto não quer dizer que as Apólices falsas não possam ter também carimbos verdadeiros, e tem-nos quase sempre, pois, desde que eram aceites na circulação, acabavam por ser carimbadas como todas as verdadeiras.

3 (e mais importante) — Não haver de modo geral, nas Apólices falsas, correspondência da data com o número da Apólice. Parece extraordinário mas é verdade que este pormenor, tão simples e tão fácil de verificar, deve ter passado despercebido dos falsários que, note-se, a avaliar por outros pormenores, não deveriam ser nada tolos nem ingénuos.

Nestas Apólices houve 7 séries de numerações: uma para 1797, outra para 1798 e ainda outra para 1799, três para 1805 e uma para 1807. Em todas elas há correspondência rigorosa nas Apólices verdadeiras entre a data e o número de ordem e isso raramente vimos acontecer nas Apólices falsas.

É evidente que para tirar partido deste factor é preciso ter uma listagem das datas e números correspondentes de numerosas Apólices, tal como tivemos a paciência de fazer com as mais de 8.000 Apólices que tivemos a oportunidade de estudar ⁽⁵⁾.

4 — Nas Apólices de 1805 e de 1807 a não correspondência, nas variantes falsas, da data com o mês do carimbo a óleo.

5 — Também nestas Apólices de 1805 e de 1807, como já referimos atrás: a falta de filigrana no papel que as Apólices verdadeiras tem sempre.

O papel das Apólices falsas é geralmente liso, sem qualquer filigrana, apenas tendo nós encontrado, uma variante, seguramente falsa, da qual os dois únicos exemplares conhecidos, tem filigrana. Mantemos além disso, uma Apólice de uma outra variante, que chegamos a pensar ser falsa, sob reserva de identificação, precisamente porque o papel tem também a respectiva filigrana. Mas mesmo assim são casos raros.

REVISÃO SUMÁRIA DAS APÓLICES FALSAS ESTUDADAS

Identificamos ao todo, com segurança, 76 Apólices falsas, e mais uma de 1\$200 reis de 1805, mas que, como dissemos acima, consideramos como muito duvidosa e por isso a não incluímos: não só pelo papel, que tem a normal filigrana, como pelo valor que não nos parece ter sido susceptível de merecer o interesse dos falsários.

⁽⁵⁾ Ver: Almeida, Mário Santos — *Algumas considerações sobre Apólices falsas a propósito de um exemplar inédito de 2\$400 reis* — in: Cédulas e Papéis de Valor, n.º 18, Abril 1991.

Nessas 76 Apólices encontramos 38 variantes diferentes que se distribuem da seguinte forma pelos vários Grupos da nossa classificação ⁽⁶⁾:

<i>Grupo n.º 3 e n.º 4</i> ⁽⁷⁾ (Apólices de 20\$000 reis de 1798 tendo, no alto, «1798» com os 4 algarismos impressos, e de 1799, tendo no alto o mesmo «1798» mas com o «8» corrigido à mão para «9»)	4
<i>Grupo n.º 5</i> (Apólices de 20\$000 reis de 1799 tendo no alto «179» impresso e o segundo «9» manuscrito)	3
<i>Grupo n.º 6</i> (Apólices de 20\$000 reis do mesmo desenho do Grupo n.º 5, e também de 1799, mas tendo no alto «1799» com os 4 algarismos impressos)	4
<i>Grupos n.º 10 e n.º 11</i> (Apólices de 10\$000 reis de 1798 com, no alto «1798» com os 4 algarismos impressos, e de 1799 com, no alto, o mesmo «1798» mas com o «8» corrigido à mão para «9»)	4
<i>Grupo n.º 12</i> (Apólices de 10\$000 reis de 1799 com, no alto, «179» impresso e o segundo «9» manuscrito)	3
<i>Grupo n.º 13</i> (Apólices de 10\$000 reis de 1799 do mesmo desenho do Grupo n.º 12, mas tendo no alto «1799» com os 4 algarismos impressos	5
<i>Grupo n.º 14</i> (Apólice de 6\$400 reis de 1799)	1
<i>Grupos n.º 17 e n.º 18</i> (Apólices de 5\$000 reis de 1798 com, no alto, «1798» com os 4 algarismos impressos, e de 1799 com, no alto, o mesmo «1798» mas com o «8» corrigido à mão para «9»)	4
<i>Grupo n.º 19</i> (Apólices de 5\$000 reis de 1799 com, no alto, «179» impresso e o segundo «9» manuscrito)	3
<i>Grupos n.º 22 e n.º 23</i> (Apólices de 2\$400 reis de 1798 com, no alto, «1798» com os 4 algarismos impressos, e de 1799 com, no alto, o mesmo «1798» mas com o «8» corrigido à mão para «9»)	2
<i>Grupo n.º 24</i> (Apólices de 2\$400 reis de 1799, mas tendo, no lugar do segundo «9», um «8» manuscrito)	1
<i>Grupo n.º 25</i> (Apólices de 2\$400 reis de 1805)	4
Total: 38 variantes	

⁽⁶⁾ Ver *A Permuta*, n.º 58 de Julho de 1987, p. 5/7.

⁽⁷⁾ Incluímos na mesma classificação as Apólices falsas dos pares de Grupos que, embora com números diferentes, não só são do mesmo Tipo de desenho como foram impressos com as mesmas chapas, apenas diferindo na parte manuscrita da data.

Dos restantes Grupos não encontramos qualquer Apólice que seguramente considerassemos como falsa.

A variante que consideramos como falsa do Grupo n.º 14 (Apólices de 6\$400 reis) poderá para alguns estudiosos ser duvidosa. O problema já foi debatido em artigo por nós publicado (*).

(*) Ver *Cédulas e Papéis de Valor*, n.º 11 de Outubro de 1989, p. 321/323.

TRIBUNAL DE CONTAS—
Secretaria

- 2 = de 2000 — Sua forão a claudas a c. M.º Flokel, recde fubria de
pinto um maço de aperturas pequenas em bregues
no reguereiro. Ho. no dia 14 de novembro de 1844 e si
suppoe em pertencere a M.º Flokel
- 6 = de 20000
2 = de 10000
1 = de 5000
18 = de 5000 — Enviados pelo Corregedor da Commarca de Vizeu - 145 x 000
} U.º. todo este papel tem o carimbo encarnado seu reg-
nao pedida correio -
} Papel falco 90000 - Presidente do Real Conselho de Vizeu
Estão embalhados como o título acima recebido do correio
- 8 = de 20000
6 = de 10000) Com Off. de Provedor da Commarca de Vizeu de 29 de
Julho de 1842
- 3 = de 20000 — Bilhetes Niciados
- 1 de 12800 — Vico 12 de fevereiro de 1807 da Com.ª de Porto
- 1 de 20000 — Vico do Consulado de Cadiz em 1819 - off. de 22 de Janeiro

Resumo

2 de 2000	—	4000
18 de 20000	—	360000
8 de 10000	—	80000
19 de 5000	—	95000
1 de 12800	—	12800
		<u>592600</u>

Além do mais se crado que se nao declara
a importância extornada.

Entregues no Thesouro
por Est. Thomey e Souza, Castel Branco,
Mafacho de ex. Paulo Pereira




Tendo-me sido remittida pela Secretaria d'Estado
 dos Negocios da Guerra e Marinha a declaracão que fiz
 Manoel Antonio Pinheiro de Oliveira, por se Professor
 da Faculdade, de conservar e vender algumas chapas pa-
 ra fabricar papel-marcha-falsa, alguns selos brancos, e al-
 guns selos pretos para o mesmo fim, julguei com o co-
 nselho de V. A. R. com personalmente não se o Comel.
 Valente Elias Xavier de Almeida, Comandante
 do 1.º Regimento de Artilharia, a quem o Rei se havia denunciado, me
 ao mesmo Bispo, tornando-me a declaracão judicial, e
 de proposta favor, e convertendo o mencionado sobre o qual
 em que d'elles existiam as Chapas, e fora de as guardarem
 com a devida segurancia; pelo que passei as seguintes Pro-
 priedades, e convertendo o mesmo, me rendo a termos de decla-
 racão seguinte.

Conhecendo desta modo o estado em que existiam as cha-
 pas, me dirigí immediatamente a elle, que era hum pe-
 queno corredor das Casas em que assenta no Convento de S. Br.
 na Rua das Formas de Alentejo; e feita heia por algumas
 occasiões de acharem effectivamente 2. chapas de S. Br.,
 1. de S. Br., e 1. de S. Br. — além d'ellas mais 4. chapas
 destinadas a pôr selos pretos no verso das S. Br., —
 outras 4. para pôr selos brancos; e em todos humas das
 ultimas havia hum selo para velar papel — e finalmente
 de tres chapas sem gravuras algumas; como se mostra
 da acilla tambem seguinte.

O Rei me requerio, que se mandasse converter ao
 termo da dita declaracão, que elle neste acto apresentava
 que me mostrou ao V. A. R. quando por se achando o Estado;
 porque tendo podido indicar ao Rei os selos de S. Br., e
 selos que me existiam d'ellas chapas novas e fôrmas, por
 venderem se dos Socos, que elles he subministrados; e que
 eu se tenha offerecido a V. A. R. para fazer esta denuncia.
 Cõque se me permitisse ao Bureau do Castello, mey infructi-
 vosamente.

He o que a este respeito se me offereceu por sua Depo-
 cita de V. A. R. Lisboa 3. de Novembro de 1810.


 Sendo o Thesourero Mór observado deo deo que entre neste Lib.º
 que, qua o Papel falso que se temo apparenciar em todos os annos para
 ser tirado por vendedores, e deo a venda de montes de papel e deo hum
 dolly, deo 1811 incluído até o fim de 1816; e sendo por outra parte que
 ha muitos annos se não deustam neste Reino falsificadores da mesma
 moeda: Então na desconfiança de que o falsificação vinha de
 Paes Estrangeiros; e auctoridade pela impressão ocular da qualidade
 do papel, e caracteres da Lib.º. Mas se confirmou pelo que viria
 acripto em hum dos Curules impressos em Lisboa; que deoia qua os
 Transcriptos da Moeda fapal, se estava rondando publicamente em
 Lisboa.

Sobre este assumpto se oymos Thesourero Mór tinha
 ido achemo de fallar com el Rey o Sr. Marquez de Botão: E isto
 qua na Realta de Madrid N.º 228 de 15 de Novembro de 1780 =
 Gran Bretanha se declara que não para ser julgado 85 Paes, e
 maior parte falsificadores de dito papel moeda, que pode ser condemnar
 a de Portugal: Lembra a parte o mesmo Thesourero Mór de auctor
 ao Sr.º Ministro, para que sobre este objecto para as Nobres competentes
 as quellas Ministerios para se examinarem se algum dos Paes estrangeiros, o
 sua crime a este Reino, e que para occasionar igualdade, se no mo.
 caso publico ha de moeda semelhantes (papel, e moeda) de que se
 pratica em Lisboa nas lojas deo qualidad de Commo.

Para o referido Thesourero Mór a el Rey que se forma
 determinar se a correspondencia deste negocio ha de ser pela Secretaria
 de Estado dos Negocios Estrangeiros, se pelo Erario em directura: e deo
 do pela primeira, esta carta pode servir de instrução.

El 25 de Outubro de 1817.

D. E.º
 D.º deo.º deo.º
 1817 em junho.





Das lras omeçtas de 2.328,8725 R. q' com 29.
de j. p. p. do, fca o Recebedor dos Fundos Reaes d'esta
Provincia ao Ex.ª da Real Audiencia dos Fundos Reaes
Emprestados, fcaas' para esta d. lra. representada
p'ffos e inmutab'idos os Reçessos de cam. Capul,
e nomeado a V. Ex.ª.

Alf. e Ex.ª Sr. Conde de Re-
venda, Hum. dos Governadores
do Re.ª, e Admin.ª g.ª do Re.ª
Rio de Janeiro.

O dito Recebedor o Sr. Bernardo de Figuei-
rado de Sousa Borges me pede, representando a V. Ex.ª
a grande difficuldade q' ha de contecer a modo
de Capital f. p. p. q' os q' se p. p. de cam. p. p.
Lora as veres disputas de alguns aquelles cas
ou nao verdadeiras, e q' tendo comecado a ser-
vir a cargo de Recebedor em Abril proximo pre-
terito por nomeação q' delle fez a Camara con-
tra a sua vontade, nao tem ainda a experien-
cia bastante para distinguir o papel verdadei-
ro do f. p. p.; e nem lhe parece poder vir a conde-
ce-lo sem instrucções sobre isto

Pede a V. Ex.ª de providencias para q' nem
o Recebedor, q' de Lousou Louado, sem a
perda, nem para o futuro seja enganado.

A nao dar-se providencias, mencioada comecou de
bem q'icou de ser de proprietario da Real Fazenda,
por q' o Ordenado de 31/3/36 e q' ha' de' i'adoras
vile a p. p. de dea' tas confidavael responsa-
bilidade.

Se for proprial dar instrucções sobre
o modo de contecer a modo de Capital f. p. p., con-
tal caso convira de-las nao si' agualle, mas
a todos os Recebedores da Real Fazenda; e a talles
se-la q' esta parte da sociedade favoreça aqui em
diante.

A. g.ª a V. Ex.ª

Novo 29. de Junho de 1810.



Hontem de tarde, com quanto estava á espera do meu ajudante, entrei na officina da caza de Pasto e assentei me ao pé de hũa meza de que a gaveta se achava em parte aberta; olhando por acaso percebi dentro della dous ou tres pequenos maços de papel, e peguei n'hum d'elles que trazia hum dos cantos alguma coiza rasgada, e examinando o seu contheudo me parecia ser dinheiro de papel deste Reino — —
 — Admirado de ver hum maço tão importante ali deixado com tal descuido, e voltei para me inteirar a quem pertencia a entãõ. pela primeira vez observei que levava sobrescrito com pena de lapis a
M.º Hochel.

Depois de reflectir hum pouco parecia-me que convinha abrir o maço, o que com effeito fiz na presença de hum amigo

Hontem de tarde, enquanto estive á espera do meu ajudante, entrei na officina da caza de Pasto e assentei me ao pé de hũa meza de que a gaveta se achava em parte aberta; olhando por acaso percebi dentro della dous ou tres pequenos maços de papel, e peguei n'hum d'elles que trazia hum dos cantos alguma coiza rasgada, e examinando o seu contheudo me parecia ser dinheiro de papel deste Reino. — —

— Admirado de ver hum maço tão importante ali deixado com tal descuido, o voltei para me inteirar a quem pertencia, e então pela primeira vez observei que levava sobrescrito com pena de lapis a Mr. Hochel.

Depois de reflectir hum pouco parecia-me que convinha abrir o maço, o que com effeito fiz na presença de hum amigo

e da criada da Officina, e achei que parte dos bilhetes se achava sem sellos, parte sem o numero, e outros sem assignatura, mostrando tudo bastante apparencia de suspeita. — Occorreo-me então que este Sr Hochel seria aquelle que chegando de Lisboa a Falmouth, foi prendido e metido n'hum carcere, accusado de ter ali passado moeda falsa de papel deste Reino antes de embarcar no mez de Junho proximo passado para Lisboa

Persuadido do quanto era essencial que o maço de que se trata não cahisse em más mãos tomei posse delle, sellei-o na presença do referido amigo com o sello do meu Officio, e o entreguei esta manhã a V. Ex.ª

e da criada da officina, e achei que parte dos bilhetes se achava sem sello, parte sem o numero, e outros sem a signatura, mostrando tudo bastante apparencia de supeito. — Recorreo-me então que este Snr Hochel seria aquelle que chegando de Lisboa a Falmouth, foi prendido e metido n'hum carcere, accusado de ter ali passado moeda falsa de papel deste Reino antes de embarcar no mez de Junho proximo passado para Lisboa.

Persuadido de quanto era essencial que o maço de que se trata não cahisse em más mãos, tomei posse delle, sellei-o na presença do referido amigo com o sello do meu officio, e o entreguei esta manhã a V.Ex.ª

Perguntando - eu à criada o modo em que veio parar a maço naquella gaveta, (a qual he preciso notar fica aberta p.^a qualquer pessoa que entra na officina) ella me respondeo sem reserva, que foi ali trazido de bordo de hum dos paquetes, haveria coiza de dous mezes por alguém, de que ella se não lembrava, e que tinha ali ficado em razão de ninguem o ter vindo procurar

Boa Vista aos 31 de }
 Outubro de 1799 - } *Al Chamberlan*



Perguntando-eu à criada o modo em que veio parar o maço naquella gaveta (a qual he preciso notar fica aberta p.^a qualquer pessoa que entra na officina) ella me respondeo sem reserva, que foi ali trazida de bordo de hum dos paquetes, haveria coiza de dous mezes por alguém, de que ella se não lembrava, e que tinha ali ficado em razão de ninguem o ter vindo procurar.

.....
 (assinatura ilegível — A Chamberlan?)

Boa Vista, aos 31 de
 Outubro de 1799

Í N D I C E

VALDEMAR CORDEIRO — <i>Modesta Homenagem ao Mestre Ferraro Vaz</i>	11
NESTOR FATIA VITAL — <i>O Amigo. O Mestre Numismático e a sua obra</i>	15
ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA — <i>Um pequeno Tesouro Monetário Tardo-Romano de Arouca (Aveiro)</i>	29
H. V. LIVERMORE — <i>The Coinage of the Suevic Period</i>	39
JOHN STEWART HUFFSTOT — <i>Report of a Visigothic tremissis found near Idanha-a-Velha</i>	51
JOSÉ RODRIGUES MARINHO — <i>As moedas Muçulmanas da colecção Francisco Inácio de Mira</i>	59
ANA M. BALAGUER — <i>La media dobla de la banda de Juan II de Castilla (1406-1454)</i>	79
FELIPE MATEU Y LLOPIS — <i>En torno del São Vicente de Dom João III y Dom Sebastião (1521-1557-1578)</i>	85
MÁRIO S. DE ALMEIDA — <i>Apólices do Real Erário mandadas emitir por D. João, Príncipe Regente. O problema das Apólices falsas</i>	93

GUIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os originais serão apresentados dactilografados em folhas de tamanho A4, a dois espaços e com uma margem esquerda de pelo menos 3 cm. A SPN agradece a todos os Autores que utilizam computadores MACINTOSH para processamento de texto, o envio dos seus trabalhos em *diskette*.
2. As referências bibliográficas devem seguir as normas adoptadas pela revista *NVMMVS* e utilizar as abreviaturas em baixo listadas. Dispensa-se a indicação do editor nos livros e do lugar de edição nas revistas.
Exemplo de citação de um livro:
R.M.S. Centeno, *Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos *Nummus* n.º 1), Porto 1987.
Exemplo de citação de um artigo de revista, actas de congresso ou outra colectânea:
J.G. Barata, «Moedas portuenses no reinado de D. Maria (1833 e 1847)», *Nummus* 2.ª s. XI 1987 p. 15-41.
3. As ilustrações (fotografias, desenhos, mapas...) podem ser organizadas em estampas acompanhadas da respectiva numeração romana ou entrar no texto como figuras numeradas em árabe.
4. Aconselha-se os Autores a conservar uma cópia de todos os originais enviados, uma vez que a SPN não se compromete na sua devolução.
5. Por cada original publicado a SPN oferece 25 separatas e um exemplar do volume correspondente da revista *Nummus*.
6. Para todos os assuntos relacionados com a preparação e envio de originais contactar a redacção da revista.

ABREVIATURAS

<i>AIIN</i>	— <i>Annali del Istituto Italiano di Numismatica</i> , Roma
<i>AJN</i>	— <i>American Journal of Numismatics</i> , Nova Iorque
<i>AN</i>	— <i>Acta Numismática</i> , Barcelona
<i>AP</i>	— <i>O Archeologo Português/O Arqueólogo Português</i> , Lisboa
Aragão	— A.C. Teixeira de Aragão, <i>Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal</i> , 3 vols., Lisboa 1874-1880
<i>BAR</i>	— série British Archaeological Reports
<i>CIL</i>	— <i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i> , Berlim 1863 —
Cohen	— H. Cohen, <i>Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain</i> , 8 vols., Paris 1880-1892 ²
F. Vaz	— J. Ferraro Vaz, <i>Livro das moedas de Portugal</i> , 2 vols., Braga 1969
<i>GN</i>	— <i>Gaceta Numismática</i> , Barcelona
<i>JNG</i>	— <i>Jarhbuch für Numismatik und Geldgeschichte</i> , Munique
<i>LRBC</i>	— P.V. Hill, J.P.C. Kent, R.A.G. Carson, <i>Late Roman Bronze Coinage, A.D. 324-498</i> , Londres 1965
<i>MIB</i>	— W. Hahn, <i>Moneta Imperii Byzantini</i> , Viena 1973 —
Miles	— G. Miles, <i>The Coinage of the Visigoths of Spain: Leovigild to Achila II</i> , Nova Iorque 1952
<i>MN</i>	— <i>The American Numismatic Society Museum Notes</i> , Nova Iorque
<i>NC</i>	— <i>The Numismatic Chronicle</i> , Londres
<i>NH</i>	— <i>Numario Hispánico</i> , Barcelona
<i>NZ</i>	— <i>Numismatische Zeitschrift</i> , Viena
<i>RIC</i>	— H. Mattingly, E.A. Sydenham e outros, <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Londres 1923 —
<i>RN</i>	— <i>Revue Numismatique</i> , Paris
<i>RRC</i>	— M.H. Crawford, <i>The Roman Republican Coinage</i> , Cambridge 1974
<i>QT</i>	— <i>Quaderni Ticinesi. Numismatica e Antichità Classiche</i> , Lugano
<i>SNG</i>	— <i>Sylloge Nummorum Graecorum</i>
<i>SNR</i>	— <i>Schweizerische Numismatische Rundschau</i> , Berna
Tomasini	— W.J. Tomasini, <i>The Barbaric Tremissis in Spain and Southern France: Anastasius to Leovigild</i> , (Numismatic Notes and Monographs n.º 152), Nova Iorque 1964
Vives	— A. Vives y Escudero, <i>La moneda hispánica</i> , 5 vols. + Atlas, Madrid 1924-1926

